

29/03/2017

Aprovado

[Signature]

[Signature]

CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.
Conselho de Administração

[Signature]

[Signature]

Relatório de Gestão e Contas 2016



CENTRO HOSPITALAR DE
LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2016

CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.

Índice	Pág.
1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	05
2. BREVE APRESENTAÇÃO	07
2.1. Área de Influência do CHLO	08
2.2. Especialidades e valências existentes	09
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	12
3.1. Regulamento Interno	12
3.2. Organograma	12
4. BOM GOVERNO DA SOCIEDADE	14
4.1. Governo da Sociedade	14
4.1.1. Missão, Objetivos e Políticas da Empresa	14
4.1.2. Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	15
4.1.3. Informação sobre as Transações relevantes com as Entidades relacionadas	15
4.1.4. Informação sobre outras transações	16
4.1.5. Identificação do Modelo de Governo e Identificação dos Membros dos Órgãos Sociais	16
4.1.6. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais	19
4.1.7. Análise da Sustentabilidade da Empresa nos domínios Económico, Social e Ambiental	20
4.1.8. Viabilidade do cumprimento dos Princípios do Bom Governo	26
4.1.9. Existência do Código de Ética	26
5. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	28
5.1. Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento	29
5.2. Gestão do Risco Financeiro	32
5.3. Limites de Crescimento do Endividamento	32
5.4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores e Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	33
5.5. Recomendações do Accionista	34
5.6. Remunerações	34

5.7. Aplicação do disposto no Artigo 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público	37
5.8. Aplicação do disposto no nº 2 do Artigo 16º do RJSPE e do Artigo 11º do EGP	37
5.9. Elaboração e divulgação do Relatório sobre Remunerações pagas a Mulheres e Homens	38
5.10. Relatório Anual sobre Prevenção de Corrupção	38
5.11. Contratação Pública	38
5.12. Sistema Nacional de Compras Públicas e Parque de Veículos do Estado	39
5.13. Medidas de Redução de Gastos Operacionais	39
5.14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	40
5.15. Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas (recomendações)	40
5.16. Divulgação de Informação	41
5.17. Informação específica para o Setor da Saúde	42
6. GRELHA VALIDAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO	
ADOTADAS EM 2016	46
7. ACTIVIDADE GLOBAL EM 2016	51
7.1. Indicadores Globais por Linha de Atividade	51
7.1.1. Internamento	54
7.1.2. Bloco Operatório	58
7.1.3. Bloco de Partos	63
7.1.4. Consulta Externa	64
7.1.5. Urgência	68
7.1.6. Hospital de Dia	70
7.1.7. GDH's Médicos de Ambulatório	72
7.1.8. Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	73
7.2. Desempenho Económico-Financeiro	74
7.2.1. Análise Económica	74
7.2.2. Análise Financeira	85
7.2.3. Execução Orçamental	90
7.2.4. Investimento	91
7.3. Recursos Humanos	92

7.3.1. Evolução dos Recursos Humanos por Grupos Profissionais	93
7.3.2. Mobilidade de Pessoal	94
7.3.3. Absentismo	95
7.3.4. Estrutura Etária	97
7.3.5. Formação	99
7.4. Sistemas e Tecnologias de Informação	102
7.5. Investigação Clínica	102
7.6. Comissão de Qualidade e Segurança	103
7.7. Comissão de Ética	104
7.8. Grupo de Coord. Local de Prevenção Controlo de Infecção e Resistências aos Antimicrobianos	105
7.9. Serviço Social	107
8. FACTOS MAIS RELEVANTES DURANTE O ANO 2016	109
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	118
11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	119
11.1. Balanço	119
11.2. Demonstração de Resultados por Natureza	121
11.3. Demonstração de Resultados por Funções	122
11.4. Demonstração de Fluxos de Caixa	123
11.5. Mapa dos Fluxos Financeiros	125
11.6. Mapa de Controlo do Orçamento Económico	127
12. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	132
13. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	156
14. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	163

Siglas utilizadas:

ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde
ACES- Agrupamento de Centros de Saúde
ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
CHLO – Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental
CIPE - Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem
CES – Comissão de Ética para a Saúde
EPE – Entidade Pública Empresarial
GDH – Grupo de Diagnóstico Homogêneos
HSFX – Hospital de São Francisco Xavier
HEM – Hospital Egas Moniz
HOSA – Hospital de Sant’Ana
HSC – Hospital de Santa Cruz
MCD – Meios Complementares de Diagnóstico
MCDT – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica
ORL – Otorrinolaringologia
POCMS – Plano Oficial de Contas do Ministério da Saúde
SAPE - Sistema de Apoio à Prática de Enfermagem
SIGIC – Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia
SNS – Serviço Nacional de Saúde
TAC – Tomografia Axial Computorizada
UCI – Unidade de Cuidados Intensivos
SIGO - Sistema de Informação de Gestão Orçamental
SOE - Sistema de Informação da Elaboração Orçamento de Estado

1 MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CHLO fez, no ano de 2016, 10 anos de existência como unidade constituída entre 3 Hospitais. O maior dos desafios nestes anos foi procurar criar um Centro Hospitalar que mantivesse a qualidade dos serviços prestados aos utentes e melhorasse o acesso, aliado à necessidade de se manter financeiramente sustentável apesar da dispersão e da dinâmica no ensino pré e pós graduado, patrocinasse a investigação e a inovação e ainda promovesse a integração dos profissionais numa única entidade com uma cultura própria de uma organização única, maior que cada um de *per si*, e que era diferente em cada um dos hospitais.

Num esforço contínuo, mais acentuado nos últimos três anos, marcou para sua rota o “fazer bem com menos” e, simultaneamente, corresponder aos desafios que os doentes, familiares e o Ministério lhe colocou todos os dias. Até porque “fazer bem” tem sempre um menor custo, no fim das contas, e contribui para a sustentabilidade do SNS.

Neste ano, com esta metodologia mais interiorizada, foi possível cumprir o Contrato Programa em 99,2% continuar o processo de acreditação de serviços clínicos pelo Sistema ACSA – DGS, para além daqueles envolvidos nos Centros de Referência, apresentar duas novas candidaturas a Centro de Referência, consolidar procedimentos, inovar, implementar e promover a Investigação, instituir um prémio de Investigação Clínica, trabalhar no sentido da informatização do processo clínico nos serviços de internamento e consultas e fazer parcerias em alguns temas com os Cuidados de Saúde Primários e outras instituições do SNS.

A orientação de internalizar o maior número de actos médicos, consultas, cirurgias, MCDTs, e ainda promover que alguns destes pedidos pelos ACES fossem, também, realizados no SNS, surgiu como um desafio interessante, lógico e a que seguramente o CHLO respondeu e seguirá a melhorar no ano de 2017.

Teve, ainda, a oportunidade e o privilégio de, neste último ano, continuar a participar e assistir a algo que tem vindo a mudar a perspectiva de muitos doentes, com o aparecimento de medicamentos que claramente curam uma doença. Concretamente, o CHLO tem cerca de 600 doentes tratados de Hepatite C e, provavelmente, a grande maioria destes, curados. É uma grande satisfação poder afirmar que se

curaram tantos doentes que, de outro modo, possivelmente poderiam ainda estar a vivos, mas com uma doença crónica letal a prazo, à semelhança do que acontece noutros países.

Foram, e continuarão a ser, dias de grandes desafios. Manter o Centro Hospitalar em grande movimento e actividade com a qualidade e a eficiência esperada continua a ser o objectivo principal. Mas, estes resultados só têm sido possíveis devido ao trabalho de cada um dos profissionais envolvidos, ao seu empenho e dedicação, à qualidade e humanização.

Por tudo isto, agradeço a todos o seu esforço, e contribuição.

Muito obrigada e Bem hajam.



Rita Perez
Presidente do CA

Lisboa, 29 de março de 2017

2 BREVE APRESENTAÇÃO

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., é um estabelecimento público do Serviço Nacional de Saúde, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial e natureza empresarial, criado pelo Decreto-lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, resultante da integração, por fusão, do Hospital de S. Francisco Xavier, SA, do Hospital de Egas Moniz, SA e do Hospital de Santa Cruz, SA.

O presente Relatório de Gestão e Contas foi elaborado em obediência a princípios de clareza e suficiência, objetividade e comparabilidade que permitam ajuizar da eficácia da gestão e da evolução da atividade da empresa.

A contabilidade do Hospital obedeceu aos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, no sector público da saúde e às regras estabelecidas no POCMS conforme despacho n.º 3016-A/2015 de 24 de março de 2015.

2.1. ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CHLO



O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., constitui-se como um dos grandes centros hospitalares do país, sendo hospital de primeira linha para as freguesias de Ajuda, Alcântara, Belém e Campo de Ourique (Santo Condestável), do Concelho de Lisboa, para o total das freguesias do Concelho de Oeiras, e ainda para a freguesia de Alfragide do Concelho da Amadora, num total 243.369 habitantes (censos 2011).

ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CHLO

	área (ha)	habitantes
Concelho de Oeiras	4.600	172.120
Concelho de Lisboa:	1.463	61.345
Freguesia da Ajuda	280	15.584
Freguesia de Alcântara	507	13.943
Freguesia de Belém	573	16.561
Freguesia de Campo Ourique (Santo Condestável)	103	15.257
Concelho de Amadora:	251	9.904
Freguesia de Alfragide	251	9.904
Total linha directa	6.314	243.369
Concelho da Amadora	2.128	165.232
Concelho de Cascais	9.740	206.479
Concelho de Sintra	31.923	377.835
Total cuidados diferenciados	50.105	992.915

Abrange, ainda, outras prestações de cuidados de saúde diferenciados, tais como:

- Saúde Mental, para o concelho de Cascais;
- Cardiologia e Nefrologia, enquanto última linha de referência, não só para as Unidades C e D da Sub-Região de Lisboa, onde se insere, mas também de âmbito nacional;
- Infecçiology, âmbito nacional;
- Neurocirurgia, enquanto referência directa para o hospital de Cascais e para o Hospital Dr. Fernando da Fonseca (Amadora – Sintra);
- Urgência Geral, enquanto referência directa para as freguesias Brandão, Alfores, Alfragide, Fátima, Venda Nova do Concelho da Amadora, num total de 51.134 habitantes.

No âmbito do reforço do poder do cidadão no SNS foi implementado o princípio do Livre Acesso e Circulação (LAC) dos utentes, permitindo-se a referência para a primeira consulta hospitalar, através do médico de Medicina Geral e Familiar, em qualquer das unidades hospitalares do SNS, sempre que a rede de referência abranja a especialidade em causa, facto que poderá vir a alterar as estatísticas acima referidas.

2.2. ESPECIALIDADES E VALÊNCIAS EXISTENTES

A lotação no Internamento em 31 de Dezembro de 2016 atingiu 813 camas, incluindo 20 camas abertas no âmbito do Plano de Contingência. De referir que em 2016 foram reabertas camas em serviços que se encontravam encerradas em 2015 por motivo de obras. Assim, o CHLO praticamente mantém a lotação de 2015.

Para além da lotação acima referida, o CHLO conta ainda com 28 berços.

As camas encontram-se distribuídas pelas seguintes valências/ especialidades:

LOTAÇÃO 31 DE DEZEMBRO 2015/2016

Especialidades	2015	2016	Especialidades	2015	2016
Cardiologia	35	35	Neurologia	16	16
Cardiologia Pediátrica	8	8	Oftalmologia	2	2
Cirurgia Cardiotorácica	33	33	Unidade Oncológica	3	3
Cirurgia Geral	95	107	Ortopedia	43	49
Cirurgia Vascular	14	14	Otorrinolaringologia	11	10
Cirurgia Plástica	21	20	Pediatria	21	21
Endocrinologia e Nutrição	6	6	Pneumologia	19	20
Gastroenterologia	12	12	Reumatologia	4	4
Ginecologia/Obstetria	59	63	Urologia	19	19
Hematologia	10	13	U.C.I.C	17	17
Infecçologia	26	26	Unid. Cuid. Intens. Coronária	5	6
Medicina Interna	164	170	U.C.I.P	16	16
Nefrologia	27	27	Unid. Cuid. Intens. Cardiotorácicos	13	13
Neurocirurgia	25	25	Unid. Cuid. Intens. Neonatais	14	14
Neurotraumatologia	19	19	Psiquiatria (Agudos)	25	25
TOTAL 2015			782		
TOTAL 2016			813		

A unidade de Oncologia do CHLO mantém ainda a responsabilidade técnica da Oncologia médica do HPP Cascais

Além dos Serviços de Internamento acima referidos, o Centro Hospitalar dispõe também dos seguintes Serviços:

- *Dermatologia*
- *Estomatologia*
- *Saúde Ocupacional*
- *Anestesiologia*
- *Anatomia Patológica*
- *Imuno-Hemoterapia*
- *Medicina Física e de Reabilitação*
- *Medicina Nuclear*
- *Patologia Clínica*
- *Imagiologia*

Os Serviços de Urgência do Centro Hospitalar abrangem:

- *Urgência Geral*
- *Urgência Obstétrica*
- *Urgência Pediátrica*
- *Urgência de Oftalmologia*
- *Urgência de Otorrinolaringologia*

De acordo com o plano em curso de metropolização das Urgências da área de Lisboa, a Urgência Pediátrica funciona diariamente até às 22 horas, a Urgência Oftalmológica funciona até às 17 horas (a partir da segunda quinzena de dezembro de segunda a quarta-Feira) e a Urgência de Otorrinolaringologia até às 20 horas (encerram aos fins-de-semana e feriados). As restantes Urgências funcionam de forma ininterrupta ao longo de todo o ano.

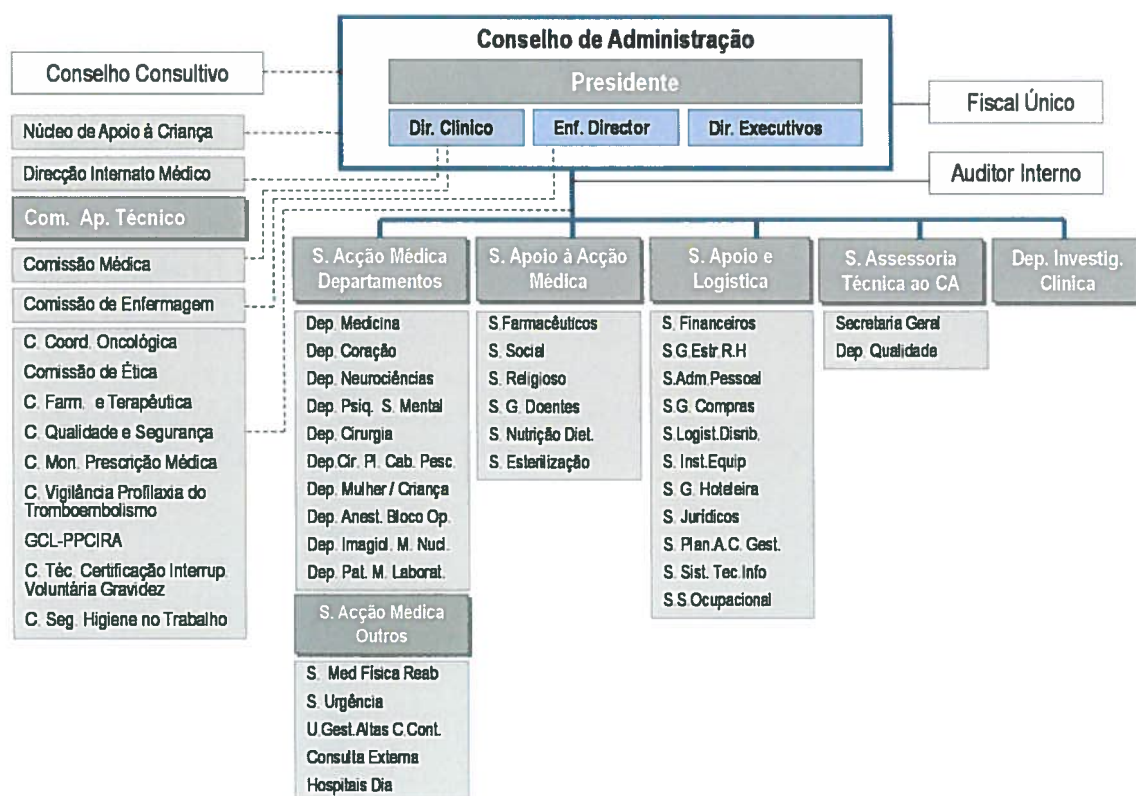
3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1. REGULAMENTO INTERNO

O Regulamento Interno do CHLO, E.P.E., foi homologado por Sua Ex^a o Secretário de Estado da Saúde, em 27 de junho de 2006, com a adaptação homologada por sua Ex^a o Sr. Ministro da Saúde, em 04 de março de 2016.

3.2. ORGANOGRAMA

A estrutura organizacional é a que resulta do Regulamento Interno do CHLO, de acordo com o previsto no art.º 22º do Decreto - Lei n.º 233/2005 de 29 de dezembro.



O CHLO adotou um modelo de gestão participada que compreende os níveis de gestão estratégica, intermédia e operacional e que assenta na contratualização interna de objetivos e meios, competindo ao

Conselho de Administração (CA), ao nível estratégico, estabelecer objetivos da instituição, controlar e assegurar a sua execução e definir as estratégias e políticas de gestão internas.

Cada um dos hospitais do CHLO tem um Diretor Executivo (Vogal do CA), um Diretor Médico (na dependência hierárquica da Direção Clínica) e um Enfermeiro Diretor (na dependência hierárquica da Direção de Enfermagem).



Ao nível de cada Departamento, as responsabilidades de gestão englobam, a coordenação e articulação das atividades e recursos dos Serviços e Unidades Funcionais que o integram.

Ao nível da gestão operacional, compete aos Serviços e Unidades Funcionais, a prestação direta de cuidados de saúde e as atividades de suporte necessárias, de acordo com objetivos e metas integradas em planos de atividade aprovados pelo CA.

4 BOM GOVERNO DA SOCIEDADE

4.1. GOVERNO DA SOCIEDADE

4.1.1. MISSÃO, OBJETIVOS E POLITICAS DA EMPRESA

O CHLO tem como **missão** a prestação de cuidados de saúde a todos os cidadãos no âmbito das responsabilidades e capacidades das Unidades Hospitalares que o integram, dando execução às definições de política de saúde a nível nacional e regional, aos planos estratégicos e decisões superiormente aprovados.

Intervém de acordo com as áreas de influência e redes de referência, cumprindo os contratos – programa celebrados, em articulação com as instituições integradas na rede de prestação de cuidados de saúde.

O CHLO desenvolve ainda atividades complementares como as de ensino pré e pós-graduado, investigação e formação, submetendo-se à regulamentação de âmbito nacional que rege a matéria dos processos de ensino - aprendizagem no domínio da saúde.

Nestas suas atividades, o CHLO estabelece ligação e atividades partilhadas com outras instituições de Saúde e de Ensino, em ações de complementaridade e protocolos de articulação.

Os **objetivos** a prosseguir pelo CHLO são os seguintes:

- Prestação de cuidados de saúde humanizados, de qualidade e em tempo oportuno;
- Aumento da eficiência e eficácia, num quadro de equilíbrio económico e financeiro sustentável;
- Desenvolvimento de áreas de diferenciação e de referência na prestação de cuidados de saúde;
- Implementação de projetos de prestação de cuidados de saúde em ambulatório e ao domicílio, para minimizar o impacto da hospitalização;
- Promoção da investigação clínica
- Formação profissional pré e pós graduada.

No desenvolvimento de todas as suas atividades, o CHLO rege-se pelos seguintes **valores**:

- Humanização e não discriminar: respeito pela dignidade individual de cada doente;
- Promoção da saúde na comunidade;

- Atualização face aos avanços da investigação e da ciência;
- Competência técnico-profissional;
- Ética profissional;
- Promoção da multidisciplinaridade;
- Respeito pelo ambiente.

4.1.2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

O CHLO é um estabelecimento público do Serviço Nacional de Saúde dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial e natureza empresarial.

O CHLO rege-se pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, com as especificidades constantes do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro e seus anexos I e II, pelas normas em vigor para o SNS que os não contrariem e pelo seu Regulamento Interno, homologado pelo Ministério da Saúde, agora em projecto de revisão face ao diploma legal acima referido. Para mais esclarecimentos sobre a legislação aplicável, consultar <http://www.chlo.min-saude.pt/index.php/centro-hospitalar/legislacao>.

4.1.3. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Nos termos dos artigos 1.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 23/2008, 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 233/2005, e 23.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, o Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E. é uma pessoa coletiva pública de natureza empresarial, cuja atividade, apesar de comungar de diversos traços de regime de Direito Público, é maioritariamente regida pelo Direito Privado (cfr. artigo 14.º do Novo Regime do Sector Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, aplicável como disposição geral que é, sem prejuízo da natureza subsidiária desse diploma face ao regime aprovado pelo Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, como expressamente previsto no seu artigo 70.º).

Um dos traços mais marcantes do referido carácter jurídico-público é a sujeição da celebração de quaisquer contratos de aquisição de bens, obras e serviços, mas também concessões (de obras e serviços públicos), ao regime procedimental previsto na parte II do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual. Dito de outro modo, todo e qualquer contrato que envolva prestações típicas daqueles contratos (e só destes; cfr. artigo 6.º, n.º 2, do CCP) que seja celebrado pelo Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. é sempre precedido por um dos procedimentos legalmente tipificados naquele diploma legal, sendo aferido caso a caso, de

acordo com o critério geral de escolha do procedimento (artigos 17.º, 18.º e 20.º, todos do CPP) e com os critérios materiais (cfr. artigos 24.º e ss.), qual o procedimento em concreto aplicável.

Por sua vez, à celebração dos contratos que não envolvam prestações dos acima mencionados não é aplicável o CCP, sendo aos mesmos aplicáveis o direito privado, sem prejuízo do cumprimento, mesmo nesses casos, das normas constantes do Código do Procedimento Administrativo que concretizam preceitos constitucionais e dos princípios gerais da atividade administrativa.

Finalmente, merece ainda destaque, no caso específico da aquisição de medicamentos e de material de consumo clínico, as aquisições que são efetuadas ao abrigo dos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA) na área da Saúde, mediante convite à apresentação de proposta dirigido apenas aos operadores económicos que sejam partes naqueles CPA, mediante o procedimento pré-contratual previsto no artigo 259.º do CCP. Merecem ainda destaque as aquisições centralizadas promovidas pela SPMS nos termos do Despacho n.º 1571-B/2016, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 21, 1 de fevereiro de 2016.

4.1.4. INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE:

	(euros)
	2016
Such - Serv. Utiliz. Comum Hospitais	5.976.719
Edp Comercial - Comercialização de Energia	1.973.761
Safita Facility Services, SA	1.810.744
Instituto Português Sangue, IP	1.692.966
Hospital Ortopedico de Santana	1.332.786

4.1.5. IDENTIFICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração:

Presidente

Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais

Vogais Executivos

Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva

Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira

Dra. Rita Perez Fernandez da Silva (Diretora Clínica)

Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (Enf.ª Diretora)

Fiscal Único:

BDO & Associados, Lda.

Representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias

Conselho Consultivo:

Presidente

Dr. Roberto Artur da Luz Carneiro

MODELO DE GOVERNO

Cargo	Orgão Sociais	Eleição	Mandato
Conselho de Administração			
Presidente	Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais		
Vogal (1)	Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	Resolução n.º	
Vogal (2)	Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	36/2013 DR n.º253	2014-2016
Vogal (3)	Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva (Diretora Clínica)	(*)	
Vogal (4)	Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (Enfermeira Directora)		
(*) Produz efeitos a partir de 01/01/2014			
Fiscal Único			
Efectivo	BDO & Associados, Lda (SROC n.º 29) representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias (ROC n.º 725)	Despacho n.º 328/14- SET de 03.03	2014-2016
Suplente	Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira (ROC n.º 956)		
Conselho Consultivo			
Presidente	Dr. Roberto Artur da Luz Carneiro	Despacho n.º 12491/2014	2014-2016

FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

O Conselho de Administração é composto pelo presidente e por quatro vogais, nomeados por despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e Saúde sendo um deles o Diretor Clínico e outro o Enfermeiro Diretor.

Para além das competências próprias do Conselho de Administração previstas no artigo 7.º dos estatutos dos hospitais E.P.E. anexos ao Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de dezembro, das específicas do Presidente do Conselho de Administração previstas no artigo 8.º e do Enfermeiro Diretor, previstas no artigo 10.º, a cada um dos membros do Conselho de Administração foram atribuídas as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

Conselho de Administração

Presidente

Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais: Para além das competências próprias, este elemento coordenará a gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviço de Instalações e Equipamentos;
- Departamento de Qualidade;
- Secretaria-geral (inclui Gabinete de Comunicação e Imagem, Gabinete de Utente e Centro de Documentação/ Biblioteca e Reprografia);
- Serviço Social;
- Serviço de Auditoria Interna.

Vogais Executivos

Dra. Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva: Para além das competências próprias, este elemento desempenha funções de Diretor Executivo do HEM e acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviço de Administração de Pessoal e Gestão Estratégica de Recursos Humanos;
- Serviço de Gestão de Compras e Logística e Distribuição;
- Serviço Jurídico;
- Serviço Religioso.

Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira: Para além das competências próprias, este elemento desempenha funções de Diretor Executivo do HSFx e HSC e acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços Financeiros;
- Serviço de Planeamento Análise e Controlo de Gestão;
- Serviço de Gestão de Doentes;
- Serviço de Sistemas e Tecnologias de Informação.

Dra. Rita Perez Fernandez da Silva (Diretora Clínica): Para além das competências próprias, este elemento acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços Farmacêuticos;
- Departamento de Investigação Clínica.

Enf.^a Fernanda Maria da Rosa (Enf.^a Diretora): Para além das competências próprias, este elemento acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços de Gestão Hoteleira;
- Serviço de Esterilização;
- Serviço de Nutrição e Dietética.

Fiscal Único

BDO & Associados, Lda.

Representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias

A natureza, o regime de substituição, o tempo de mandato e o regime de exercício de funções no respetivo termo, bem como as competências do fiscal único, são os constantes dos artigos 15.º e 16.º dos Estatutos dos Hospitais E.P.E.

Conselho Consultivo

Presidente do Conselho Consultivo: Dr. Roberto Artur da Luz Carneiro

A natureza, o regime de substituição, o tempo de mandato e o regime de exercício de funções no respetivo termo, bem como as competências do conselho consultivo, são os constantes dos artigos 18.º e 19.º dos Estatutos dos Hospitais E.P.E.

4.1.6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO

Conselho de Administração

Presidente

Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais

Remuneração base de 5.523,24 euros, 14 vezes por ano (opção pelo vencimento de origem)

Despesas de representação de 1.663,39 euros, 12 vezes por ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 799,53 euros, por ano.

Vogais Executivos

Dra. Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva

Remuneração base de 3.891,47 euros, 14 vezes por ano

Despesas de representação de 1.556,59 euros, 12 vezes por ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 324,00 euros, por ano.

Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira

Remuneração base de 3.891,47 euros, 14 vezes por ano

Despesas de representação de 1.556,59 euros, 12 vezes por ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 799,53 euros, por ano.

Dra. Rita Perez Fernandez da Silva

Remuneração base de 4.956,75 euros, 14 vezes por ano (opção pelo vencimento de origem)

Despesas de representação de 1.300,88 euros, 12 vezes por ano.

Enf.^a Fernanda Maria da Rosa

Remuneração base de 3.891,47 euros, 14 vezes por ano

Despesas de representação de 1.556,59 euros, 12 vezes por ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 359,39 euros, por ano.

Fiscal Único

BDO & Associados, Lda.

Representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias

Remuneração de 1.214,94 euros (janeiro a abril) e de 1.250,00 euros (maio a dezembro). A estes valores acresce IVA à taxa legal.

4.1.7. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

Em 2016 anos foram delineadas e implementadas diversas medidas que visavam, sobretudo, melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados, mas também, potenciar a utilização dos recursos instalados, estas, essencialmente focadas na optimização e redução dos custos correntes.

As medidas de carácter assistencial e de organização da produção/capacidade instalada, que referimos, são:

- Melhorar o acesso aos cuidados de saúde;
- Melhorar a qualidade assistencial;
- Otimizar a gestão do medicamento;
- Internalizar os MCDT's no SNS;
- Melhorar a integração de cuidados (articulação com os Cuidados Primários);
- Garantir a sustentabilidade financeira.

Da definição destas medidas, foi elaborado um plano de ações muito concreto e objectivo, que já se pretende vir a funcionar como uma ponte entre as diversas atividades desenvolvidas até ao momento e aquelas que se objetivam vir a desenvolver, obedecendo aos domínios estratégicos definidos como fundamentais para a boa persecução das metas propostas para o triénio 2017 – 2019, garante das grandes opções do Plano Nacional de Saúde:

- Promoção da Saúde, valorizando a Educação, a Literacia e os Autocuidados;
- Redução da desigualdade no acesso;
- Melhorar a gestão do Centro Hospitalar, nomeadamente naquilo que respeita à circulação de informação clínica e da articulação com outros níveis de cuidados e outros agentes do sector e à aplicação das tecnologias de informação à medicina, nomeadamente, a telemedicina e a telemonitorização;
- Aperfeiçoar a gestão dos recursos humanos, promovendo a autonomia técnica e a participação dos profissionais e equipas;
- Melhorar a governação, aprofundando competências organizacionais e de controlo de gestão para a redução das ineficiências, incentivando a transparência e a cultura da prestação de contas;
- Melhorar a qualidade, explorando as tecnologias de informação e comunicação.

Plano de Ações Propostas e medidas correspondentes

1. Continuidade na adequação da oferta de cuidados de saúde às necessidades das populações / Acessibilidade

No último triénio, foi possível enquadrar a procura e a espera nos limiares do clinicamente aceitável na generalidade das especialidades existentes no CHLO.

No triénio 2015-2017 manter-se-á uma estratégia de recuperação das listas de espera, em especial nas especialidades mais críticas (Ortopedia, Cirurgia Vascular, Otorrinolaringologia e Neurocirurgia), de modo a permitir o tratamento atempado dos doentes e a redução dos custos para o CHLO, referente ao envio

de cirurgias para o exterior, potenciando e utilizando, ainda, a ambulatorização cirúrgica como instrumento de rentabilização da produção.

O alargamento dos horários das consultas, a sua marcação por hora (e o seu cumprimento), a adesão ao programa de “Consulta a tempo e horas” permitiram reduzir o tempo de espera na área do ambulatório para um valor muito próximo do objectivo.

Procurar-se-á, ainda, estimular a actividade dos serviços de saúde altamente diferenciados, para os quais o Centro Hospitalar está vocacionado, bem como a actividade dos Centros de Referência e a valorização das Redes de referênciação.

Paralelamente procurar-se-á melhorar a eficácia e a eficiência na resposta às situações de urgência, reorientando a procura para os Cuidados primários, sempre que aconselhável.

2. Melhorar a qualidade assistencial e otimizar a Gestão do Medicamento

A Governação Clínica no CHLO tem como orientação principal garantir a eficácia clínica, com qualidade e segurança nos serviços prestados, numa perspectiva de melhoria contínua da qualidade dos cuidados de saúde.

Para este triénio de 2017 – 2018, o grande desafio que se acrescenta é, sem dúvida, otimizar a gestão do medicamento, enquadrada nos princípios das boas práticas acima referidas, mas agora possibilitadores de uma eficiência económica sustentável.

Os princípios para a boa governação clínica, traduzem-se nas seguintes medidas:

- Realização de auditorias clínicas, incluídas na contratualização interna com os serviços;
- Atualização de Protocolos e cumprimento das Normas de Orientação Clínica, de acordo com a medicina baseada na evidência e emanados pela DGS;
- Ensino e treino dos profissionais;
- Identificação de áreas de risco, com dinamização da atividade da Comissão de Gestão de Risco através de ações de formação/sensibilização junto dos profissionais e da utilização de programa informático de reporte anónimo de situações de risco;
- Escolha criteriosa, organização e reavaliação das atividades das equipas multidisciplinares ligadas à governação clínica;
- Cultura de informação regular de dados e de transparência junto dos serviços;
- Uniformização de Protocolos e procedimentos, com monitorização e responsabilização pelos resultados;
- Divulgação das orientações e prioridades da Governação Clínica;

- Envolvimento dos doentes e familiares através da análise sistemática das queixas, obrigatoriedade de consentimento informado escrito, e disponibilizar informação aos utentes sobre a atividade do CHLO;
- Incremento da utilização de genéricos, com acompanhamento de farmacovigilância em áreas consideradas mais críticas.

3. Articulação com outras unidades do SNS, nomeadamente, com as redes de cuidados de saúde primários e cuidados continuados integrados

O CHLO tem vindo a potenciar e a melhorar a sua articulação com os Centros de Saúde e demais instituições do SNS.

Dando continuidade aos projetos já iniciados, será reforçada a colaboração em parceria:

- Com os Centros de Saúde nas áreas de Patologia Clínica, Anatomia Patológica, Imagiologia e Medicina Física e Reabilitação;
- Por outro lado, estão estabelecidos contatos regulares e agendadas reuniões com os serviços de especialidades do CHLO com a Direção Clínica do ACES de Oeiras;
- Com o CHLN e CHLC nas áreas de Centros de Referência, para os quais houve candidatura conjunta;
- Com o HFF, em diversas áreas clínicas e não clínicas;
- Melhoria da articulação clínica através do recurso à PDS, com consequente benefício para a qualidade dos cuidados ao doente, e redução dos custos por doente tratado.

A internalização de Meios Complementares de Diagnóstico em unidades do SNS, tendente a uma rentabilização dos equipamentos dos hospitais públicos é, ainda, considerada prioritária, com vista à diminuição da despesa, com a contratação de prestação desses serviços junto de entidades privadas.

4. Autonomia, Responsabilização e modernização na governação

O CHLO tem vindo a desenvolver e aperfeiçoar o modelo de gestão previsto no Regulamento Interno, que potenciam a descentralização e responsabilização ao nível produtivo, possibilitando a existência de níveis intermédios de gestão de acordo com a complexidade global e sectorial.

Estes modelos, mais sofisticados, baseados em diretrizes mais rigorosas, às quais os serviços têm obrigação de se adaptar, permitem um acompanhamento sistemático suportado num de sistema de informação (Business Intelligence) que integra:

- Informação em cascata para os profissionais, dos níveis de cumprimento dos objetivos individuais;
- Reafecção em tempo adequado de recursos existentes;

- Melhor conhecimento e participação dos profissionais na avaliação do seu desempenho com vista à informação necessária à gestão dos principais indicadores de nível de serviço e desempenho económico e financeiro para a correção atempada de desvios por parte da gestão de topo;
- Paralelamente haverá que desenvolver todos os esforços no sentido de caminhar para a desmaterialização dos processos para um completo Registo de saúde eletrónicos nos próximos anos.

5. Controlo do equilíbrio financeiro

O conceito de “boa governação” continuou a ser, em 2016, uma preocupação constante para que fossem salvaguardadas todas as realidades - assistencial, com segurança e qualidade, social e política - no cumprimento da lei, demais regulamentos e códigos, processos de decisão e de controlo interno com o objetivo de garantir a sustentabilidade económica-financeira.

Mesmo num cenário desfavorável para a continuidade e desenvolvimento da organização e apesar dos custos operacionais terem registado uma evolução desfavorável, com um acréscimo global de 4,7%, face a 2015, o EBITDA atingiu valores na ordem dos 9 milhões, fruto de um acréscimo de cerca de 9% ao nível dos proveitos operacionais, face ao ano anterior.

No acréscimo dos custos operacionais, destaque para a pressão nos consumos do Medicamento, por via de novas orientações clínicas da DGS e do INFARMED, em particular nos tratamentos das patologias VIH e Hepatite C e em geral, aos novos fármacos de inovação. Por outro lado, foram registados acréscimos significativos ao nível das rubricas dos recursos humanos decorrentes da reversão salarial e reposição de número de profissionais que, entretanto, deixaram o CHLO.

Rubrica	Unidade: M€								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Var % 16/15	Var % 16/10
Custos									
Consumos	98,2	94,6	77,3	77,1	72,6	76,1	81,7	7,4%	-16,8%
Fornecimentos e Serviços Externos	35,5	32,9	29,2	27,5	26,1	26,8	25,6	-4,8%	-27,9%
Despesas com Pessoal	119,7	106,6	99,8	103,6	100,6	101,1	106,9	5,8%	-10,7%
Outros Custos Operacionais	12,4	10,6	10,0	8,3	7,4	7,2	6,7	-8,4%	-46,0%
Total Custos Operacionais	265,9	244,7	216,4	216,4	206,7	211,1	220,9	4,7%	-16,9%
Proveitos									
Prestação de Serviços	213,9	200,4	196,0	200,3	195,1	200,7	215,2	7,2%	0,6%
Outros Proveitos Operacionais	13,5	15,2	11,1	16,5	4,8	3,6	7,6	110,0%	-43,4%
Total Proveitos Operacionais	227,3	215,7	207,1	216,8	199,9	204,3	222,8	9,0%	-2,0%
EBITDA	-26,2	-18,6	0,6	8,5	0,6	0,4	8,5		
Resultados Operacionais	-38,5	-29,1	-9,3	0,4	-6,8	-6,8	1,8		
Resultados Líquidos	-42,1	-9,5	-9,7	1,1	-5,3	-12,8	2,2		
Produção									
N.º Consultas	449.821	452.799	463.462	472.032	465.802	462.107	461.690	-0,1%	2,6%
N.º Cirurgias (n.º Intervenções)	23.719	23.620	24.669	23.878	22.697	22.472	22.628	0,7%	-4,6%
Quadro de Pessoal									
N.º de Médicos	674	652	610	571	522	502	522	4,0%	-22,6%
N.º de Enfermeiros	1.390	1.353	1.289	1.231	1.207	1.235	1.299	5,2%	-6,5%
Total de Funcionários	4.331	4.203	4.058	3.863	3.741	3.807	3.914	2,8%	-9,6%

Mesmo assim, as variações 2010/2016 continuam a registar ganhos muito significativos, na ordem dos 17% para os custos operacionais, para níveis de proveitos operacionais com registo de uma variação de 2,0% em igual período, com o CHLO a apresentar um elevado grau de cumprimento do Contrato Programa no que se refere às principais linhas de produção e indicadores de desempenho assistencial com uma grande consistência, ao nível do nº de Doentes Saídos, Consultas e Cirurgias efetuadas, respondendo de uma forma adequada às solicitações da área de influência.

Como conclusão, podemos continuar a afirmar que a alavanca fundamental desta mudança era, e é, sem sombra de dúvida, a mudança estrutural de mentalidades e de práticas. O foco estaria em tudo o que pode ser repensado e reestudado. E isso é tanto mais verdade quanto as diversas medidas que têm vindo a ser implementadas têm vindo a permitir resultados económicos como os acima apontados, significativamente, mais favoráveis.

O Conselho de Administração continuará a competir pelo equilíbrio pragmático. Tratando-se de um processo complexo, haverá que manter o envolvimento de toda a organização, os vários serviços clínicos e não clínicos, para que os objetivos orçamentados para 2017 possam ser uma realidade e o equilíbrio económico garantido, uma vez mais.

No que respeita à capacidade do CHLO para liquidar o seu passivo antigo, o Conselho de Administração e a tutela continuam a equacionar diferentes cenários económicos possíveis e mais adequados, para promover essa sustentabilidade.

6. Reforço dos sistemas de informação e de comunicação

Melhorar a gestão do Centro Hospitalar, nomeadamente no que respeita à circulação de informação clínica e da articulação com outros níveis de cuidados e outros agentes do sector e à aplicação das tecnologias de informação à medicina, nomeadamente, a telemedicina e a telemonitorização, foi um dos objectivos estratégicos, também uma das grandes áreas de importantes desenvolvimentos e investimentos no Ministério da Saúde.

Devem destacar-se as medidas tomadas no âmbito da informatização clínica incluindo a prescrição electrónica, a desmaterialização da informação dos processos clínicos, certificação do óbito, bem como de outras medidas particulares de carácter mais limitado a serviços específicos, onde foram introduzidas novas aplicações/novas versões ao nível dos seus *softwares* para permitir melhores índices de operacionalidade/comunicação com terceiros. Referência, ainda, para a nova versão do sítio electrónico do CHLO, lançado em meados de 2016.

4.1.8. VIABILIDADE DO CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DO BOM GOVERNO (RCM N.º 49/2077, DE 28 DE MARÇO)

O Centro Hospitalar tem cumprido com todos os princípios de Bom Governo que lhe são aplicáveis.

4.1.9. EXISTÊNCIA DO CÓDIGO DE ÉTICA

O Código de Ética no Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental foi aprovado em 13 de dezembro de 2012 e corresponde, não só ao cumprimento dos dispositivos legais aplicáveis, designadamente a Resolução de Conselho de Ministro 49/2007, mas também a um instrumento que visa a realização dos objetivos e da missão da instituição.

Este Código estabelece um conjunto de princípios de orientação da atividade hospitalar e de regras de natureza ética e deontológica destinadas a orientar os colaboradores do CHLO no desempenho das suas funções, de modo a que as possam exercer com elevados padrões de qualidade e em linha com os objetivos e missão do CHLO na prestação de cuidados de saúde.

O Código de Ética do CHLO encontra-se em processo de revisão e actualização, ao abrigo do Despacho nº 9456-C/2014 do Ministério da Saúde.

A Comissão de Ética zela pela observância de padrões de ética no exercício das ciências médicas, por forma a proteger e garantir a dignidade e integridade humanas, procedendo à análise e reflexão sobre temas da prática médica que envolvam questões de ética.

Neste sentido, conforme n.º 1 do Art.º 6º do Decreto-Lei n.º 97/95, de 10 de maio, compete à Comissão de Ética:

- a) Zelar, no âmbito do funcionamento da instituição ou serviço de saúde respetivo, pela salvaguarda da dignidade e integridade humanas;
- b) Emitir, por sua iniciativa ou por solicitação, pareceres sobre questões éticas no domínio das atividades da instituição ou serviço de saúde respetivo;
- c) Pronunciar-se sobre os protocolos de investigação científica, nomeadamente os que se refiram a ensaios de diagnóstico ou terapêutica e técnicas experimentais que envolvem seres humanos e seus produtos biológicos, celebrados no âmbito da instituição ou serviço de saúde respetivo;
- d) Pronunciar-se sobre os pedidos de autorização para a realização de ensaios clínicos da instituição ou serviço de saúde respetivo e fiscalizar a sua execução, em especial no que respeita aos aspetos éticos e à segurança e integridade dos sujeitos do ensaio clínico;
- e) Pronunciar-se sobre a suspensão ou revogação da autorização para a realização de ensaios clínicos na instituição ou serviço de saúde respetivo;
- f) Reconhecer a qualificação científica adequada para a realização de ensaios clínicos, relativamente aos médicos da instituição ou serviço de saúde respetivo;
- g) Promover a divulgação dos princípios gerais da bioética pelos meios julgados adequados, designadamente através de estudos, pareceres ou outros documentos, no âmbito dos profissionais de saúde da instituição ou serviço de saúde respetivo.

No exercício das suas competências, a Comissão de Ética pondera, em particular, o estabelecido na lei, nos códigos deontológicos e nas declarações diretrizes internacionais existentes sobre as matérias a apreciar.

5 CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação/Referência ao Ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão/Planos de Actividade e Orçamento:					
Objectivo 1- Redução de Custos com Recurso ao Exterior	X			100%	Ponto 5.1.1
Objectivo 2- Contenção do aumento da despesa com Pessoal		X		98%	Ponto 5.1.1
Objectivo 3- Percentagem de Proventos Operacionais extra Contrato Programa no total de Proventos Operacionais	X			100%	Ponto 5.1.1
Objectivo 4- Cumprimento metas do Orçamento Económico (EBITDA)	X			100%	Ponto 5.1.1
Metas a atingir constantes no PAO 2016					
Princípios Financeiros de Referência	X				Ponto 5.1.2
Investimento		X			Ponto 5.1.2
Gastos com Pessoal		X			Ponto 5.1.2
Grau de execução do Orçamento carregado no SIGO/SOE		X			Ponto 5.1.3
Gestão do Risco Financeiro			X		Ponto 5.2
Limites de Crescimento do Endividamento			X		Ponto 5.3
Evolução do PMP a fornecedores		X		+48 dias	Ponto 5.4.1
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")		X		49.645,86,13 €	Ponto 5.4/5.4.2
Recomendações do acionista na última aprovação de contas					Ponto 5.5
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 82-B/2014	X				Ponto 5.6.1.1
CA - Reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	X				Ponto 5.6.1.1
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	X				Ponto 5.6.1.2
Auditor Externo - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016			X		
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	X			1.236.678,66 €	
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38.º da Lei 82-B/2014, promulgada para 2016 pelo n.º 1 do artigo 18.º da lei n.º 7-A/2016 de 30 de março	X				
EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP					
Não utilização de cartões de crédito	X				Ponto 5.7
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X				Ponto 5.7
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	X				Ponto 5.7
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X				Ponto 5.7
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e artigo 11.º do EGP					
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	X				Ponto 5.8
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens		X			Ponto 5.9
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da Corrupção		X			Ponto 5.10
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	X				Ponto 5.11
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas		X			
Contratos submetidos a visto prévio do TC	X			17 contratos, no valor de 7.452.363,16€	Ponto 5.11
Auditorias do Tribunal de Contas					
Recomendações		X			Ponto 5.15
Parque Automóvel	X				
N.º Viaturas	X			18 viaturas	Ponto 5.13
Gastos com viaturas	X			78.691,82 €	Ponto 5.13
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	X				Ponto 5.13
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 125.º da Lei 82-B/2014 e artigo 28.º do DL 133/2013)					
Disponibilidades e aplicações centralizadas no GCP	X			84,0%	Ponto 5.14
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	X			172.547,66 €	Ponto 5.14
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receta do Estado	X			194,12€ entregues a 31.12.2016	Ponto 5.14

5.1. OBJETIVOS DE GESTÃO E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

5.1.1. OBJECTIVOS DE GESTÃO

Objetivo 1: Redução de Custos com Recurso ao Exterior

A redução da despesa com recurso ao exterior, nomeadamente Subcontratos ascendeu a -10,1%, comparativamente ao ano de 2015, ultrapassando o objetivo estabelecido, apresentado um desvio favorável de 7,7%, face ao orçamento.

Objetivo 2: Contenção do aumento da despesa com Pessoal

As despesas com Pessoal realizadas em 2016 apresentaram um desvio negativo de 1,9% face as valores previstos. Este desvio é originado pelos Suplementos de Remuneração onde também se encontram incluídos a despesa acrescida realizada com a produção adicional.

Objetivo 3: Percentagem de Proveitos Operacionais extra Contrato Programa no total dos proveitos Operacionais.

O montante de proveitos operacionais extra Contrato Programa atingiu 19,4 milhões de euros, cumprindo com a meta estabelecida de 8,7%.

Objetivo 4: Cumprimento metas do Orçamento Económico (EBITDA)

O esforço na contenção dos custos nos agregados principais não se encontra espelhado na evolução ocorrida, fundamentalmente devido ao alargamento da dispensa de medicamentos em ambulatório respeitante ao tratamento a doentes de VIH, introdução de medicamentos inovadores, bem como o aumento da despesa de dispositivos médicos e da despesa com pessoal em consequência das reposições salariais legisladas. Este comportamento levou a um desvio desfavorável de 2,9% em relação ao total de Custos orçamentados.

No entanto, a realização dos Proveitos superou os valores orçamentados em 1,6%. Para esta evolução contribuíram as Adendas ao Contrato Programa.

O CHLO terminou o exercício económico de 2016 com o EBITDA de 8,5 milhões de euros.

5.1.2. PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

• PRINCÍPIOS FINANCEIROS DE REFERENCIA

Controlo e Contenção de Custos

Em 2016, nada se alterou, relativamente aos anos anteriores. O Governo que tinha assumido, no Memorando de Entendimento com a União Europeia, o Banco Central e o Fundo Monetário Internacional, entre outros, o compromisso de melhorar o desempenho e aumentar o rigor na gestão dos hospitais do SNS continuou, a exigir o mesmo rigor. Os documentos e legislação vária que vinham propondo um conjunto de medidas que visavam a rede hospitalar, com o objetivo de garantir a sua sustentabilidade económica e financeira, sem que o acesso e a qualidade fossem postos em causa, mantiveram-se em vigor, ou seja, a racionalização da despesa e a melhoria da eficiência continuaram a ser afrontadas.

O Conselho de Administração do CHLO, sensível a tais orientações, não deixou, de acompanhar essa necessária mudança e implementou diversas medidas focadas na otimização dos custos correntes e na melhoria da eficiência.

Num cenário extremamente desfavorável, mesmo assim, atingiu um EBITDA de 8,5 milhões de euros.

Acompanhamento e análise atempada de desvios

O CHLO tem vindo a ajustar, sistematicamente, os modelos de gestão previstos no Regulamento Interno, de forma a potenciar a descentralização e responsabilização ao nível produtivo, possibilitando verdadeiros níveis intermédios de gestão de acordo com a complexidade global e sectorial.

Também os investimentos ao nível dos sistemas de informação têm vindo a permitir o melhoramento ao nível dos modelos automatizados de informação *on-line*, que facilita e permitem a análise rigorosa da informação e a possibilidade de serem validados em real-time os dados principais e complementares de produção, indicadores económico financeiros e de qualidade, etc., para além de constituírem um meio eficaz de combate ao desperdício e à fraude.

Otimização do financiamento no âmbito do Contrato Programa

Reveste-se de grande importância a contratualização anual de objetivos de produção assistencial e de resultados financeiros, de forma a aumentar os níveis de eficiência e de desempenho dos serviços.

Esta contratualização é acompanhada continuamente pelo Conselho de Administração e respetivas direções de serviços. A produtividade e a eficiência são, diariamente, medidas e estimuladas no CHLO.

Os modelos de avaliação de desempenho, suportados em níveis adequados de produtividade e eficiência funcional implementados, referidos no ponto anterior, permitiram os necessários ajustamentos e correcções, tendo-se atingido um grau de cumprimento do Contrato Programa de 99,2%.

- **INVESTIMENTO**

Apesar das dificuldades financeiras inerentes à conjuntura nacional, o CHLO conseguiu não deixar de efectuar os investimentos importantes tendo em consideração a melhoria da qualidade dos serviços prestados. Do investimento indicativo previsto na ordem de 6,7 milhões de euros, foi realizado 5,2 milhões de euros, mesmo assim representou um acréscimo na ordem dos 10% face ao realizado no exercício anterior.

- **GASTOS COM PESSOAL**

As despesas com Pessoal realizadas em 2016 apresentaram um desvio negativo de 1,9% face as valores previstos. Conforme anteriormente referido este desvio é originado pelos Suplementos de Remuneração onde também se encontram incluídos a despesa acrescida realizada com a produção adicional. A variação desfavorável ocorrida nas despesas com pessoal face a 2015 foi fundamentalmente derivado da reposição salarial e demais orientações da Tutela para 2016 e, para colmatar parcialmente saídas ocorridas em anos anteriores verificou-se um aumento de 71 funcionários no quadro de pessoal

- **NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO**

Regista-se um acréscimo do endividamento do CHLO face ao Plano de Atividades. Considerando, apenas, os itens com impacto mais significativo, referem-se: (i) a variação negativa nas rubricas das actividades operacionais em virtude de os custos reais, nomeadamente o custo do medicamento e o custo do pessoal serem superiores ao previsto no Plano de Atividades, os primeiros por alterações da DGS e INFARMED ao nível da prescrição do medicamento do VIH e introdução de novos fármacos no mercado e os segundos pela reversão salarial, para além do facto de as receitas operacionais serem inferiores às previstas no plano de actividades; (ii) apesar do aumento das receitas próprias face a igual período do ano anterior e ao previsto, o prazo médio de recebimentos aumentou, tendo sido realizados todos os esforços no sentido de recuperação da mesma; (iii) pagamento, extraordinário e não previsto, de suplementos remuneratórios dos anos 2008 a 2012, provenientes da aplicação do regime do DL 62/79.

5.1.3. GRAU DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO (SIGO/SOE)

SIGO/SOE	Grau de execução	Nota Justificativa
Orçamento da Receita	102%	Verbas adicionais da ACCS para pagamentos de dívida em atraso.
Orçamento da Despesa	101%	Pagamento de suplementos remuneratórios referente ao período 2008-2012 de acordo com o estipulado no Dec. Lei nº 62/79; Pagamento de dívida de anos anteriores com a verbas ACSS

5.2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO DA TAXA MÉDIA ANUAL DE FINANCIAMENTO

Não aplicável em 2016. Inexistência de Passivo Remunerado e Custos e Perdas Financeiras.

Anos	2016	2015	2014	2013	2012
Encargos Financeiros (euros)	0	0	0	0	257
Taxa média Anual de Financiamento (%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,5%

5.3. LIMITES DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

A inexistência de Passivo Remunerado e Custos e Perdas Financeiras, é transcrita nos quadros seguintes:

(euros)

Passivo Remunerado	2016	2015	2014	2013	Var. 16/15	
					Var. Absol.	Var. (%)
Financiamentos obtidos (Correntes e não Correntes)	0	0	0	0	0	
... dos quais concedidos pela DGTF	0	0	0	0	0	
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	0	0	
Aumentos de Capital por conversão créditos	0	0	0	0	0	
Endividamento Ajustado	0	0	0	0	0	

5.4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES E ATRASOS NOS PAGAMENTOS ("ARREARS")

Os arrears de 49,6 milhões de euros registam um acréscimo face ao ano anterior. Considerando, apenas, os itens com impacto mais significativo, referem-se: (i) a variação negativa nas rubricas das actividades operacionais em virtude de os custos reais, nomeadamente o custo do medicamento e o custo do pessoal serem superiores ao previsto no Plano de Actividades, os primeiros por alterações da DGS e INFARMED ao nível da prescrição do medicamento do VIH e introdução de novos fármacos no mercado e os segundos pela reversão salarial, para além do facto de as receitas operacionais serem inferiores às previstas no plano de actividades; (ii) apesar do aumento das receitas próprias face a igual período do ano anterior e ao previsto, o prazo médio de recebimentos aumentou, tendo sido realizados todos os esforços no sentido de recuperação da mesma; (iii) pagamento, extraordinário e não previsto, de suplementos remuneratórios dos anos 2008 a 2012, provenientes da aplicação do regime do DL 62/79. O CHLO cumpre a obrigação trimestral de divulgação no sítio da internet da lista das dívidas superiores a 30 dias.

5.4.1. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES NOS TERMOS DA RCM 34/2008 COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO DESPACHO 9870/2009

PMP	2016	2015	Var. 16/15	
			Var. Absol.	Var. (%)
Prazo (dias)	316	268	48	17,9%

Verificou-se um acréscimo de 48 dias. O Prazo Médio de Pagamentos passou de 268 dias em 2015 para 316 dias em 2016. Apesar de se verificar um superavit na atividade operacional contudo, uma perda significativa de ativos - crédito a haver do Somos Compras, sobre responsabilidade da Such e simultaneamente um pagamento de suplementos aos Enfermeiros, Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos, referente a anos anteriores.

5.4.2. MAPA DA POSIÇÃO A 31/12/2015 DOS PAGAMENTOS EM ATRASO, NOS TERMOS DO DL 65-A/2011, DE 17/MAIO

(euros)

Dívidas Vencidas	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art.1º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	22.334.088	7.617.254	20.597.279	9.151.716	10.905.853
Aquisições de Capital	363.711	294.085	758.140	137.423	184.113
Total	22.697.799	7.911.340	21.355.419	9.289.139	11.089.966

5.5. RECOMENDAÇÕES DO ACCIONISTA

Aguarda-se a aprovação do Relatório de Gestão e Contas de 2015.

5.6. REMUNERAÇÕES

5.6.1 ÓRGÃOS SOCIAIS

5.6.1.1 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Não foram atribuídos prémios de Gestão
- Foram aplicadas as reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRL		N.º de Mandatos
			Forma	Data	Entidade	Pagadora (O/D)	
2014-2016	Presidente	Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais	Resolução n.º 36/2013 DR n.º 253	31/12/2013 (*)	CHLO	O	3
	Vogal Executivo	Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva			CHLO	D	3
	Vogal Executivo	Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira			CHLO	D	3
	Vogal Executivo	Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva (Directora Clínica)			CHLO	O	2
	Vogal Executivo	Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (Enfermeira Directora)			CHLO	D	3

(*) Produz efeitos a partir de 01/01/2014

Nota: OPRL: Opção pela Remuneração Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

(euros)

Nome	EGP			
	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)*	Remuneração mensal bruta	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais	N	B	5.523,24	1.663,39
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	S	B	3.891,47	1.556,59
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	S	B	3.891,47	1.556,59
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	N	B	4.956,75	1.330,88
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	S	B	3.891,47	1.556,59

Nota: EGP: Estatuto do Gestor Público

*Classificação atribuída ao CHLO (RCM n.º 36/12 de 26 de Março)

(euros)

Nome	Remuneração Anual					
	Fixa (1)	Varável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Reversões Remuneratórias (5)	Valor Bruto Final (6)= (3)-(4)+(5)
Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais	97.286,04		97.286,04	7.322,13	2.990,19	92.954,10
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	73.159,66		73.159,66	5.521,22	2.026,61	69.665,06
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	73.159,66		73.159,66	5.521,22	2.026,61	69.665,06
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	85.365,06		85.365,06	6.418,62	2.174,05	81.120,49
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	73.159,66		73.159,66	5.521,22	2.026,61	69.665,06
Total	402.130,08		402.130,08	30.304,40	11.244,08	383.069,76

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções/reversões remuneratórias)

(4) e (5) Redução e reversões remuneratórias previstas no artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, na Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro e na Lei 159-A/2015, de 30 de Dezembro

(euros)

Nome	Benefícios Sociais							
	Sub. Refeição		Regime de Protecção Social		Encargo Anual	Encargo Anual	Outros	
	Valor/Dia	Montante pago	Identificar	Encargo Anual	Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Identificar	Valor
Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais	4,27	965,02	ADSE/CGA	12.335,99				
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	4,27	1.029,07	ADSE/CGA	8.641,29				
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	4,27	973,56	Seg. Social	8.127,42				
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	4,27	969,29	ADSE/CGA	10.838,53				
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	4,27	986,37	ADSE/CGA	7.070,44				
Total		4.923,31		47.013,67	0,00	0,00		0,00

(euros)

Nome	Encargos com viaturas								
	Viatura atribuída (S/N)	Celebração de contrato (S/N)	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	N.º Prestações Contratuais Remanescentes
Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais	S	S		Leasing Financeiro	2006	2010			
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	S	S		Aquisição	2003				
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	S	S		Leasing Financeiro	2006	2010			
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	N	N/A							
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	S	S		Leasing Financeiro	2004	2007			

(1) Aquisição, ALD, Leasing ou Outra

(euros)

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço				
	Deslocações em Serviço	Custo com alojamento	Ajudas de custo	Outras	
				Identificar	Valor
Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais					
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva					
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira					
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva					
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa					
Total					0,00

Não se verificaram gastos associados a deslocações em serviço.

5.6.1.2 FISCAL ÚNICO

FISCAL ÚNICO

Mandato	Cargo	Identificação			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º de Inscrição na CMVM	Forma	Data	Data do Contrato		
2014-2016	Efectivo	BDO & Associados, Lda	SROC n.º 29	20161384	Despacho n.º 328/14-SET	03-03-2014	10-03-2014	6	2
		Representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias	ROC n.º 725	20160361					
	Suplente	Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira	ROC n.º 956	20160573					

(euros)

Nome	Valor anual do Contrato de Prestações de Serviços				Valor anual de Serviços Adicionais				
	Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)*	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)	Identificação do serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
BDO & Associados, Lda	16 681,44	1 309,50		14 859,84					0,00

(a) Não inclui IVA

(2) e (3) - reduções e reversões remuneratórias previstas na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e na Lei n.º 159-A/2015, de 30 de setembro

*Reversões referentes a 2016 no total de 512,10 euros a serem regularizadas em 2017

5.7. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

- ♦ **Não utilização de cartões de crédito:** Nenhum elemento do Órgão de Gestão usufrui de cartões de crédito ou outro instrumento de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa.
- ♦ **Não reembolso de despesas de representação pessoal:** Nenhum elemento do Órgão de Gestão é reembolsado de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.
- ♦ **Despesas Associadas a comunicações:**

(euros)

Nome	Gastos com Comunicações Móveis		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais	80,00	960,00	
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	80,00	960,00	
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	80,00	824,65	
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	80,00	752,52	
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	80,00	740,98	
Total		4.238,15	

- ♦ **Despesas combustível e portagens:**

(euros)

Nome	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a viaturas			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais	486,43	1.487,31	300,60	1.787,91	
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	389,15	2.074,19	1.028,40	3.102,59	
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	389,15	1.281,77	1.038,10	2.319,87	
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	0,00	0,00	0,00	0,00	
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	389,15	1.859,28	870,05	2.729,33	
Total				9.939,70	

5.8. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 16.º DO RJSPE E DO ARTIGO 11.º DO EGP

Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais

5.9. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS

Tendo em conta esta realidade, as políticas de RH tendem à promoção da igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres e à eliminação das discriminações, designadamente:

- ao nível do emprego e das remunerações;
- na esfera da tomada de decisão e da liderança;
- no acesso a oportunidades de formação;
- na articulação da vida profissional, pessoal e familiar;

Importa referir que na presença de um universo de trabalhadores maioritariamente feminino (74,5%) grande parte das preocupações plasmadas na Resolução do Conselho de Ministros n. 19/2012, de 23 de fevereiro são automaticamente neutralizadas, pelo que não se considerou a conceção de um plano para igualdade. Para além de que a remuneração é exactamente igual entre os dois sexos na mesma categoria

Todavia, o Conselho de administração do CHLO não ignora a problemática porque a preocupação não se resume tão-somente ao número de mulheres nos órgãos de gestão, mas também à não discriminação ou obstrução do exercício da função pelos pares, pelo que segue com especial cuidado a evolução da situação através de um acompanhamento regular.

5.10. RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

Encontra-se em curso a elaboração do Relatório Anual da Execução do PGRIC (Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas) do ano de 2016 com o objetivo de aferir se as medidas de melhoria (preventivas/corretivas) a adotar que constam no Plano se foram, ou não, implementadas/executadas durante o ano de 2016, tendo em consideração os prazos definidos, no sentido de mitigar ou dirimir os riscos correspondentes. Este relatório será publicitado oportunamente de acordo com o artigo 46º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro.

O PGRIC está publicado no Portal do SNS e no site da Internet da instituição no seguinte endereço:
http://www.chlo.min-saude.pt/images/documents/informacao_gestao/Plano_GRIC_1%20revisao.pdf

5.11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Foram observados os procedimentos de formação de contratos legalmente tipificados, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

Destacando-se a este nível a submissão a visto prévio do Tribunal de Contas de contratos de valor igual ou superior a 350.000 euros, nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.

5.12. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS E PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO

As aquisições ao abrigo de CPAs promovidos pela central de compras da saúde (SPMS) são, regra geral, obrigatórias, não carecendo de adesão, ainda que também integrem o Sistema Nacional de Compras Públicas.

O Despacho n.º 1571-B/2016, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 21, de 1 de fevereiro de 2016, determinou a centralização da aquisição de bens e serviços específicos da área da saúde, para todos os serviços e instituições do SNS, a qual é assegurada pela SPMS. Nestes termos, foi centralizada a aquisição dos bens e serviços constantes da Circular Informativa Conjunta n.º 2/ACSS/INFARMED/SPMS e da Circular Informativa Conjunta n.º 8/ACSS/INFARMED/SPMS.

Quanto ao mais, o CHLO é uma "entidade voluntária aderente".

No ano de 2016 não se verificou a aquisição de veículos.

5.13. MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

O aumento verificado no CMVMC continua a ser principalmente influenciado pela despesa registada com medicamentos inovadores e dispositivos médicos com justificados ganhos em saúde.

No entanto, as medidas implementadas no sentido da melhoria contínua dos níveis de eficiência, dando cumprimento às orientações do acionista, continuam a revelar reduções significativas nos Gastos operacionais na ordem dos 16% (variação 2010/2016).

- Medidas no âmbito da redução dos **gastos com comunicações** – renegociação dos contratos conseguindo diminuir a despesa em 68% face a 2010;
- Medidas no âmbito das **deslocações e ajudas de custo**: embora historicamente despesa de valor residual, em 2016 apresentaram, respetivamente uma redução de 63% e 40%, face a 2010.

(euros)

PRC	Meta	2016	2015	2014	2010	2016/2015		2016/2010	
						Var Absol	Var %	Var Absol	Var %
(0) EBITDA	13.894.780	8.532.004	352.903	570.843	-26.200.833	8.179.101	2317,7%	34.732.837	132,6%
(1) CMVMC	75.995.450	81.731.772	76.089.200	72.561.266	98.246.781	5.642.572	7,4%	-16.515.009	-16,8%
(2) FSE	26.738.892	25.576.250	26.808.587	26.139.445	35.476.088	-1.232.337	-4,6%	-9.899.838	-27,9%
(3) Gastos com Pessoal	104.917.305	106.932.980	101.055.746	100.634.110	119.732.040	5.877.235	5,8%	-12.799.059	-10,7%
(4) Indemnizações Pagas por rescisão		4.345	42.744	520.305	41.238	-38.399	-89,8%	-36.893	-89,5%
(5) Impacto da reversão das reduções remuneratórias		1.247.923	639.023	0	11.244	608.900	95,3%	1.236.679	10998,5%
(6) Gastos Operacionais (1)+(2)+(3)-(4)-(5)	207.651.647	212.988.735	203.271.766	198.814.517	253.402.426	9.718.989	4,8%	-40.413.891	-15,9%
(7) Volume de negócios (VN)	219.614.473	220.988.437	202.374.482	197.577.794	226.015.331	18.613.955	9,2%	-5.026.894	-2,2%
(8) Peso dos Gastos/VN= (6)/(7)	0,95	0,96	1,00	1,01	1,12	0,0	-4,0%	-0,2	-14,0%
Gastos com Comunicações (FSE)	203,4	192.801	203.416	255.014	593.047	-10.815	-5,2%	-400.246	-67,5%
Gastos com Deslocações/Alojamento (FSE)	12,3	7.438	12.342	19.744	20.060	-4.904	-39,7%	-12.623	-62,9%
Gastos com Ajudas de Custo (G c/ Pessoal)	9,6	7.092	12.957	9.634	11.904	-5.865	-45,3%	-4.812	-40,4%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)		3.914	3.807	3.741	n.a	107	2,8%	n.a	n.a
N.º Órgão Sociais (OS)		5	5	5	n.a	0	0,0%	n.a	n.a
N.º Cargos de Direção (CD)		19	18	17	n.a	1	5,6%	n.a	n.a
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)		3.890	3.784	3.719	n.a	106	2,8%	n.a	n.a
N.º Trabalhadores/ N.º CD		204,7	210,2	218,8	n.a	-5	-2,6%	n.a	n.a
N.º de viaturas	Redução face ao ano anterior	18	18	19	19	0	0,0%	-1	-5,3%
Gastos com viaturas	85,8	78.692	85.761	132.113	n.a	-7.069	-8,2%	n.a	n.a

5.14. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOUREARIA DO ESTADO

Foi dado cumprimento ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

A existência de contas bancárias fora do IGCP e de forma a dar Cumprimento ao Princípio de Unidade de Tesouraria, foi solicitado ao IGCP a dispensa deste cumprimentos (UTE) e no seguimento deste pedido foi remetido ao CHLO o Despacho n.º 1195/16 – SEATF – Dispensa parcial de acordo com o exposto no Despacho.

(euros)

Banca Comercial	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
IGCP	76.936,03	320.099,97	741.926,74	870.864,82
Montepio DO	31.339,20	35.958,53	80.589,55	118.691,57
Montepio DP	47.603,89	47.603,89	47.603,89	47.603,89
BPI	96.526,78	169.621,56	244.614,44	6.252,20
Total	252.406	573.284	1.114.735	1.043.412
Juros auferidos*				

* Juros obtidos do Montepio Geral no valor de 194,12€ a 31/12/2016 e entregues ao Estado

5.15. AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS (RECOMENDAÇÕES)

Não foram realizadas auditorias pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos.

5.16. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N.N.A	Data Atualização	
Estatutos	S	31/05/2016	
Caracterização da Empresa	S	31/05/2016	
Função de tutela e accionista	S	31/05/2016	
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:			
Identificação dos órgãos sociais	S	31/05/2016	
Estatuto remuneratório fixado	S	31/05/2016	
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	31/05/2016	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	31/05/2016	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos sociais	S	31/05/2016	
Esforço Financeiro Público	S	31/05/2016	
Ficha síntese	N		Int/DGTF: Aguarda aprov Contas por parte da Tutela
Informação Financeira histórica e actual	N		
Princípios de Bom governo			
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	31/05/2016	
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	S	31/05/2016	
Outras transacções	S	31/05/2016	
Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	S	31/05/2016	
Social	S	31/05/2016	
Ambiental	S	31/05/2016	
Avaliação do cumprimento dos PBG	S	31/05/2016	
Código de Ética	S	31/05/2016	

Legenda:

S - Sim

N - Não

N.A - Não Aplicável

5.17. INFORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA O SETOR DA SAÚDE

5.17.1. PRODUÇÃO SNS – CONTRATO PROGRAMA 2016

	Contratado		Produção		Marginal/Adicional		Estimativa de Especialização
	Quantidade	Valor (Euros)	Quantidade	Valor (Euros)	Quantidade	Valor (Euros)	
1. Consultas Externas:							
Nº 1ªs Consultas Médicas (s/ meipração)	72.607	4.938.728,14	72.607	4.938.728,14	0	0,00	4.938.728,14
Nº 1ªs Consultas referenciadas (CTH)	34.306	2.566.774,92	34.306	2.566.774,92	0	0,00	2.566.774,92
Nº 1ªs Consultas na Comunidade (Saúde Mental)	1.040	77.812,80	1.040	77.812,80	0	0,00	77.812,80
Nº 1ªs Consultas Centros de Referência	4.501	336.764,82	4.501	336.764,82	0	0,00	336.764,82
Nº Consultas Médicas Subsequentes (s/ meipração)	312.771	21.274.683,42	312.771	21.274.683,42	0	0,00	21.274.683,42
Nº Consultas Médicas Subsequentes na Comunidade (Saúde Mental)	12.907	965.701,74	12.907	965.701,74	0	0,00	965.701,74
Nº Consultas Médicas Subsequentes Centros de Referência	12.419	929.189,58	12.419	929.189,58	0	0,00	929.189,58
2. Internamento:							
Nº Doentes Equivalentes							
GDH Médicos	15.299	39.156.696,62	15.299	39.156.696,62	0	0,00	39.156.696,62
GDH Médicos Centros de Referência	219	588.540,58	219	588.540,58	0	0,00	588.540,58
GDH Cirúrgicos *	6.168	15.786.554,99	6.168	15.786.554,99	0	0,00	15.786.554,99
GDH Cirúrgicos Centros de Referência	420	1.128.707,97	420	1.128.707,97	0	0,00	1.128.707,97
GDH Cirúrgicos Urgentes *	3.497	8.502.805,39	3.497	8.502.805,39	0	0,00	8.502.805,39
GDH Cirúrgicos Urgentes Centros de Referência	311	793.993,18	311	793.993,18	0	0,00	793.993,18
Dias de Internamento de Doentes Crónicos							
Doentes Psiquiatria no Exterior (Ordens Religiosas)	1.662	65.100,54	1.662	65.100,54	0	0,00	65.100,54
Valor Total do Internamento		66.022.399,27		66.022.399,27		0,00	66.022.399,27
3. Episódios de GDH de Ambulatório:							
GDH Cirúrgicos *	7.821	12.518.625,00	7.821	12.518.625,00	0	0,00	12.518.625,00
GDH Médicos *	9.830	5.545.756,70	9.830	5.545.756,70	0	0,00	5.545.756,70
Valor dos GDH de Ambulatório		18.064.381,70		18.064.381,69		0,00	18.064.381,69
4. Urgências:							
Atendimentos SU - Polivalente	136.804	13.680.400,00	136.804	13.680.400,00	0	0,00	13.680.400,00
5. Sessões em Hospital de Dia:							
Base	10.977	221.076,78	10.977	221.076,78	0	0,00	221.076,78
Imuno-Hemoterapia	2.350	689.772,00	2.350	689.772,00	0	0,00	689.772,00
Psiquiatria	6.676	203.551,24	6.676	203.551,24	0	0,00	203.551,24
Valor Total do Hospital de Dia		1.114.400,02		1.114.400,02		0,00	1.114.400,02
6. Programas de gestão da doença crónica							
VIH/Sida (doentes em TARV) *	2.150	19.706.040,00	2.150	19.706.040,00	0	0,00	19.706.040,00
Esclerose múltipla - doentes em terapêutica modificadora	240	2.971.152,00	240	2.971.152,00	0	0,00	2.971.152,00
Tratamento de doentes c/ patologia oncológica - novos doentes							
Cancro do colon e reto (1º ano)	100	1.323.672,00	100	1.323.672,00	0	0,00	1.323.672,00
Cancro do colon e reto (2º ano)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
Telemonitorização ICC							
Elementos de Telemonitorização	2	3.240,34	2	3.240,34	0	0,00	3.240,34
Nº de doentes em tratamento	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
Doenças Lisossomais							
Doença de Pompe - N.º Doentes em Tratamento	1	244.106,20	1	244.106,20	0	0,00	244.106,20
8. Saúde sexual e reprodutiva							
IVG até 10 semanas							
Medicamentos (n.º IVG)	9	2.547,90	9	2.547,90	0	0,00	2.547,90
Cirúrgica (n.º IVG)	419	154.447,59	419	154.447,59	0	0,00	154.447,59
10. Colocação de Implantes Cocleares							
Implantes Unilaterais	20	375.000,00	20	375.000,00	0	0,00	375.000,00
Implantes Bilaterais	4	130.000,00	4	130.000,00	0	0,00	130.000,00
11. Serviço Domiciliário (consultas)	349	13.258,51	349	13.258,51	0	0,00	13.258,51
13. Outros:							
Medicamentos de cedência hospitalar em ambulatório		4.508.471,21		4.508.471,21			4.508.471,21
Internos		2.436.647,04		2.436.647,04			2.436.647,04
14. Valor da Produção		161.839.819,20		161.839.819,19			161.839.819,19
15. Convergência		30.042.924,63		30.042.924,63			30.042.924,63
16. Reposição salarial		2.953.621,80		2.953.621,80			2.953.621,80
TOTAL		194.836.365,63		194.836.365,62		0,00	194.836.365,62
Incentivos Institucionais		10.099.091,78					8.529.096,23

* Valores ajustados em função da atualização da produção

5.17.2. METAS CONTRATADAS – INDICADORES DE ACESSO, DESEMPENHO ASSISTENCIAL E DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO E INDICADORES REGIONAIS

Objectivos	Peso Relativo Indicador (%)	2016			2015	
		Meta	Real	Grau de Cumprimento (%)	Grau de Cumprimento Ajustado (%)	Índice de Desempenho
Objectivos Nacionais	60%					
Acesso	15%					14,2%
Percentagem das primeiras consultas no total de consultas médicas (%)	2%	25,0%	24,5%	98,20%	98,20%	2,0%
Percentagem de utentes referenciados para consulta externa atendidos em tempo adequado (%)	3%	79,7%	82,0%	102,9%	102,9%	3,1%
Peso das consultas externas com registo de alta no total de consultas externas (%)	2%	10,0%	6,7%	67,2%	67,2%	1,3%
Percentagem utentes inscritos em LIC (neoplasias malignas) com tempo de espera <= TMRG (%)*	2%	97,0%	95,7%	98,6%	98,6%	2,0%
Mediana de tempo de espera da LIC, em meses*	2%	3	3,7	76,7%	76,7%	1,5%
Percentagem de episódios de urgência atendidos dentro do tempo de espera previsto no protocolo de triagem	2%	80,0%	91,6%	114,5%	114,5%	2,3%
Percentagem de doentes sinalizados para a RNCCI, em tempo adequado, no total de doentes tratados (%)	2%	45,0%	44,72%	99,4%	99,4%	2,0%
Desempenho Assistencial	25%					25,3%
Percentagem reembolsamentos em 30 dias, na mesma Grande Categoria de Diagnóstico	2%	3,8%	4,17%	90,3%	90,3%	1,8%
Percentagem de doentes saídos com duração de internamento acima do limiar máximo (%)	2%	2,5%	2,92%	83,2%	83,2%	1,7%
Percentagem de cirurgias da anca efetuadas nas primeiras 48 horas (%)	2%	50,4%	44,44%	88,2%	88,2%	1,8%
Percentagem de cirurgias realizadas em ambulatório no total de cirurgias programadas (GDH) – para procedimentos ambulatorizáveis (%)	2%	78,1%	80,4%	102,9%	102,9%	2,1%
Percentagem de cirurgias realizadas em ambulatório, para procedimentos tendencialmente ambulatorizáveis	2%	19,6%	20,3%	103,6%	103,6%	2,1%
Índice de Demora Média Ajustada	3%	1,1700	1,1378	102,8%	102,8%	3,1%
Índice de Mortalidade Ajustada	3%	1,1600	1,1685	99,27%	99,27%	3,0%
Índice de Risco – Segurança do Doente	6%	8,0000	24,38	304,8%	120,0%	7,2%
Percentagem de embalagens de medicamentos prescritos, que são genéricos	3%	61,0%	53,5%	87,7%	87,7%	2,6%
Desempenho económico-financeiro	20%					15,6%
Percentagem de Custos com Horas Extraordinárias, Suplementos e FSE (seleccionados), no Total de Custos com Pessoal (%)*	5%	10,2%	11,0%	91,8%	91,8%	4,6%
Resultado antes juros, impostos, amortizações e depreciações (EBITDA) (€)*	5%	-15.952.286	8.532.004	253,5%	120,0%	6,0%
Acréscimo de Dívida Vencida (fornecedores externos) (€)*	5%	0,00	12.983.607	0,0%	0,0%	0,0%
Percentagem de proveitos operacionais extra contrato-programa, no total de proveitos operacionais (%)*	5%	8,7%	8,7%	100,2%	100,2%	5,0%
Objectivos Regionais Lisboa e Vale do Tejo	40%					29,4%
Taxa de internamentos DCV, entre residentes com < 65 anos*	5%	8,7	7,9	109,3%	109,3%	5,5%
Proporção de Recém Nascidos de termo, de baixo peso*	5%	1,0	0,3	173,0%	120,0%	6,0%
Percentagem Utenles referenciados para Consulta de Oftalmologia - Rastreio da Retinopatia diabética(CTH) atendidos em tempo adequado < X%*	5%	98%	100,0%	102,0%	102,0%	5,1%
Percentagem de Utenles em Espera para Cirurgia com Tempo Superior a 12 meses < X (%)*	10%	3,10%	5,9%	10,6%	0,0%	0,0%
Despesa de Medicamentos faturados por utilizador (PVP)*	15%	136,0	117	85,7%	85,7%	12,9%
Índice de Desempenho Global						84,5%
Valor Incentivos Contratados (€)						10.099.092
Valor Incentivos Realizados (€)						8.529.096

* Real com base informação interna CHLO por ainda não estar disponível no SIC

5.17.3. EXECUÇÃO FINANCEIRA CONTRATO PROGRAMA 2016 E DE ANOS ANTERIORES

(euros)

Contrato Programa (Ano)	Total Contratado	Valor faturado (de acordo com a estimativa proveitos)	Acréscimo registado	Adiantamentos recebidos	Saldo
2016	204.935.457	163.740.366	39.663.475	201.313.236	2.090.605
2015	196.485.748	167.565.082	16.865.758	183.781.308	649.531
2014	184.215.969	182.209.714	8.863.165	179.315.690	11.757.188
2013	195.823.677	189.757.488	3.609.129	187.689.614	5.677.003
2012	191.866.336	188.374.702	2.080.246	182.273.020	8.181.928

5.17.4. FATURAÇÃO LIQUIDA EMITIDA NO ANO, Saldos Devedores e Saldos Credores para cada uma das entidades pertencentes ao SNS

(euros)

Entidade terceira	NIF	Faturação emitida em 2016	Saldo devedor em 31.12.2016	Saldo Credor em 31.12.2016
ACSS - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL SISTEMA DE SAÚDE	508188423	186.122.118	443.274.805	385.723
ADM REGIONAL SAÚDE DO ALGARVE, IP	503148709	9.604	55.944	281
ADM REGIONAL SAÚDE DO ALENTEJO, IP	503148768	1.633	498	0
ARS LISBOA CENTRO, IP	503122165	258	93.004	15.200
ARS LISBOA E VALE DO TEJO, IP	503148776	5.493.951	10.212.930	5.430.959
CENTRO HOSP. TRAS-OS-MONTES E ALTO DOURO EPE	508100496	0	0	46.466
CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, EPE	509186998	50.779	60.667	0
CENTRO HOSPITALAR CASCAIS	505201380	542	342.762	0
CENTRO HOSPITALAR COVADABEIRA, E.P.E.	506361659	2.104	2.104	0
CENTRO HOSPITALAR DE LEIRIA, EPE	509822932	11.421	11.421	0
CENTRO HOSPITALAR DE SETÚBAL, E.P.E.	507606787	8.453	36.011	0
CENTRO HOSPITALAR DO ALGARVE, E.P.E.	510745997	146.218	138.629	193
CENTRO HOSPITALAR DO OESTE	510412009	71.486	511.709	0
CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E.P.E.	508331471	601	840	3.164
CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	510103448	6.990	25.389	4.589
CENTRO HOSPITALAR ENTRE O DOURO E VOUGA, EPE	508878462	190	190	0
CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, E.P.E.	508080142	168.035	1.258.511	30.376
CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E.P.E.	508481287	8.498	309.624	100.950
CENTRO HOSPITALAR MÉDIO TEJO, E.P.E.	506361608	673	51.965	0
CENTRO HOSPITALAR SÃO JOÃO, EPE	509821197	0	0	0
CENTRO HOSPITALAR TAMEGAE SOUSA, E.P.E.	508318262	56	56	34.000
CENTRO HOSPITALAR TONDELAVISEU, EPE	509822940	251	251	0
HOSPITAL DISTRIAL DE SANTARÉM, E.P.E.	506361462	87.347	85.832	0
HOSPITAL DO ESPÍRITO SANTO DE EVORA, E.P.E.	508085888	55.952	58.394	0
HOSPITAL GARCIA DE ORTA, E.P.E. - ALMADA	506361470	1.000	28.515	9.482
HOSPITAL PROF. DR. FERNANDO FONSECA, E.P.E. (AMADORA - SINTRA)	503035416	140.769	88.239	45.377
HOSPITAL REYNALDO DOS SANTOS - VILA FRANCA XIRA	501536272	0	71.037	0
INST. NAC. SAÚDE DR. RICARDO JORGE, IP	501427511	0	15.448	55.322
INSTITUTO NACIONAL EMERGENCIA MÉDICA	501356126	121.684	3.863	0
INSTITUTO OFTALMOLOGIA DR. GAMAPINTO	600000052	0	0	17.799
INSTITUTO PORTUGUÊS ONCOLOGIA LISBOA FRANCISCO GEN	506361616	33.117	127.336	21.564
INSTITUTO PORTUGUÊS ONCOLOGIA PORTO EPE	506362299	0	0	127
INSTITUTO PORTUGUÊS SANGUE E TRANSPLANTAÇÃO, IP	502423943	0	8.578	1.291.284
ULSBA - UNIDADE LOCAL SAÚDE BAIXO ALENTEJO, EPE	508754275	61.232	179.988	4.181
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, EPE	509309844	83	70.088	0
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE MATOSINHOS, E.P.E.	506361390	0	147	1.056
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE LITORAL ALENTEJANO, E.P.E.	510445152	168	152	0
UNIDADE LOCAL SAÚDE GUARDA, EPE	508752000	83.170	84.094	0
UNIDADE LOCAL SAÚDE NORTE ALENTEJANO, E.P.E.	508094461	10.131	42.464	0

5.17.5. INVESTIMENTOS DE 2016 SUPERIORES A 100.000 €

(euros)

Designação do investimento/projeto	Valor Total do Projeto	Plurianual Indicar Período	Autorizado por (Tabela/Finanças/CA, data)	Investimento co-financiado (Sim/Não)	Valor da Execução financeira 2016
Aquisição de Arco em C, para substituição urgente de equipamento imprescindível ao funcionamento do Bloco Operatório do Hospital Egas Moniz	183.750	N.A	CA 16/03/2016*	Não	183.750

*Investimento submetido à ARS em 2014 e fevereiro de 2016
Valor sem IVA incluído

6

GRELHA DE VALIDAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO ADOTADAS EM 2016

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
I	Síntese (Sumário Executivo)	X		X		3	
II	Missão, Objetivos e Políticas	X		X		5	
1.	Missão, Visão e Valores.	X		X		5	
2.	Políticas e linhas de ação	X		X		6	
3.	Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da entidade.	X		X		11	
4.	Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais	X		X		11	
III	Estrutura de Capital	X		X		12	
1.	Estrutura de capital	X		X		12	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	X		X		13	
3.	Acordos parassociais.	X		X		13	
IV	Participações Sociais e Obrigações detidas	X		X		13	
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades	X		X		13	
2.	Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional (vide alínea c) do n.º1 do artigo 44.º do RJSPE	X		X		13	
3.	Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos do n.º5 do artigo 447.º do CSC	X		X		13	
4.	Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a entidade	X		X		14	
V	Órgãos Sociais e Comissões	X		X		14	
A.	Mesa da Assembleia Geral	X		X		14	
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		14	
2.	Identificação das deliberações acionistas.	X		X		14	
B.	Administração e Supervisão	X		X		14	
1.	Modelo de governo adotado	X		X		14	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		16	
3.	Composição do Conselho de Administração Executivo.	X		X		16	
4.	Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes.	X		X		16	
5.	Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração	X		X		17	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
6.	Apresentação de declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (vide artigo 52.º do RJSPE)	X		X		24	Anexo
7.	Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas.	X		X		24	
8.	Organograma	X		X		24	
9.	Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo	X		X		28	
C.	Fiscalização	X		X		40	
1.	Identificação do órgão de fiscalização	X		X		40	
2.	Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, do CSC	X		X		41	
3.	Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos.	X		X		41	
4.	Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras.	X		X		42	
D.	Revisor Oficial de Contas	X		X		43	
1.	Identificação do ROC, SROC.	X		X		43	
2.	Indicação das limitações, legais	X		X		43	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta entidade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência.	X		X		43	
4.	Descrição de outros serviços prestados pela SROC à entidade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC.	X		X		43	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sím	Não	Sím	Não		
E.	Auditor Externo	X		X		43	
1.	Identificação.	X		X		43	
2.	Explicitação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita	X		X		43	
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a entidade e/ou para entidades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.	X		X		44	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga pela entidade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede.	X		X		44	
VI.	Organização Interna	X		X		44	
A.	Estatutos e Comunicações	X		X		44	
1.	Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da entidade	X		X		44	
2.	Caraterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na entidade	X		X		44	
3.	Indicação das políticas antifraude.	X		X		46	
B.	Controlo interno e gestão de riscos	X		X		48	
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X		X		48	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	X		X		49	
3.	Em caso de existência de Plano estratégico e de política de risco da entidade, deve incluir a definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificar as principais medidas adotadas	X		X		50	
4.	Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da entidade.	X		X		51	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	X		X		51	
6.	Identificação e descrição dos principais tipos de riscos.	X		X		51	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	X		X		53	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	X		X		55	
C.	Regulamentos e Códigos	X		X		56	
1.	Regulamentos internos aplicáveis e	X		X		56	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
	regulamentos externos a que a entidade está legalmente obrigada.						
2.	Código de Ética.	X		X		56	
3.	Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC).	X		X		58	
D.	Deveres especiais de informação	X		X		58	
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita.	X		X		58	
2.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita	X		X		60	
E.	Sítio de Internet	X		X		60	
1.	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		60	
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	X		X		61	
1.	Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral	X		X		61	
2.	Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público	X		X		62	
VII	Remunerações	X		X		64	
A.	Competência para a Determinação	X		X		64	
1.	Competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.	X		X		64	
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a entidade.	X		X		64	
3.	Declaração dos membros do órgão de administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.	X		X		64	Anexo
B.	Comissão de Fixação de Remunerações	X		X		64	
	Composição.	X		X		64	
C.	Estrutura das Remunerações	X		X		65	
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		65	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da entidade.	X		X		65	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	X		X		65	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	X		X		65	
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	X		X		65	
6.	Regimes complementares de pensões.	X		X		66	
D.	Divulgação das Remunerações	X		X		66	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X		X		66	
2.	Montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo.	X		X		67	
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	X		X		67	
4.	Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos.	X		X		68	
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	X		X		68	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X		X		68	
VIII	Transações com partes Relacionadas e Outras	X		X		68	
1.	Mecanismos implementados pela entidade para controlo de transações com partes relacionadas.	X		X		68	
2.	Informação sobre outras transações.	X		X		69	
IX	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental	X		X		70	
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X		X		70	
2.	Políticas prosseguidas.	X		X		71	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: a) Responsabilidade social b) Responsabilidade ambiental c) Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres d) Princípio da Igualdade do Género e) Políticas de Valorização Profissional f) Responsabilidade Económica	X		X		76	
X	Avaliação do Governo Societário	X		X		80	
1.	Cumprimento das Recomendações	X		X		80	
2.	Outras informações	X		X		82	

7 ACTIVIDADE GLOBAL EM 2016

7.1. INDICADORES GLOBAIS POR LINHA DE ACTIVIDADE

Em termos globais, a atividade assistencial registou em 2016, face ao período homólogo, um aumento nas linhas de produção de GDH's Cirúrgicos de Ambulatório (12,6%), GDH's Médicos de Ambulatório e Urgências (4,2%). As Consultas Externas apresentam valores da mesma ordem do ano transacto e as linhas de produção do Internamento e Hospital de Dia verificaram um decréscimo 0,4% e 4,1% respetivamente.

No âmbito do Contrato Programa 2016, a produção apresentou uma taxa de execução de 100%.

INTERNAMENTO

	2015	2016	Δ%
Lotação *	782	793	1,4%
Berçário	28	28	0,0%
Doentes Saídos sem transf. Internas	27.198	27.097	-0,4%
Doentes Saídos sem Berçário	25.043	24.833	-0,8%
Doentes Saídos Berçário	2.155	2.264	5,1%
Doentes Saídos com transf. Internas	35.024	35.008	0,0%
Doentes Saídos sem Berçário	32.808	32.676	-0,4%
Doentes Saídos Berçário	2.216	2.332	5,2%
Demora média (dias)	9,5	9,5	0,0
Taxa de Ocupação	83,8%	83,0%	-0,8pp
Doentes Saídos / Cama	31,8	30,3	-1,5

* Lotação 2016: Não inclui 20 camas Plano Contingência abertas em Dezembro

BLOCO OPERATÓRIO

	2015	2016	Δ%
Total de Intervenções	22.472	22.850	1,7%
Cirurgia Convencional	9.039	8.392	-7,2%
Cirurgia de Ambulatório	9.701	11.005	13,4%
Cirurgia Urgente	3.732	3.453	-7,5%
Total de Doentes Intervencionados	18.284	18.550	1,5%
Cirurgia Convencional	7.335	6.968	-5,0%
Cirurgia de Ambulatório	7.674	8.528	11,1%
Cirurgia Urgente	3.275	3.054	-6,7%

GDH AMBULATÓRIO

	2015	2016	Δ%
Cirúrgicos	7.127	8.026	12,6%
Médicos	9.549	9.953	4,2%

* N.º GDHs de 2015 atualizados

CONSULTA EXTERNA

	2015	2016	Δ%
Consultas Realizadas	462.107	461.690	-0,1%
N.º de Primeiras Consultas	108.481	113.242	4,4%
Primeiras Consultas / Total	23,5%	24,5%	4,5%

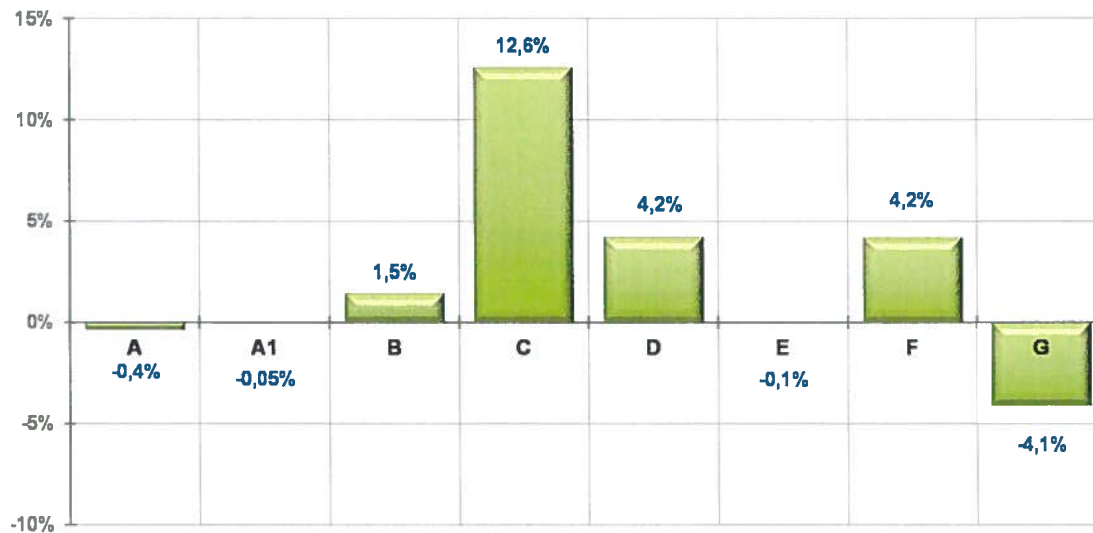
URGÊNCIA

	2015	2016	Δ%
Doentes Entrados	151.222	157.596	4,2%
Urgência Geral	84.057	88.443	5,2%
Urgência Pediátrica	33.278	35.429	6,5%
Urgência Obstétrica	15.355	15.846	3,2%
Urgência Oftalmologia	9.025	7.961	-11,8%
Urgência Otorrinolaringologia	9.507	9.917	4,3%

HOSPITAL DE DIA

	2015	2016	Δ%
Sessões (não inclui diálise e quimio)	21.075	20.213	-4,1%
Psiquiatria	5.196	4.485	-13,7%
Pedopsiquiatria	2.144	2.191	2,2%
Imunohemoterapia	4.165	4.070	-2,3%
Pediatria	235	212	-9,8%
Pneumologia	258	237	-8,1%
Outras	8.778	8.822	0,5%
Infecciologia	288	189	-34,4%
Infecciologia Pediátrica	11	7	-36,4%
Hemodiálise	8.693	8.813	1,4%

Actividade Global - Var % 2016/2015



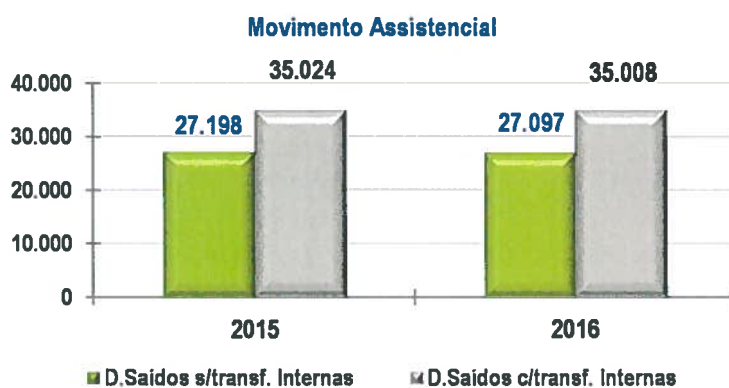
- A – Doentes Saídos do Internamento sem Transferência. Internas
- A1 – Doentes Saídos do Internamento com Transferência. Internas
- B – Bloco Operatório - Doentes Intervencionados
- C - GDH's Cirúrgicos de Ambulatório
- D – GDH's Médicos Ambulatório
- E – Consulta Externa
- F – Urgência
- G – Hospital de Dia

7.1.1. INTERNAMENTO

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E ALGUNS INDICADORES DO INTERNAMENTO

	2015	2016	Δ%
Lotação	782	793	1,4%
Berçário	28	28	0,0%
Total de Doentes Saídos sem transf. Internas	27.198	27.097	-0,4%
Doentes saídos sem Berçário*	25.043	24.833	-0,8%
Doentes Saídos Berçário	2.155	2.264	5,1%
Total de Doentes Saídos com transf. Internas	35.024	35.008	0,0%
Doentes saídos sem Berçário*	32.808	32.676	-0,4%
Doentes Saídos Berçário	2.216	2.332	5,2%
Total Dias Internamento	243.005	240.228	-1,1%
Dias de Internam. sem Berçário	237.075	234.298	-1,2%
Dias Internam. Berçário	5.930	5.930	0,0%
<i>Demora média (dias)</i>	9,5	9,5	0,0
<i>Taxa ocupação (%)</i>	83,8%	83,0%	-0,8pp
<i>Doentes Saídos / Cama</i>	31,8	30,3	-1,5

* Lotação 2016: Não inclui 20 camas Plano Contingência abertas em Dezembro



Durante o ano de 2016 registaram-se 27.097 altas, tendo-se verificado uma ligeira diminuição no número de doentes saídos em relação ao ano anterior, representando um decréscimo de 0,4%.

O Berçário com 2.264 altas registou um acréscimo de 5,1% em relação a 2015.

DOENTES SAÍDOS POR GDHS - 2015/2016

	N.º Doentes	Dias Internam.	Demora Média	N.º Doentes	Dias Internam.	Demora Média	N.º Doentes	Dias Internam.	Demora Média
	2015			2016			Δ % 2016/2015		
GDH Médicos	15.870	138.697	8,7	15.827	141.308	8,9	-0,3%	1,9%	2,2%
GDH Cirúrgicos	10.844	105.303	9,7	10.689	99.504	9,3	-1,4%	-5,5%	-4,1%
Urgentes	3.809	57.830	15,2	4.022	56.100	13,9	5,6%	-3,0%	-8,1%
Programados	7.035	47.473	6,7	6.667	43.404	6,5	-5,2%	-8,6%	-3,5%
Total GDHs	26.714	244.000	9,1	26.516	240.812	9,1	-0,7%	-1,3%	-0,6%

Nota: Inclui GDH não facturáveis

Fonte: Base de dados WEBGDH

Nota: 611 Episódios de Internamento por codificar

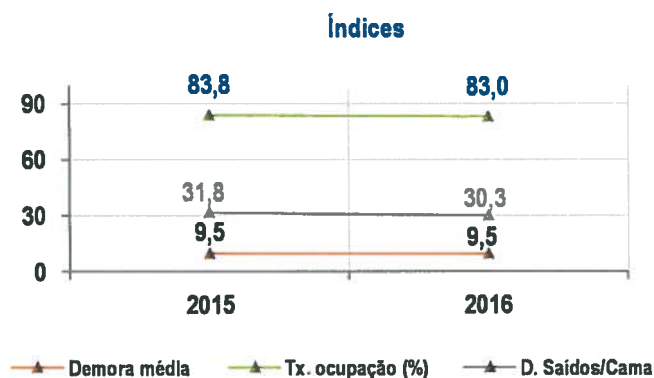
O número total de altas registadas no CHLO em 2016 gerou 26.516 GDH'S, dos quais cerca de 60% dizem respeito a Gdh's Médicos e 40 % a Gdh's Cirúrgicos.

LOTAÇÃO E TAXA DE OCUPAÇÃO 2016

Especialidades	2016	% Ocup.	Especialidades	2016	% Ocup.
Cardiologia	35	86,2%	Neurologia	16	83,4%
Cardiologia Pediátrica	8	66,5%	Oftalmologia	2	26,5%
Cirurgia Cardiorrástica	33	83,1%	Unidade Oncológica	3	95,4%
Cirurgia Geral	107	72,7%	Ortopedia	49	96,5%
Cirurgia Vascular	14	91,8%	Otorrinolaringologia	10	103,3%
Cirurgia Plástica	20	60,4%	Pediatria	21	57,0%
Endocrinologia e Nutrição	6	44,5%	Pneumologia	20	77,3%
Gastroenterologia	12	104,1%	Reumatologia	4	66,6%
Ginecologia/Obstetrícia	63	64,3%	Urologia	19	75,0%
Hematologia	13	80,8%	U.C.I.C	17	82,5%
Infecciologia	26	69,2%	Unid. Cuid. Intens. Coronária	6	77,1%
Medicina Interna	170	97,8%	U.C.I.P	16	77,5%
Nefrologia	27	88,8%	Unid. Cuid. Intens. Cardiobrácos	13	85,0%
Neurocirurgia	25	93,6%	Unid. Cuid. Intens. Neonatais	14	80,1%
Neurotraumatologia	19	91,0%	Psiquiatria (Agudos)	25	86,4%
TOTAL GERAL	813				83,0%

A lotação inclui 20 camas Plano Contingência abertas em dezembro, bem como a reaberta de 6 camas com a conclusão das obras do Serviço de Cirurgia Geral do HSF.

No que diz respeito aos indicadores, taxa de ocupação, doentes saídos por cama e demora média, verificou-se que a taxa de ocupação global do CHLO manteve-se a um nível bastante favorável (83,0%) e a demora média global situou-se na ordem dos 9,5 dias.



De acordo com o agrupador de episódios de internamento em Grupos de Diagnósticos Homogêneos (GDH) (GDH All Patient Refined DRG (APR)), que permite efectuar uma caracterização mais detalhada da morbilidade hospitalar no que respeita à complexidade dos doentes tratados e que tem em consideração as diferenças existentes nos doentes quanto à severidade da doença e ao risco de mortalidade, o CHLO mantém, sem grandes alterações, a predominância da área materno-infantil, logo seguido das patologias do aparelho circulatório e do coração.

O quadro seguinte inclui as 15 patologias mais frequentes no ano 2016:

15 GDHS MAIS FREQUENTES - 2016

GDH	Tipo	Designação	Nível Severidade	Nº Doentes Saídos	Demora Média
640	M	Recém-nascido, peso ao nascer > 2499g, normal ou com outros problemas	1	1.436	2,6
			2	566	2,8
			3	60	3,8
		Total		2.062	2,7
560	M	Parto vaginal	1	1.347	2,8
			2	326	4,3
			3	17	10,3
		Total		1.690	3,2
139	M	Outras pneumonias	1	102	7,4
			2	436	9,9
			3	334	14,0
			4	37	21,9
		Total		909	11,6
175	C	Procedimentos cardiovasculares percutâneos sem enfarte agudo do miocárdio	1	593	1,4
			2	119	4,2
			3	37	11,5
			4	39	22,7
		Total		788	3,3
540	C	Parto por cesariana	1	486	4,0
			2	190	5,6
			3	30	10,4
			4	2	24,0
		Total		708	4,7

GDH	Tipo	Designação	Nível Severidade	Nº Doentes Saídos	Demora Média
463	M	Infecções do rim e/ou vias urinárias	1	84	6,3
			2	324	9,9
			3	248	12,6
			4	20	21,2
			Total	676	10,8
194	M	Insuficiência cardíaca	1	48	8,1
			2	353	9,6
			3	223	13,5
			4	35	31,2
			Total	659	11,9
45	M	Acidente vascular cerebral e/ou oclusão pré-cerebral com enfarte	1	126	8,5
			2	296	11,7
			3	104	25,0
			4	9	84,2
			Total	535	14,7
174	C	Procedimentos cardiovasculares percutâneos com enfarte agudo do miocárdio	1	298	3,6
			2	104	6,6
			3	14	19,4
			4	8	34,4
			Total	424	5,4
163	C	Procedimentos nas válvulas cardíacas, sem cateterismo cardíaco	1	204	12,3
			2	167	16,7
			3	44	30,5
			4	5	30,0
			Total	420	16,2
98	C	Outros procedimentos no ouvido, nariz, boca e/ou garganta	1	305	2,6
			2	76	5,2
			3	1	2,0
			4	1	32,0
			Total	383	3,2
144	M	Sinais, sintomas e/ou diagnósticos minor respiratórios	1	44	6,8
			2	203	9,0
			3	123	13,7
			4	7	15,7
			Total	377	10,4
21	C	Craniotomia exceto por traumatismo	1	172	15,8
			2	111	20,6
			3	32	35,9
			4	7	53,6
			Total	322	20,3
173	C	Outros procedimentos vasculares	1	135	4,8
			2	103	9,0
			3	50	30,0
			4	8	34,4
			Total	296	11,3
263	C	Colecistectomia laparoscópica	1	193	3,7
			2	77	6,4
			3	11	15,9
			4	3	24,0
			Total	284	5

Tipo GDH: M:Médico/C:Cirúrgico

Nível Severidade: nível 1: menor; nível 2: Moderado; nível 3: Major; nível 4: Extremo

Fonte: CHLO-Base Dados WEBGDH

Nota: 169 Episódios de Internamento por codificar

A nível do Contrato Programa, os valores de ICM normalizados fixaram-se em 2016, quer para o internamento cirúrgico quer para o médico, em 1,1201.

O Índice de *case-mix* global do CHLO é substancialmente influenciado pelo peso das valências da área materno-infantil e não de uma subespecialização no conjunto global da sua produção.

7.1.2. BLOCO OPERATÓRIO

O Centro Hospitalar dispõe de três blocos operatórios centrais, o Bloco I com quatro salas, o Bloco II com sete salas e o Bloco III com cinco salas operatórias, que são utilizadas para a cirurgia convencional. O HSFX ainda dispõe de três salas individuais de parto. No HEM, existem ainda mais seis salas de Bloco, duas da Unidade de Cirurgia do Ambulatório (UCA), duas que constituem o Bloco de Oftalmologia e duas salas de Bloco de Dermatologia.

O Serviço de Urgência Geral utiliza o Bloco I.

MOVIMENTO CIRÚRGICO - N.º DE DOENTES INTERVENCIONADOS

	2015	2016	Δ%
Total Geral	18.284	18.550	1,5%
Cirurgia Convencional	7.335	6.968	-5,0%
Cirurgia Ambulatória	7.674	8.528	11,1%
Cirurgia de Urgência*	3.275	3.054	-6,7%
<i>% Cirurg Programada/Total</i>	82,1%	83,5%	1,4 pp
<i>% Cirurg Ambulatório/Programada</i>	51,1%	55,0%	3,9 pp

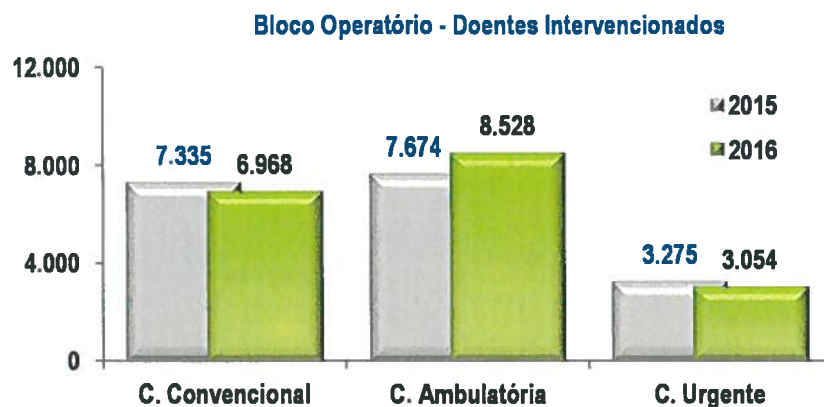
Nota: Cirurg. Programada = C. Convencional + C. Ambulatório

* Cirurgia de Urgência 2015 foi corrigida: Não inclui partos Eutócicos, indevidamente registados em 2015

A atividade cirúrgica registou, em dezembro de 2016, face ao período homólogo, um aumento de 1,5% no total de doentes intervencionados, passando de 18.284 doentes para 18.550.

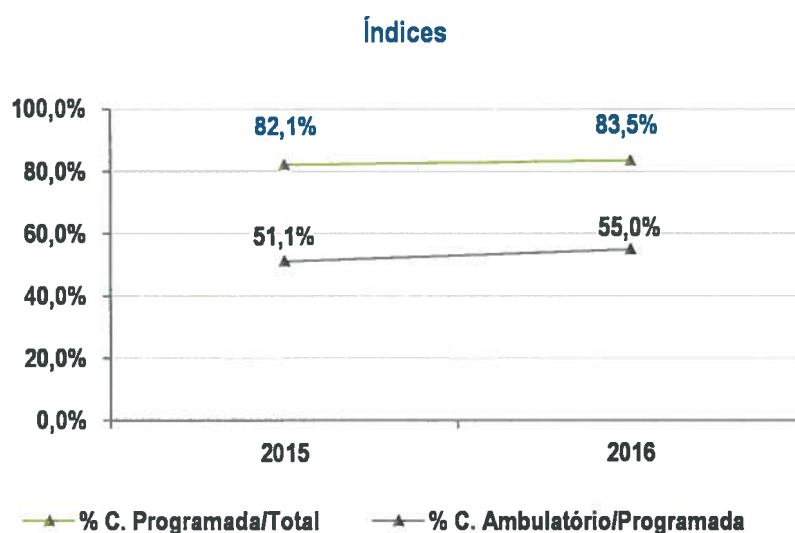
Apesar do referido aumento de produção, o acréscimo na actividade não foi mais acentuado, principalmente, devido à saída de alguns profissionais (Cirurgiões e Anestesiastas), por motivo de reformas e outros ainda não substituídos.

A evolução positiva da actividade do bloco deveu-se à Cirurgia de Ambulatório, registando um acréscimo de doentes intervencionados na ordem de 11,1%. A Cirurgia Urgente e a Cirurgia Convencional registaram uma redução de doentes intervencionados em 6,7% e 5,0%, respetivamente.



A taxa de ambulatorização em 2016 registou 55,0%, um aumento de 3,9 pp em relação a 2015 (51,1%).

A Cirurgia Programada constituiu 83,5% do movimento cirúrgico do CHLO, no ano 2016.



MOVIMENTO CIRÚRGICO POR ESPECIALIDADES

	N.º Doentes Intervencionados		
	2015	2016	Δ%
Especialidades	18.284	18.550	1,5%
Cirurgia Geral	4.109	3.833	-6,7%
Urgente	839	832	-0,8%
Convencional	2.068	1.962	-5,1%
Ambulatório	1.202	1.039	-13,6%
Cirurgia Vascular	514	671	30,5%
Urgente	27	33	22,2%
Convencional	353	364	3,1%
Ambulatório	134	274	104,5%
Cirurgia Plástica	1.795	1.888	5,2%
Urgente	152	186	22,4%
Convencional	477	479	0,4%
Ambulatório	1.166	1.223	4,9%
Cirurgia Cardiorádica	1.070	1.073	0,3%
Urgente	300	293	-2,3%
Convencional	766	764	-0,3%
Ambulatório	4	16	300,0%
Dermatologia	922	694	-24,7%
Ambulatório	922	694	-24,7%
Estomatologia	90	285	216,7%
Ambulatório	90	285	216,7%
Ginecologia	650	673	3,5%
Urgente	34	39	14,7%
Convencional	361	318	-11,9%
Ambulatório	255	316	23,9%
Obstetrícia	1.270	981	-22,8%
Urgente	1.134	877	-22,7%
Convencional	136	104	-23,5%
Neurocirurgia	1.378	1.236	-10,3%
Urgente	378	374	-1,1%
Convencional	738	643	-12,9%
Ambulatório	262	219	-16,4%
Oftalmologia	2.880	3.692	28,2%
Urgente	1	1	0,0%
Convencional	33	26	-21,2%
Ambulatório	2.846	3.665	28,8%
Ortopedia	1.160	1.227	5,8%
Urgente	151	192	27,2%
Convencional	794	807	1,6%
Ambulatório	215	228	6,0%
Otorrinolaringologia	1.332	1.270	-4,7%
Urgente	99	70	-29,3%
Convencional	865	822	-5,0%
Ambulatório	368	378	2,7%
Urologia	1.114	1.027	-7,8%
Urgente	160	156	-2,5%
Convencional	744	676	-9,1%
Ambulatório	210	195	-7,1%

Observando o movimento nos diferentes Serviços/Especialidades (doentes intervencionados), a atividade cirúrgica em 2016 registou, face ao período homólogo, um crescimento de 1,5%, passando de 18.284 doentes para 18.550.

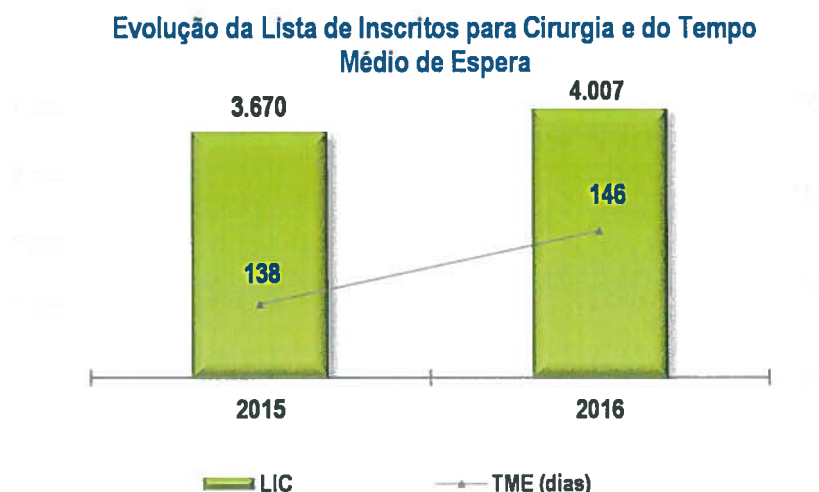
De salientar o acréscimo de produção nas especialidades de Estomatologia (216,7%), Cirurgia Vascular (30,5%), Oftalmologia (28,2%), Ortopedia (5,8%) e Cirurgia Plástica (5,2%).

Destacou-se o aumento verificado de Cirurgias de Ambulatório nas especialidades de Oftalmologia (2.846 para 3.665), Cirurgia Vascular (134 para 274), Estomatologia (90 para 285), Ginecologia (255 para 316) e Cirurgia Plástica (1.166 para 1.223).

Em relação à produção de Cirurgia Convencional, as especialidades de Cirurgia Vascular e Ortopedia foram as que registaram acréscimo da actividade na ordem de 3,1% e 1,6 respetivamente.

7.1.2.1. LISTA DE INSCRITOS PARA CIRURGIA E TEMPO MÉDIO DE ESPERA PARA CIRURGIA

O número de doentes em Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC), registou um aumento de 337 doentes, passou de 3.670 doentes inscritos em 2015 para 4.007 em 2016, e o Tempo médio de espera (TME) apresentou um acréscimo de 8 dias, passando de 138 dias em 2015 para 146 em 2016.



PERCENTAGEM DE DOENTES CIRÚRGICOS EM LIC DENTRO DO TMRG

Grupo de Patologia	TMRG Dias Seguidos	N. Inscritos LIC 2015	N. Inscritos LIC 2016	N. Inscritos LIC ≤ TMRG 2015	N. Inscritos LIC ≤ TMRG 2016	% Doentes operados dentro do TMRG - 2015	% Doentes operados dentro do TMRG - 2016
Normal	270	2.914	3.785	2.544	3.246	87,3%	85,8%
Normal Oncologia	60	47	30	45	30	95,7%	100,0%
Prioritário	60	179	156	99	88	55,3%	56,4%
Prioritário Oncologia	45	15	16	15	14	100,0%	87,5%
Muito Prioritário	15	18	7	8	2	44,4%	28,6%
Muito Prioritário Oncologia	15	1	0	0	0	0,0%	-
Urgência Diferida	3	8	13	4	3	50,0%	23,1%
Urgência Diferida Oncologia	3	0	0	0	0	-	-
Total		3.182	4.007	2.715	3.383	86,4%	84,4%

No que se refere ao Indicador " Percentagem de inscritos em LIC (neoplasias malignas) com tempo de espera ≤ TMRG" o CHLO atingiu 95,7% (objetivo 97%).

LISTA DE INSCRITOS E TEMPO DE ESPERA POR ESPECIALIDADE

Unidade Hospitalar	Especialidades	Total Episódios em LIC	Tempo médio de espera (em meses)	Tempo médio de espera (em dias)	Mediana Tempo espera (em meses)
Hospital Egas Moniz	CHLO - HEM Cirurgia Plástica e Rec.	167	4,7	141	3,7
	CHLO - HEM Oftalmologia	368	2,5	76	2,0
	CHLO - HEM Neurocirurgia	303	4,1	122	3,2
	CHLO - HEM ORL	439	4,2	126	3,2
	CHLO - HEM Esimabologia	23	2,4	73	1,7
	CHLO - HEM Cirurgia Geral II	362	5,2	155	3,4
	CHLO - HEM Urologia	257	4,7	141	4,1
	CHLO - HEM Cirurgia Vascular	389	7,5	226	6,6
	CHLO - HEM UTOCO	88	8,5	255	6,9
	CHLO - HEM Dermatologia	36	0,7	21	0,2
Hospital São Francisco Xavier	CHLO - HSFX Cirurgia Geral I	196	2,8	83	2,0
	CHLO - HSFX Ginecologia	324	5,0	150	3,7
	CHLO - HSFX Ortopedia	650	5,9	178	3,9
Hospital Santa Cruz	CHLO - HSC Cirurgia Geral III	198	3,6	107	2,9
	CHLO - HSC Cirurgia Cardiobracca	207	5,4	163	3,9
Total		4.007	4,9	146	3,7

Com uma mediana de tempo de espera em LIC de 3,7 meses, este indicador ficou aquém do objetivo (3 meses).

LISTA DE ESPERA POR ESPECIALIDADE

Unidade Hospitalar	Especialidades	≤12 meses	> 12 meses	Total
Hospital Egas Moniz	CHLO - HEM Cirurgia Plástica e Rec.	154		154
	CHLO - HEM Oftalmologia	361		361
	CHLO - HEM Neurocirurgia	277	5	282
	CHLO - HEM ORL	418	5	423
	CHLO - HEM Estomatologia	21		21
	CHLO - HEM Cirurgia Geral II	294	32	326
	CHLO - HEM Urologia	221		221
	CHLO - HEM Cirurgia Vascular	335	37	372
	CHLO - HEM UTGO	72	16	88
	CHLO - HEM Dermatologia	16		16
Hospital São Francisco Xavier	CHLO - HSFX Cirurgia Geral I	168	2	170
	CHLO - HSFX Ginecologia	277	23	300
	CHLO - HSFX Ortopedia	528	87	615
Hospital Santa Cruz	CHLO - HSC Cirurgia Geral III	186	1	187
	CHLO - HSC Cirurgia Cardiobracica	182	11	193
Total		3.510	219	3.729

O Indicador "Percentagem de Utentes em espera para Cirurgia com Tempo Superior a 12 meses" registou 5,9%, com um desvio desfavorável de 2,8 pp em relação ao objetivo proposto de 3,1%.

7.1.3. BLOCO DE PARTOS

O Bloco de Partos/ Urgência Obstétrica do HSFX/CHLO tem 3 salas de bloco dedicadas.

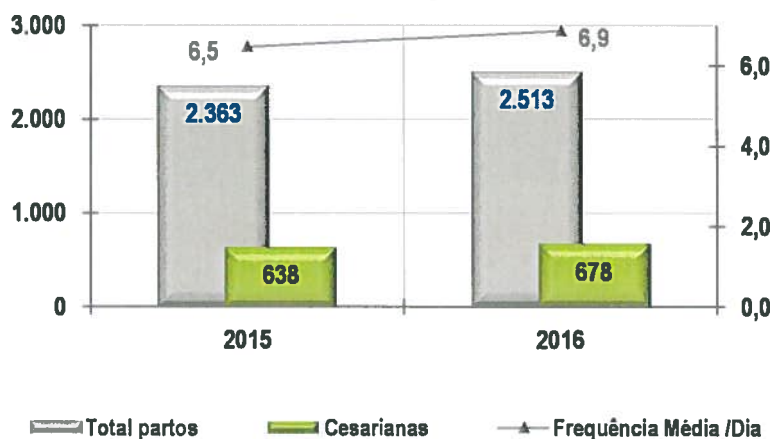
Com um número médio diário de cerca de 7 partos, o total de partos no ano de 2016 foi de 2.513, o que corresponde a um acréscimo de 6,3% em relação ao ano anterior.

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2015	2016	Δ%
Partos ocorridos	2.363	2.513	6,3%
Eutócicos	1.257	1.345	7,0%
Distócicos	468	490	4,7%
Cesarianas	638	678	6,3%
% Cesarianas	27,0%	27,0%	0,0 pp
Frequência Média/Dia	6,5	6,9	6,1%

Os partos Eutócicos e Distócicos apresentaram um aumento de 7,0% e 4,7% respetivamente. As cesarianas registaram um acréscimo de 6,3%, no entanto, em relação ao total de partos, a taxa de cesarianas manteve-se na ordem de 27%.

Indicadores de Actividade - Bloco de Partos



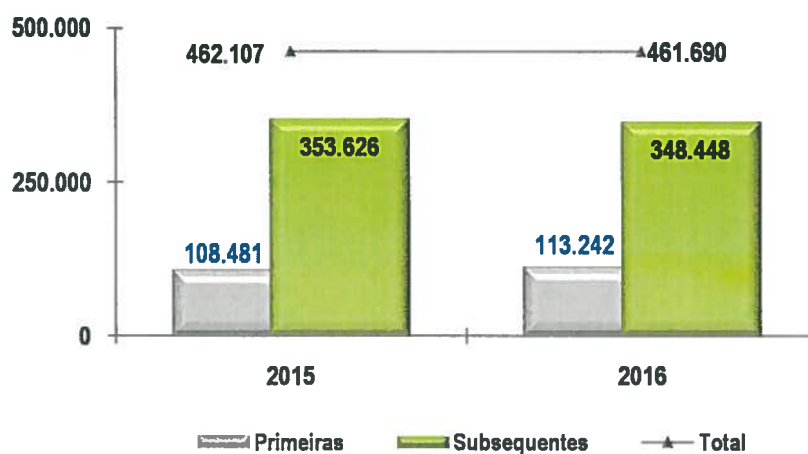
7.1.4. CONSULTA EXTERNA

Em 2016, o número total de Consultas Externas realizadas atingiu 461.690, representando um ligeiro decréscimo de 0,1% em relação ao período homólogo. Destacam-se as primeiras consultas onde se verificou um acréscimo de 4,4% e, com efeito, embora ainda se encontre abaixo da meta estabelecida (25%), a taxa de primeiras consultas apresentou uma melhoria em relação a 2015 (23,5% para 24,5%).

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2015	2016	Δ%
Consultas Externas	462.107	461.690	-0,1%
Primeiras	108.481	113.242	4,4%
Subsequentes	353.626	348.448	-1,5%
% Primeiras/Total	23,5%	24,5%	1,0pp

Movimento das Consultas Externas



PRODUÇÃO DA CONSULTA EXTERNA POR ESPECIALIDADE

Especialidades	2015	2016	Δ%	Especialidades	2015	2016	Δ%
Anestesiologia	11.519	11.744	2,0%	MFR	9.849	8.701	-11,7%
C. Plást. e Reconstructiva	9.546	9.800	2,7%	Nefrologia	19.698	19.568	-0,7%
Cardiologia	30.937	32.285	4,4%	Neurocirurgia	11.599	10.854	-6,4%
Cardiologia Pediátrica	6.089	5.871	-3,6%	Neurologia	11.231	10.944	-2,6%
Cirurgia Cardioracica	4.371	4.457	2,0%	Obstetricia	9.550	10.101	5,8%
Cirurgia Geral	27.399	27.186	-0,8%	Oftalmologia	26.892	27.750	3,2%
Cirurgia Vascular	7.685	8.351	8,7%	Oncologia Médica	25.833	25.124	-2,7%
Dermatologia	15.911	15.892	-0,1%	Ortopedia	16.426	17.156	4,4%
Endocrinologia	18.217	17.522	-3,8%	Otorrinolaringologia	24.714	26.630	7,8%
Estomatologia	12.743	12.808	0,5%	Patologia Clínica	24.895	23.254	-6,6%
Gastroenterologia	9.532	9.055	-5,0%	Pediatria	8.568	8.751	2,1%
Genética Médica	435	375	-13,8%	Pedopsiquiatria	9.325	8.044	-13,7%
Ginecologia	7.098	6.606	-6,9%	Pneumologia	12.078	11.702	-3,1%
Hemablogia	8.014	8.012	0,0%	Psiquiatria	17.109	16.073	-6,1%
Imunoalergologia	2.579	2.736	6,1%	Reumatologia	10.820	12.819	18,5%
Imuno-hemoterapia	3.217	3.530	9,7%	Saude Ocupacional	1.087	1.290	18,7%
Infecciologia	12.108	12.451	2,8%	Urologia	10.518	10.404	-1,1%
Medicina	24.515	23.844	-2,7%				
Total Geral					462.107	461.690	-0,1%

Na evolução do número de consultas por especialidade, salienta-se o aumento das consultas de Reumatologia (18,5%), de Imuno-hemoterapia (9,7%), Cirurgia Vascular (8,7%), ORL (7,8%), Imunoalergologia (6,1%), Obstetricia (5,8%) e Cardiologia e Ortopedia (4,4%).

As variações negativas, principalmente influenciados pela saída e aposentação de alguns médicos, registaram-se nas especialidades de Pedopsiquiatria (13,7%), MFR (11,7%), Ginecologia (6,9%), Patologia Clínica (6,6%), Neurocirurgia (6,4%), Psiquiatria (6,1%) e Gastroenterologia (5,0%).

7.1.4.1. CONSULTA A TEMPO E HORAS (CTH)

Em 2016, o número de pedidos de primeiras consultas referenciadas pelos cuidados de saúde primários através do sistema de informação de suporte ao CTH, foi de 49.000 pedidos e representaram um aumento de 8,8% face a 2015, o que significa um maior recurso dos médicos dos centros de saúde a este sistema de referência às primeiras consultas dos hospitais.

N.º DE PEDIDOS EFECTUADOS PELO CTH VS CONSULTAS REALIZADAS

Especialidades	N.º de pedidos CTH		Δ%	Consultas Realizadas		Δ%
	2015	2016		2015	2016	
Anestesiologia	152	94	-38,2%	81	70	-13,6%
Cardiologia	1.017	1.296	27,4%	689	744	8,0%
Cardiologia Pediátrica	146	149	2,1%	80	71	-11,3%
Cirurgia Geral	2.272	2.313	1,8%	1.713	1.801	5,1%
Cirurgia Obesidade	195	175	-10,3%	84	90	7,1%
Cirurgia Plástica Rec.	810	1.014	25,2%	652	670	2,8%
Cirurgia Vascular	1.638	1.593	-2,7%	1.444	1.461	1,2%
Dermatologia	6.858	7.375	7,5%	4.824	4.733	-1,9%
Endocrinologia	1.902	2.216	16,5%	1.348	1.385	2,7%
Estomatologia	3.318	3.413	2,9%	2.219	2.217	-0,1%
Gastroenterologia	1.051	995	-5,3%	628	542	-13,7%
Genética Médica	62	104	67,7%	41	77	87,8%
Ginecologia	1.340	1.526	13,9%	1.052	1.035	-1,6%
Hematologia Clínica	650	705	8,5%	438	384	-12,3%
Imunoalergologia	491	403	-17,9%	227	243	7,0%
Infectologia	144	154	6,9%	94	106	12,8%
Medicina Interna	298	363	21,8%	193	241	24,9%
MFR	163	264	62,0%	105	230	119,0%
Nefrologia	479	541	12,9%	261	366	40,2%
Neurocirurgia	2.568	2.801	9,1%	2.135	1.970	-7,7%
Neurologia	908	1.282	41,2%	682	676	-0,9%
Obstetrícia	2.174	3.146	44,7%	1.693	2.432	43,7%
Oftalmologia	6.643	5.767	-13,2%	3.169	4.688	47,9%
Oncologia Médica	53	71	34,0%	26	39	50,0%
ORL	2.759	3.742	35,6%	2.233	2.857	27,9%
Ortopedia	1.849	1.984	7,3%	1.152	1.395	21,1%
Pediatria	966	913	-5,5%	702	709	1,0%
Pedopsiquiatria	367	346	-5,7%	254	192	-24,4%
Pneumologia	735	826	12,4%	378	457	20,9%
Psiquiatria	905	809	-10,6%	431	403	-6,5%
Reumatologia	1.129	1.320	16,9%	747	1.030	37,9%
Urologia	983	1.300	32,2%	757	992	31,0%
Total Geral	45.025	49.000	8,8%	30.532	34.306	12,4%

As especialidades de Dermatologia, Oftalmologia e Estomatologia são as que apresentam o maior número de pedidos em 2016, representando cerca de 34% dos pedidos.

Foram realizadas 34.306 consultas via pedido CTH, registando uma variação positiva de 12,4% em relação a 2015.

PRINCIPAIS INDICADORES

Indicador	2015	2016
% de Consultas via CTH	28,2%	30,4%
% de Utentes referenciados dos cuidados de saúde primários para consulta externa atendidos em tempo adequado	79,0%	82,0%
% de Utentes referenciados dos cuidados de saúde primários para consulta externa atendidos fora do tempo	21,0%	18,0%

Em 2016 verifica-se uma evolução positiva nos principais indicadores.

No que diz respeito ao indicador "percentagem de consultas via CTH" o valor registado em 2016 foi de 30,4%, superior em 2,2 *pp* do registado em 2015.

O CHLO apresenta uma percentagem de utentes referenciados dos cuidados de saúde primários para a consulta externa em tempo adequado de 82,0%, superando o objectivo de 79,7%, bem como uma redução favorável, face a 2015, na percentagem de utentes atendidos fora do tempo.

7.1.5. URGÊNCIA

Durante o ano de 2016, o número total de doentes entrados nos Serviços de Urgência foi de 157.596, registando um acréscimo de 4,2% em relação ao período homólogo e com uma média de 454 doentes atendimentos diariamente.

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2015	2016	Δ%		2015	2016	Δ%
Doentes Entrados				% Doentes Internados			
Urgência Geral	84.057	88.443	5,2%	Urgência Geral	11,1%	10,7%	-0,4pp
Pediátrica	33.278	35.429	6,5%	Pediátrica	1,9%	1,8%	-0,1pp
Obstétrica/Ginecológica	15.355	15.846	3,2%	Obstétrica/Ginecológica	15,2%	15,7%	0,5pp
Oftalmologia	9.025	7.961	-11,8%	Oftalmologia	0,4%	0,3%	-0,1pp
Otorrinolaringologia	9.507	9.917	4,3%	Otorrinolaringologia	1,4%	1,5%	0,1pp
Doentes Internados				Frequência Média / Dia			
Urgência Geral	9.329	9.472	1,5%	Urgência Geral	230	242	4,9%
Pediátrica	620	640	3,2%	Pediátrica	91	97	6,2%
Obstétrica/Ginecológica	2.335	2.484	6,4%	Obstétrica/Ginecológica	42	43	2,9%
Oftalmologia	32	25	-21,9%	Oftalmologia	36	33	-8,9%
Otorrinolaringologia	137	146	6,6%	Otorrinolaringologia	38	40	5,1%
TOTAL GERAL D. ENTRADOS	151.222	157.596	4,2%				
Freq. Média / Dia	437,1	454,0	3,9%				
Doentes Internados	12.453	12.767	2,5%				
% Doentes Internados	8,2%	8,1%	-0,1pp				

Urgência Geral

O número total de doentes entrados em 2016, no âmbito da Urgência Geral, foi de 88.443, o que representa um acréscimo de 5,2% em relação a 2015. A média diária foi de 242 doentes.

O número de doentes internados foi de 9.472 (+1,5% face ao período homólogo), registando uma percentagem de Internamento na ordem dos 11%.

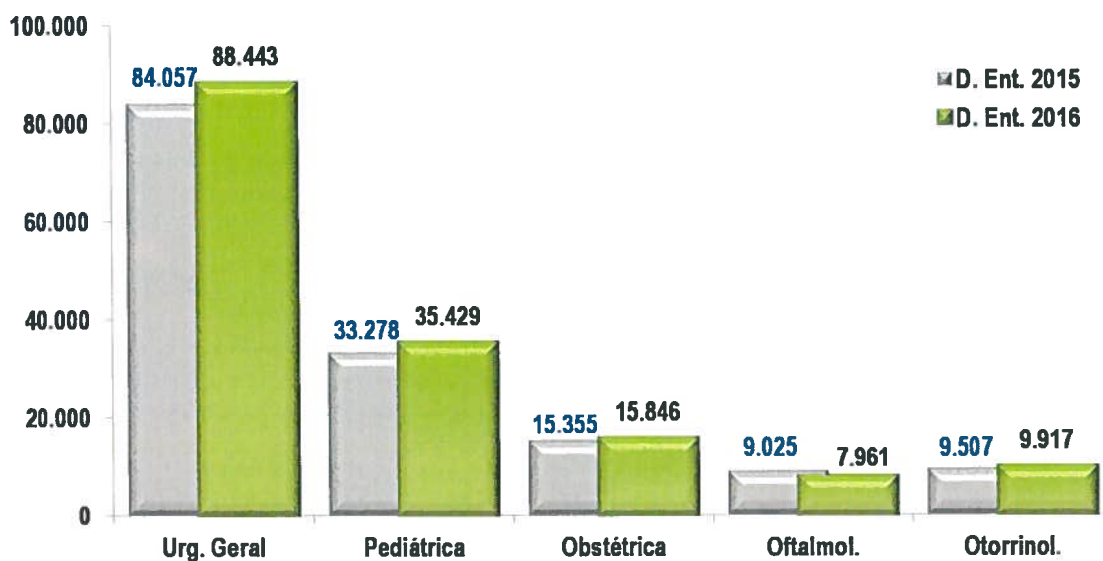
Urgência Oftalmológica

Na Urgência Oftalmológica foram atendidos 7.961 doentes, verificando-se um decréscimo de 11,8% relativamente ao ano anterior. Foram atendidos nesta Urgência em média 33 doentes por dia.

Urgência de Otorrinolaringologia

Na Urgência de ORL foram atendidos 9.917 doentes, o que representa um acréscimo de 4,3% relativamente ao ano de 2015. O número de doentes socorridos por dia foi de 40 doentes.

Doentes Entrados na Urgência



Urgência Pediátrica

A Urgência Pediátrica funciona diariamente entre as 09.00h e as 22.00h. Após este período colaboram com a urgência do Hospital Dona Estefânia.

Foram observadas 35.429 crianças durante o ano de 2016, verificando-se um acréscimo de 6,5% no total de entradas na Urgência e foram gerados 640 internamentos. Situando-se a respectiva taxa em 1,8% e o número de crianças observadas representaram um fluxo médio diário de 97 crianças.

Urgência Obstétrica/Ginecológica

Em 2016 o número de doentes observados na Urgência Obstétrica/Ginecológica foi de 15.846, tendo-se verificado um acréscimo de 3,2% em relação ao ano anterior. A frequência média diária foi de 43 urgências.

7.1.6. HOSPITAL DE DIA

O n.º de sessões em Hospital de Dia apresentou em 2016 um decréscimo de 4,1% em relação ao período homólogo, passando de 21.075 sessões para 20.213 em 2016.

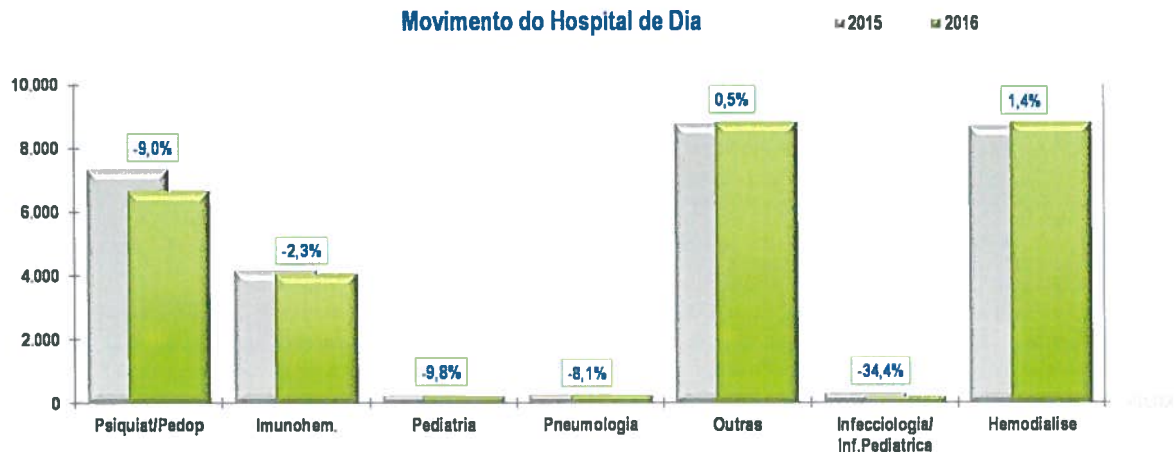
De entre as especialidades que contribuíram para este comportamento, destacam-se as reduções de 21,4% nas sessões de hospital de dia de Hematologia, 13,7% de Psiquiatria, 9,8% de Pediatria e 8,1% de Pneumologia.

No que se refere à Hemodiálise, verificou-se um acréscimo de 1,4% passando de 8.693 para 8.813 sessões.

HOSPITAL DE DIA

	2015	2016	Δ%
Sessões (não inclui diálise e quimio)	21.075	20.213	-4,1%
Psiquiatria	5.196	4.485	-13,7%
Pedopsiquiatria	2.144	2.191	2,2%
Imunohemoterapia	4.165	4.070	-2,3%
Pediatria	235	212	-9,8%
Pneumologia	258	237	-8,1%
Outras	8.778	8.822	0,5%
Cardiologia e Espec Médicas	1.520	1.561	2,7%
Gastroenterologia	863	876	1,5%
Reumatologia	478	519	8,6%
Neurologia	1.053	1.018	-3,3%
Terapeutas Suporte	3.910	4.137	5,8%
Cirurgia Geral	39	42	7,7%
Anestesia/Dor	4	2	-50,0%
Estudos Clínicos	243	142	-41,6%
Hematologia	668	525	-21,4%
Infecciologia	288	189	-34,4%
Infecciologia Pediátrica	11	7	-36,4%
Hemodiálise	8.693	8.813	1,4%

Movimento do Hospital de Dia



7.1.7. GDH's MÉDICOS DE AMBULATÓRIO

Os GDH's Médicos de Ambulatório, no global, apresentam um aumento de 4,2% face ao período homólogo.

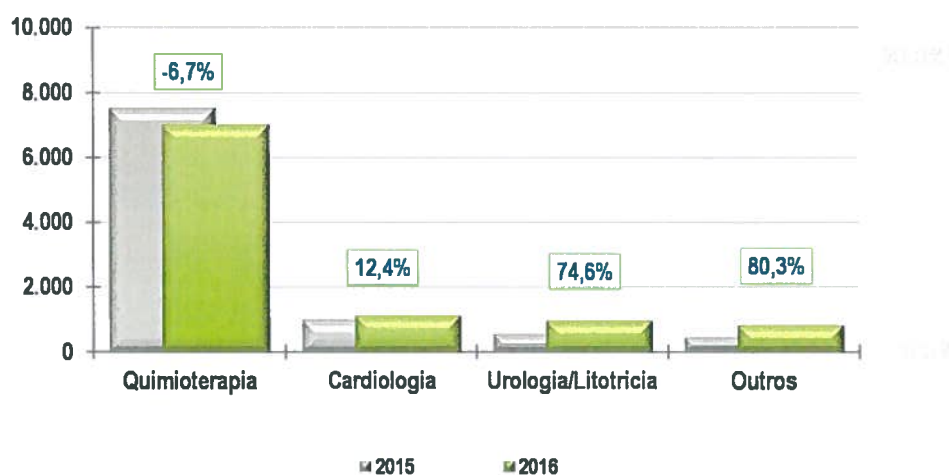
Os GDHs de quimioterapia apresentam um decréscimo de 6,7%. De referir o acréscimo na produção de GDHs de outra atividade.

GDH MÉDICOS DE AMBULATÓRIO

	2015*	2016	Δ%
TOTAL	9.549	9.953	4,2%
Quimioterapia	7.532	7.027	-6,7%
Outros	2.017	2.926	45,1%
Cardiologia	1.000	1.124	12,4%
Urologia/Litotricia	555	969	74,6%
Outros	462	833	80,3%

* N.º GDHs de 2015 atualizados

GDH Médicos Ambulatório



7.1.8. MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

Especialidades	2015*	2016	Δ%
Imagiologia			
Radiologia Convencional	151.299	154.506	2,1%
TAC Corpo	29.652	33.909	14,4%
RM Corpo	2.395	3.442	43,7%
Ecografia	31.138	34.556	11,0%
Mamografia	2.357	2.409	2,2%
Ortopantomografia	1.620	1.698	4,8%
Intervenção (citologias+biópsias)	550	801	45,6%
Digestivos	368	372	1,1%
Densitometria	1.062	1.038	-2,3%
Neurorradiologia			
TAC	9.475	9.729	2,7%
Angiografia	377	425	12,7%
RM	2.756	2.584	-6,2%
Dacriocistografia	44	37	-15,9%
Patologia Clínica	3.329.596	3.313.294	-0,5%
Colheitas	169.755	173.113	2,0%
Análises	3.159.841	3.140.181	-0,6%
Anatomia Patológica	33.629	33.904	0,8%
Imuno Hemoterapia			
Testes Laboratoriais	369.045	326.842	-11,4%
Unidades transfundidas	11.779	11.014	-6,5%
Medicina Física e Reabilitação	342.957	299.358	-12,7%
Técnicas Gastroenterológicas	16.437	14.548	-11,5%
Técnicas Pneumológicas	13.361	9.287	-30,5%
Técnicas Cardiológicas	70.154	69.273	-1,3%
Obstetrícia/Ginecologia	13.029	13.136	0,8%
Medicina Nuclear	3.650	3.922	7,5%
Técnicas Neurológicas	2.672	2.831	6,0%
Técnicas Oftalmológicas	42.256	45.639	8,0%
Técnicas de ORL	10.438	11.218	7,5%
Técnicas Urológicas	4.071	4.501	10,6%
Técnicas Reumatologia	2.331	2.727	17,0%
Técnicas de Dermatologia	4.692	4.620	-1,5%

* N.º de exames de 2015 actualizados

Nos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica destacam-se os acréscimos verificados nos exames de Imagiologia, nomeadamente RM Corpo (+43,7%), TAC Corpo (14,4%), e Ecografia (+11,0%). Nos exames de Neurorradiologia, designadamente Angiografia (+12,7%) e TAC (+2,7%), nas técnicas Reumatologia (+17,0%), nas técnicas Urológicas (+10,6%), nas técnicas Oftalmológicas (+8,0%) e Medicina Nuclear e técnicas de ORL (+7,5%).

7.2. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

7.2.1. ANÁLISE ECONÓMICA

No exercício de 2016, os Proveitos Totais registaram um acréscimo de 10,0%, passando de 206,1 para 226,8 milhões de euros.

Os Custos Totais em 2016 ascenderam os 224,0 milhões de euros, representando um acréscimo de 2,4% em relação a 2015.

SÍNTESE DE INDICADORES

(euros)			
SITUAÇÃO ECONÓMICA	2015	2016	Δ %
Proveitos Operacionais	204.320.983	222.777.937	9,0%
Custos Operacionais	211.117.149	220.945.278	4,7%
Resultados Operacionais	-6.796.166	1.832.659	127,0%
Resultado Líquido	-12.764.246	2.156.646	116,9%

O montante dos Proveitos Operacionais influenciado, fundamentalmente, pelo aumento da verba proveniente das Adendas ao Contrato Programa, registou um acréscimo de 9,0% face ao exercício anterior, ascendendo a 222,8 milhões de euros.

A evolução de Proveitos Operacionais, foi o principal responsável para a obtenção de um Resultado Operacional que ascendeu a 1,8 milhões de euros, embora não deixando de realçar o contínuo esforço no controlo e contenção de despesa.

Em termos de grandes agregados, a evolução ocorrida ao nível dos proveitos sintetiza-se no quadro seguinte:

PROVEITOS TOTAIS

(euros)			
Rubrica	2015	2016	Δ %
PROVEITOS			
Proveitos Operacionais	204.320.983	222.777.937	9,0%
Prestação de Serviços	200.692.133	215.156.216	7,2%
Proveitos Suplementares	1.946.502	1.789.499	-8,1%
Outros Proveitos e Ganhos Operacion	1.682.349	5.832.221	246,7%
Proveitos e Ganhos Financeiros	115.841	44.159	-61,9%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.634.627	3.937.131	140,9%
TOTAL	206.071.452	226.759.227	10,0%

O total de Proveitos atingiu 226,8 milhões de euros representando um acréscimo de 10%.

A Prestação de Serviços apresentou um acréscimo de 7,2%. Para além do acréscimo de verbas provenientes das Adenda ao Contrato Programa, de referir a manutenção do nível do movimento assistencial em termos de facturação.

O total de Outros Proveitos e Ganhos Operacionais registou aumento substancial ascendendo em 2016 a 5,8 milhões de euros, que advém em grande parte da faturação de medicação.

Os Proveitos e Ganhos extraordinários apresentaram um acréscimo que resulta da correcção da facturação reportada a exercícios anteriores.

No que se refere à evolução dos custos, o quadro seguinte evidencia a evolução síntese dos diversos agregados:

CUSTOS TOTAIS

Rubrica	(euros)		
	2015	2016	Δ%
CUSTOS TOTAIS			
Custos Operacionais	211.117.149	220.945.278	4,7%
Cash Costs	203.968.080	214.245.933	5,0%
Amortizações / Provisões	7.149.069	6.699.345	-6,3%
Custos e Perdas Financeiras	31.023	73.454	136,8%
Custos e Perdas Extraordinárias	7.664.622	3.019.841	-60,6%
TOTAL	218.812.793	224.038.572	2,4%

Os Custos Operacionais totalizaram 220,9 milhões de euros e registaram um aumento de 4,7% face ao exercício anterior. Os "Cash Costs" também apresentaram um aumento de 5,0% e os Custos Totais de 224,0 milhões de euros um aumento de 2,4% face a 2015.

O esforço na contenção dos custos não se encontra espelhado nesta evolução devido, principalmente, ao efeito do alargamento da dispensa de medicamentos em ambulatório respeitante ao tratamento a doentes de VIH em 2016, introdução de medicamentos inovadores, bem como o aumento da despesa de dispositivos médicos, nomeadamente Valvulares Percutâneas e da despesa com pessoal em consequência das reposições salariais legisladas a partir de janeiro de 2016.

A evolução dos Custos não desembolsáveis (Amortizações e Provisões) registaram uma diminuição de 6,3% e passaram de 7,1 milhões de euros para 6,7 milhões de euros.

A conjugação dos Proveitos e Custos conduz aos seguintes agregados de resultados:

RESULTADOS

	2015	2016	(euros) Δ%
Resultado Operacional	-6.796.166	1.832.659	127,0%
EBITDA	352.903	8.532.004	2317,7%
Resultados Financeiros	84.819	-29.295	-134,5%
Resultados Extraordinários	-6.029.995	917.290	115,2%
Resultado Líquido	-12.764.246	2.156.646	116,9%

O EBITDA apresenta uma evolução bastante favorável, passando de 0,4 milhões de euros em 2015 para 8,5 milhões de euros em 2016. O Resultado Líquido na ordem de 2,2 milhões de euros também apresenta uma melhoria acentuada face ao exercício anterior.

Análise dos principais agregados de custos:

CONSUMOS

Rubrica	2015	2016	(euros) Δ%
Produtos Farmacêuticos	50.700.846	53.629.112	5,8%
Material Consumo Clínico	24.179.963	26.861.280	11,1%
Produtos Alimentares	28.016	27.485	-1,9%
Material Consumo Hoteleiro	397.899	472.691	18,8%
Material Consumo Administrativo	336.898	346.892	3,0%
Material Manutenção Conserv.	445.579	394.313	-11,5%
TOTAL	76.089.200	81.731.772	7,4%

O Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas ascendeu a 81,7 milhões de euros, registando um acréscimo de 7,4% face ao período homólogo.

As rubricas Produtos Farmacêuticos que representam 66% e o Material de Consumo Clínico 33% do total de materiais consumidos apresentaram um acréscimo de 5,8% e 11,1%, respetivamente.

CONSUMOS - PRODUTOS FARMACÊUTICOS

(euros)

Rubrica	2015	2016	Δ%
Medicamentos	46.472.913	49.226.717	5,9%
Reagentes e Produtos Diagnóstico	4.193.209	4.368.136	4,2%
Outros Produtos Farmacêuticos	34.724	34.259	-1,3%
TOTAL	50.700.846	53.629.112	5,8%

O consumo de medicamentos apresentou um aumento na ordem dos 6% ascendendo a 49,2 milhões de euros. Este acréscimo nos custos deve-se, essencialmente, na maior abrangência da dispensa de medicamentos em ambulatório respeitante ao tratamento a doentes de VIH e à introdução de medicamentos inovadores.

CONSUMOS - MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO

(euros)

Rubrica	2015	2016	Δ%
Mat. Cons. Clínico - de Penso	436.734	430.765	-1,4%
Mat. Cons. Clínico - Artigos Cir.	1.801.081	1.846.574	2,5%
Mat. Cons. Clínico - de Tratam.	10.872.131	11.469.941	5,5%
Mat. Cons. Clínico - de Electrom.	156.511	249.083	59,1%
Mat. Cons. Clínico - de Laboratór.	451.852	465.905	3,1%
Mat. Cons. Clínico - Próteses	6.438.575	7.925.351	23,1%
Mat. Cons. Clínico - Osteosintese	1.179.743	1.346.275	14,1%
Mat. Cons. Clínico - Outro M.C.	2.843.335	3.127.385	10,0%
TOTAL	24.179.963	26.861.280	11,1%

O material de consumo clínico apresentou um aumento de 11,1% em relação ao ano anterior. Para este aumento contribuiu principalmente o incremento de 23,1% verificado no consumo de material Próteses, nomeadamente, conforme anteriormente referido, em Válvulas Percutâneas e Cardioversores Desfibrilhador Implantável (CDI) e de 5,5% no material clínico de Tratamento.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

(euros)

Rubrica	2015	2016	Δ%
Subcontratos	6.444.382	5.795.624	-10,1%
Fornecimentos e Serviços	20.364.205	19.780.627	-2,9%
Fornecimentos e Serviços I	5.908.196	5.246.893	-11,2%
Fornecimentos e Serviços II	931.400	678.419	-27,2%
Fornecimentos e Serviços III	13.429.877	13.677.634	1,8%
Outros Fornecimentos e Serviços	94.732	177.681	87,6%
TOTAL	26.808.587	25.576.250	-4,6%

Representando 11,4% dos Custos Totais, os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um decréscimo de 4,6%, passando de 26,8 para 25,6 milhões de euros. Esta evolução favorável na contenção da despesa no recurso ao exterior, é fundamentalmente o reflexo do decréscimo dos Subcontratos (10,1%) e dos Fornecimentos e Serviços (2,9%).

SUBCONTRATOS

Rubrica	(euros)		
	2015	2016	Δ%
Assistência ambulatória	277.276	281.093	1,4%
Meios Compl. Diagnóstico	1.548.292	1.654.465	6,9%
Patologia Clínica	520.052	627.430	20,6%
Anatomia Patológica	12.720	10.327	-18,8%
Imagiologia	426.821	403.048	-5,6%
Radiologia Convencional	2.698	2.292	-15,1%
TAC	193.858	208.821	7,7%
Ecografias	36.452	52.186	43,2%
Ressonâncias Magnéticas	180.490	131.174	-27,3%
Mamografia	401	62	-84,7%
Angiografia	12.922	8.514	-34,1%
Cardiologia	53	833	1466,6%
Medicina Nuclear	191.719	221.017	15,3%
Gastroenterologia	45.996	87.856	91,0%
Pneumologia	7.332	7.906	7,8%
Outros	343.098	296.048	-13,7%
Meios Compl. Terapêutica	2.285.198	1.770.025	-22,5%
Medicina Física e Reabilitação	1.042	137	-86,9%
Cuidados Respiratórios Domiciliários	404.400	441.396	9,1%
Unidades Terapêuticas de Sangue	1.867.108	1.322.683	-29,2%
Outros	12.586	5.810	-53,8%
Internamentos e Transporte Doentes	1.700.507	1.645.669	-3,2%
Assistência no estrangeiro	5.366	12.484	132,6%
Outr. trab. executados no exterior	627.744	431.887	-31,2%
TOTAL	6.444.382	5.795.624	-10,1%

Embora os Meios Complementares de Diagnóstico tenham registado um aumento de 6,9%, fundamentalmente, derivado do maior recurso a exames de Patologia Clínica (20,6%), de Gastroenterologia (91,0%) e de Medicina Nuclear (15,3%), os Subcontratos na globalidade apresentaram uma diminuição de 10,1%. Este comportamento resulta do decréscimo na ordem dos 23% em Meios Complementares de Terapêutica. Para o efeito contribuiu principalmente a redução da despesa com Unidades terapêuticas de Sangue (-29,2%). De referir ainda a substancial influência da redução registada no Recurso a Intervenções no exterior, cuja despesa contemplada na rubrica "Outros trabalhos executados no exterior" diminuiu de 0,6 milhões de euros em 2015 para 0,4 milhões de euros em 2016.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS I

(euros)			
Rubrica	2015	2016	Δ%
Electricidade	1.900.494	1.829.036	-3,8%
Combustíveis	2.363.270	1.784.018	-24,5%
Viaturas	48.207	39.848	-17,3%
Outros	2.315.063	1.744.170	-24,7%
Água	685.094	803.925	17,3%
Ferramentas e Utensílios	10.616	0	-100,0%
Livros Document. Técnica	6.387	13.112	105,3%
Rendas e Alugueres	942.337	816.803	-13,3%
TOTAL	5.908.196	5.246.893	-11,2%

O decréscimo de 11,2% registado nos Fornecimentos e Serviços I deve-se, fundamentalmente, a uma diminuição de 24,5% no custo dos Combustíveis, designadamente de gás (cogeração) e de 13,3% em Rendas e Alugueres.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS II

(euros)			
Rubrica	2015	2016	Δ%
Comunicação	203.416	192.801	-5,2%
Seguros	7.859	4.704	-40,1%
Deslocações e Estadas	12.342	7.438	-39,7%
Honorários	707.783	473.476	-33,1%
TOTAL	931.400	678.419	-27,2%

Nos Fornecimentos e Serviços II verificou-se uma diminuição de 27,2%. Neste agregado destaca-se o decréscimo de 33,1% nos custos com Honorários.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS III

(euros)			
Rubrica	2015	2016	Δ%
Contencioso Notariado	57.919	55.534	-4,1%
Conserv. e Reparação	4.330.537	4.169.751	-3,7%
Public. e Propaganda	10.872	10.988	1,1%
Limp., Higiene e Conforto	2.597.816	2.550.436	-1,8%
Vigilância e Segurança	774.118	768.900	-0,7%
Trab. Especializ. - Informática	87.303	111.898	28,2%
Trab. Especializ. - Alimentação	2.049.775	2.048.694	-0,1%
Trab. Especializ. - Lavandaria	602.870	597.605	-0,9%
Trab. Especializ. - Serv. Tecn. RH	1.959.054	2.079.409	6,1%
Outros Trab. Especializ.	959.614	1.284.418	33,8%
TOTAL	13.429.877	13.677.634	1,8%

Os Fornecimentos e Serviços III registaram um acréscimo de 1,8%, passando de 13,4 para 13,7 milhões de euros. Para o efeito, contribuíram os aumentos de 33,8% na rubrica de Outros Trabalhos Especializados, e de 6,1% na despesa com Serviços Técnicos de Recursos Humanos.

DESPESAS COM PESSOAL

(euros)			
Rubrica	2015	2016	Δ%
Remunerações Órgãos Direcção	354.295	382.671	8,0%
Remunerações Base do Pessoal	59.601.184	62.308.361	4,5%
Suplementos de Remunerações	11.290.175	12.659.210	12,1%
Prestações Sociais Directas	77.527	79.558	2,6%
Subsídios de Férias e Natal	10.434.470	10.953.250	5,0%
Pensões	175.647	84.791	-51,7%
Encargos sobre Remunerações	18.293.992	19.689.610	7,6%
Seguros e Acidentes de Trabalho	461.916	450.339	-2,5%
Encargos Sociais Voluntários	105.644	107.108	1,4%
Outros Custos com Pessoal	260.896	218.083	-16,4%
TOTAL	101.055.746	106.932.980	5,8%

As Despesas com o Pessoal representam cerca de 48% dos Custos Totais, registaram um aumento de 5,8% e ascenderam a 106,9 milhões de euros.

Destaca-se a evolução homóloga das rubricas de maior peso:

- Remunerações Base de Pessoal verificou um acréscimo de 4,5%. Esta evolução desfavorável é fundamentalmente consequência das reposições salariais ao abrigo da legislação vigente para 2016.
- Suplementos de remuneração acréscimo de 12,1%, realçando-se neste agregado o aumento do Trabalho Extraordinário em 9,2% (8,7% em Horas extraordinárias e 11,2% em Prevenções), bem como o aumento de 755,4 milhões de euros na rubrica Outros Suplementos onde se encontra incluída a despesa ocorrida com a produção adicional.

ENCARGOS COM O DECRETO LEI 62/79

(euros)			
Rubrica	2015	2016	Δ%
1 - Ordenados e Salários (a)	59.955.479	62.691.032	4,6%
2 - Horas Extraordinárias	3.803.281	4.133.544	8,7%
3 - Prevenções	892.184	992.526	11,2%
4 - Noites e Suplementos	2.668.252	2.865.182	7,4%
5 - Decreto Lei 62/79 - (2)+(3)+(4)	7.363.717	7.991.252	8,5%
% DL 62/79/Ord. e Salários - (5)/(1)	12,3%	12,7%	

(a) Inclui c/ 641- Remuneração dos órgãos directivos

De acordo com as disposições legais estabelecidas, os encargos com remunerações suplementares (Decreto Lei 62/79) ascenderam a cerca de 8,0 milhões de euros e registaram um acréscimo de 8,5 %. A despesa na rubrica Horas extraordinárias foi a que mais contribui para este acréscimo, registando um aumento de 8,7% em relação a 2015.

DECRETO LEI 62/79 - DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS PROFISSIONAIS

(euros)

Rubrica	2015	2016	Δ%
1 - Ordenados e Salários	59.955.479	62.691.032	4,6%
Médicos	24.655.172	26.446.292	7,3%
Enfermeiros	18.729.174	19.387.988	3,5%
Outro Pessoal ^(a)	16.571.134	16.856.752	1,7%
2 - Horas Extraordinárias	3.803.281	4.133.544	8,7%
Médicos	3.460.696	3.719.018	7,5%
Enfermeiros	109.873	121.467	10,6%
Outro Pessoal	232.712	293.059	25,9%
3 - Prevenções	892.184	992.526	11,2%
Médicos	518.961	552.853	6,5%
Enfermeiros	228.988	270.925	18,3%
Outro Pessoal	144.235	168.748	17,0%
4 - Noites e Suplementos	2.668.252	2.865.182	7,4%
Médicos	469.483	523.433	11,5%
Enfermeiros	1.629.929	1.736.924	6,6%
Outro Pessoal	568.841	604.825	6,3%
5 - Decreto Lei 62/79 - (2)+(3)+(4)	7.363.717	7.991.252	8,5%
Médicos	4.449.140	4.795.304	7,8%
Enfermeiros	1.968.790	2.129.316	8,2%
Outro Pessoal	945.787	1.066.632	12,8%
6 - % Dec Lei 62/79 nos ordenados			
Médicos	18,0%	18,1%	
Enfermeiros	10,5%	11,0%	
Outro Pessoal	5,7%	6,3%	

(a) Inclui c/ 641 - Remuneração dos órgãos directivos

Com maior peso nos custos com Horas Extraordinárias, o grupo profissional dos médicos auferiu cerca de 90% do seu valor total, tendo registado um aumento de 7,5% relativamente a 2015.

Nas Prevenções, em que o encargo gerado pelos médicos atinge cerca de 56% do total despendido com este tipo de remuneração, verificou-se um acréscimo de 6,5%.

A rubrica Noites e Suplementos registou um aumento de 7,4% em relação a 2015 e é o pessoal de enfermagem que gera o maior encargo que atinge cerca de 61% do total deste tipo de remuneração.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

(euros)

Rubrica	2015	2016	Δ%
Prestações de serviços			
SNS - Serviço nacional de Saúde (contrato-programa)	184.740.549	203.365.462	10,1%
Produção	159.559.159	159.403.172	-0,1%
Outras prestações de serviços	25.181.390	43.962.290	74,6%
Internato	1.911.570	2.436.647	27,5%
Plano de convergência	23.269.819	41.525.643	78,5%
Verba convergencia	6.243.143	30.042.925	381,2%
Adenda	8.823.214	2.953.622	-66,5%
Incentivos Institucionais	8.203.462	8.529.096	4,0%
Outras entidades responsáveis	15.951.585	11.790.754	-26,1%
TOTAL	200.692.133	215.156.216	7,2%

O Total de Prestações de Serviços registou um acréscimo de 7,2% face ao ano anterior, ascendendo a 215,2 milhões de euros.

O montante global do Contrato Programa celebrado com a ACSS para 2016 ascendeu a 204,9 milhões de euros. A valorização da produção associada ao Contrato Programa ascendeu a 203,4 milhões de euros, registando uma execução de 99,2%.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

(euros)

Rubrica	2016	Peso %
Prestações de serviços		
Internamento	67.505.503	31,4%
Consulta	31.131.773	14,5%
Urgências	14.510.423	6,7%
GDH Ambulatório	18.156.369	8,4%
Hospital de dia	1.114.400	0,5%
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica	5.421.602	2,5%
Taxas moderadoras	3.406.812	1,6%
Outras prestações de serviços de saúde	7.118.613	3,3%
Programas de Gestão de Doença Crónica	24.815.071	11,5%
Programas verticais	450.008	0,2%
Plano de convergência	41.525.643	19,3%
TOTAL	215.156.216	

Nas Prestações de Serviços que representam 95% do total de Proveitos, destaca-se o peso da actividade no Internamento com 31,4% do total da Prestação de Serviços do CHLO.

7.2.2. ANÁLISE FINANCEIRA

RUBRICAS DO BALANÇO

	2015	2016	(euros) Δ %
Ativo Total Líquido	443.739.271	640.241.988	44,3%
Imobilizado Líquido	56.861.463	55.225.502	-2,9%
Investimentos Financeiros	19.278	58.490	203,4%
Ativo Circulante Líquido	386.858.530	584.957.996	51,2%
Existências Líquidas	15.309.527	12.062.466	-21,2%
Créditos médio e longo prazo	5.565.777	0	-100,0%
Créditos curto prazo	305.987.484	483.588.774	58,0%
Disponibilidades	122.480	1.044.690	752,9%
Acréscimos e Diferimentos			
Acréscimos de proveitos	59.872.262	88.262.066	47,4%
Custos diferidos	1.000	0	-100,0%
Fundos Próprios	6.617.127	-3.153.342	-147,7%
Passivo	437.122.144	643.395.330	47,2%
Provisões	8.950.551	6.314.236	-29,5%
Passivo de curto prazo	407.685.896	616.122.968	51,1%
Acréscimos e Diferimentos			
Acréscimos de custos	16.126.022	16.186.076	0,4%
Proveitos diferidos	4.359.675	4.772.049	9,5%

O total do Ativo Líquido atingiu, em 2016, o montante de 640,2 milhões de euros, registando um aumento de 44,3% relativamente a 31 de dezembro de 2015. Esta evolução é consequência do aumento significativo do Ativo Circulante Líquido em 51,2%, relativamente ao período homólogo, ascendendo ao montante de 584,9 milhões de euros.

A rubrica de Existências registou um substancial decréscimo fruto da diminuição dos medicamentos da Hepatite C.

A rubrica das disponibilidades regista uma variação positiva resultante do agendamento de pagamentos de prestação de serviços a efectuar nos primeiros dias de 2017.

As correções de exercícios anteriores, os pagamentos dos suplementos remuneratórios do período 2008-2012 e a perda do direito de regresso do CHLO sobre o Such registados em Resultados Transitados, originaram uma variação desfavorável de 147,7% nos Fundos Próprios.

BALANÇOS COMPARADOS - ATIVO

	2016		2015		(euros) Δ %
	Valor	% Aplic	Valor	% Aplic	2016-2015
ATIVO					
IMOBILIZADO					
Imobilizado Incorpóreo Bruto	1.148.888,04	0,2%	1.148.888,04	0,3%	0,0%
Amortizações Acumuladas	1.148.888,04		1.148.888,04		0,0%
Imobilizado Corpóreo Bruto	181.290.482,26	28,3%	178.622.731,75	40,3%	1,5%
Imobilizado Corpóreo	177.567.010,79	27,7%	175.392.917,00	39,5%	1,2%
Imobilizado em Curso corpóreo	3.723.471,47	0,6%	3.229.814,75	0,7%	15,3%
Amortizações Acumuladas	126.064.979,85		121.761.268,75		3,5%
Imobilizado Corpóreo Líquido	55.225.502,41	8,6%	56.861.463,00	12,8%	-2,9%
Total de imobilizado bruto	182.439.370,30	28,5%	179.771.619,79	40,5%	1,5%
Total de Amortizações acumuladas	127.213.867,89		122.910.156,79		3,5%
Total de imobilizado Líquido	55.225.502,41	8,6%	56.861.463,00	12,8%	-2,9%
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	58.490,04	0,0%	19.278,30	0,0%	-
EXISTÊNCIAS					
Matérias-primas, subsid. e consumo	12.080.293,92	1,9%	15.422.355,64	3,5%	-21,7%
Provisões p/ depreciação de existências	17.827,90		112.828,46		-84,2%
Total das existências Líquidas	12.062.466,02	1,9%	15.309.527,18	3,5%	-21,2%
CREDITOS A TERCEIROS - Médio e longo prazo	0,00	0,0%	5.565.776,88	1,3%	-100,0%
CREDITOS A TERCEIROS - Curto prazo					
Clientes	466.616.851,62	72,9%	289.035.615,49	65,1%	61,4%
Clientes e utentes cobrança duvidosa	6.157.450,68	1,0%	6.906.973,15	1,6%	-10,9%
Adiantamentos a fornecedores	198.130,61	0,0%	217.031,13	0,0%	-8,7%
Estado e outros entes públicos	378.749,40	0,1%	308.779,52	0,1%	22,7%
Outros devedores	16.136.866,58	2,5%	15.572.404,16	3,5%	3,6%
Provisões p/ Clientes Cob. Duvidosa	5.899.275,37		6.053.319,11		-2,5%
Total Créditos Curto Prazo	483.588.773,52	75,5%	305.987.484,34	69,0%	58,0%
Contas no Tesouro	870.865,22	0,1%	56.785,80	0,0%	1433,6%
Depósitos em instituições financeiras	172.547,66	0,0%	59.580,37	0,0%	189,6%
Caixa	1.277,23	0,0%	6.113,53	0,0%	-79,1%
Total de Disponibilidades	1.044.690,11	0,2%	122.479,70	0,0%	752,9%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Acréscimos de proveitos	88.262.066,14	13,8%	59.872.261,79	13,5%	47,4%
Custos diferidos	0,00	0,0%	1.000,00	0,0%	-100,0%
Total acréscimos e diferimentos	88.262.066,14	13,8%	59.873.261,79	13,5%	47,4%
TOTAL DO ATIVO	640.241.988,24	100,0%	443.739.271,19	100,0%	44,3%

BALANÇOS COMPARADOS - FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

(euros)

	2016		2015		Δ %
	Valor	% Aplic	Valor	% Aplic	2016-2015
FUNDO PATRIMONIAL					
Fundo Patrimonial	133.293.333,33	20,8%	133.293.333,33	30,0%	0,0%
Reservas	45.898.963,31	7,2%	45.769.505,07	10,3%	0,3%
Resultados Transitados	-184.502.284,71	-28,8%	-159.681.464,81	-36,0%	15,5%
Resultado Líquido do Exercício	2.156.646,33	0,3%	-12.764.246,32	-2,9%	-116,9%
Total de Fundo Patrimonial	-3.153.341,74	-0,5%	6.617.127,27	1,5%	-147,7%
PASSIVO					
Provisões para outros riscos e encargos	6.314.235,88	1,0%	8.950.551,31	2,0%	-29,5%
Adiantamentos de clientes	511.653.472,16	79,9%	314.359.563,98	70,8%	62,8%
Fornecedores c/c	86.978.820,35	13,6%	78.357.931,18	17,7%	11,0%
Fornecedores - Facturas recepção e conferência	2.178.566,24	0,3%	1.304.272,09	0,3%	67,0%
Fornecedores de imobilizado c/c	2.793.034,78	0,4%	2.515.198,95	0,6%	11,0%
Estado e outros entes públicos	4.753.322,18	0,7%	3.557.141,95	0,8%	33,6%
Outros credores	7.765.752,58	1,2%	7.591.787,52	1,7%	2,3%
Total de Débitos de curto prazo	616.122.968,29	96,2%	407.685.895,67	91,9%	51,1%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Acréscimos de custos	16.186.076,43	2,5%	16.126.022,38	3,6%	0,4%
Proveitos diferidos	4.772.049,38	0,7%	4.359.674,56	1,0%	9,5%
Total acréscimos e diferimentos	20.958.125,81	3,3%	20.485.696,94	4,6%	2,3%
TOTAL PASSIVO	643.395.329,98	100,5%	437.122.143,92	98,5%	47,2%
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	640.241.988,24	100,0%	443.739.271,19	100,0%	44,3%

APLICAÇÕES DE FUNDOS

ORIGENS DE FUNDOS

	2015	2016	Δ%		2015	2016	Δ%
				(euros)			
Ativo Fixo				Capital Próprio			
Imobilizado líquido	56.880.741	55.283.992	-2,8%	Fundo Patrimonial	6.617.127	-3.153.342	-147,7%
Ativo Circulante	386.858.530	584.957.996	51,2%	Capital Alheio			
Existências	15.309.527	12.062.466	-21,2%	Exigível de curto prazo	437.122.144	643.395.330	47,2%
Realizável	371.426.523	571.850.840	54,0%				
Disponível	122.480	1.044.690	752,9%				
Total aplicações	443.739.271	640.241.988	44,3%	Total Origens	443.739.271	640.241.988	44,3%

Apesar do montante de investimento ter registado um aumento em relação ao ano transacto, ainda não foi suficiente para compensar as amortizações ocorridas, tendo a variação do Ativo Imobilizado líquido apresentado um decréscimo de 2,8%.

O Ativo Realizável apresenta um acréscimo de 54,0% devido a um aumento dos créditos a receber a curto prazo, fruto da facturação ainda não validada pela ACSS.

O Ativo Disponível aumentou de 0,1 milhões de euros para 1,0 milhões de euros resultante do aumento das disponibilidades, em função da necessidade de efectuar pagamentos no início de 2017 conforme já mencionado anteriormente.

Em consequência da validação da facturação não ter sido ainda concluída pela ACSS, o Exigível a Curto Prazo apresenta um acréscimo de 47,2%, traduzindo-se a não regularização dos adiantamentos da ACSS.

RÁCIOS

	2015	2016
Rátios de Liquidez		
. Liquidez Geral	0,89	0,91
. Liquidez Reduzida	0,85	0,89
. Liquidez Imediata	0,00	0,00
Rátios de Autonomia Financeira, Solvabilidade e Endividamento		
. Autonomia Financeira	0,01	0,00
. Solvabilidade	1,02	1,00
. Endividamento	0,99	1,00
Prazo Medio (dias)		
. Pagamento	268	316
Equilíbrio Financeiro		
. Fundo Maneio	-50.263.614	-58.437.334

Na análise aos rácios financeiros, é de realçar:

- ♦ O rácio de liquidez geral apresenta um acréscimo refletindo um aumento do ativo circulante sobre o passivo de curto prazo;
- ♦ A situação de tesouraria apresenta um acréscimo revelado no indicador de liquidez reduzida. Persistem problemas ao nível da capacidade do CHLO em solver os compromissos de curto prazo;
- ♦ A liquidez imediata não sofreu qualquer alteração face ao período homólogo e continua a revelar que os meios monetários disponíveis não são suficientes para liquidar o exigível de curto prazo;
- ♦ O rácio da autonomia financeira denuncia a debilidade do capital próprio, incapacitado de financiar o Ativo, apresentando um fundo patrimonial negativo;
- ♦ A análise da solvabilidade revela que ainda existem ativos suficientes para liquidar o passivo exigível;
- ♦ O grau de endividamento evidencia que o passivo exigível representa 99% e 100% do total do ativo líquido em 2015 e 2016, respetivamente;
- ♦ O fundo de maneio indica que, em 2015 e em 2016 os capitais permanentes não foram suficientes para cobrir o imobilizado líquido.

7.2.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

(euros)

Designação	Orçamento 2016	Real 2016	Taxa Execução (%)
CUSTOS	217.667.130	224.038.572	102,9%
CMVMC(Consumos)	75.995.450	81.731.772	107,5%
Fornecimentos e Serviços Externos	26.738.892	25.576.250	95,7%
Custos c/ Pessoal	104.917.305	106.932.980	101,9%
Outros Custos Operacionais	7.234.461	6.704.275	92,7%
Custos Financeiros	31.023	73.454	236,8%
Custos Extraordinários	2.750.000	3.019.841	109,8%
Custos Operacionais Cash	207.666.194	214.245.933	103,2%
Custos Operacionais	214.886.108	220.945.278	102,8%
PROVEITOS	223.176.816	226.759.227	101,6%
Vendas/Prestação de Serviços	217.932.124	215.156.216	98,7%
Outros Proveitos Operacionais	3.628.851	7.621.720	210,0%
Proveitos Financeiros	115.841	44.159	38,1%
Proveitos Extraordinários	1.500.000	3.937.131	262,5%
RESULTADOS OPERACIONAIS	6.674.867	1.832.659	27,5%
EBITDA	13.894.780	8.532.004	61,4%
RESULTADO LIQUIDO	5.509.686	2.156.646	39,1%

O acentuado esforço no controlo de custos possibilitou a contenção da despesa, tendo a nível orçamental os custos atingido uma taxa de execução de 102,9%.

Em termos de grande agregados, os consumos, devido fundamentalmente à maior abrangência da dispensa de medicamentos em ambulatório respeitante ao tratamento a doentes de VIH, apresentaram uma taxa de execução de 107,5%. Conforme anteriormente já referido, para este desvio contribuiu também o incremento verificado no consumo de material Próteses.

Os Fornecimentos e Serviços Externos apresentam um desvio favorável, registando uma taxa de execução de 95,7% em relação ao previsto. Este comportamento resulta da contenção da despesa no recurso ao exterior.

Embora se tenha registado uma taxa de execução de 99,8% nas Remunerações Base de Pessoal, o total das Despesas com Pessoal atingiram uma taxa de execução de 101,9% em relação ao previsto para

2016. Este desvio de 1,9% é originado pelos Suplementos de Remuneração onde também se encontram incluídos a despesa acrescida realizada com a produção adicional.

A Prestação de Serviços correspondeu com uma execução na ordem dos de 99%, tendo os Outros Proveitos Operacionais e os Proveitos Extraordinários contribuído para uma taxa de execução final de 101,6% em relação ao total de Proveitos previstos.

7.2.4. INVESTIMENTO

O Investimento total realizado em 2016 ascendeu a 5,2 milhões de euros.

INVESTIMENTO

	2015		2016		(euros)
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Δ %
Imobilizado Corpóreo	3.522.033	74,0%	3.456.958	66,4%	-1,8%
Edifícios e Outras construções	26.023	0,5%	37.761	0,7%	45,1%
Equipamento Básico	3.097.616	65,1%	2.959.932	56,8%	-4,4%
Médico-Cirúrgico	1.565.854	32,9%	1.497.862	28,8%	-4,3%
de Imagiologia	626.624	13,2%	872.686	16,8%	39,3%
de Laboratório	26.805	0,6%	74.966	1,4%	179,7%
Mobiliário Hospitalar	290.504	6,1%	160.264	3,1%	-44,8%
Desinfecção e esterilização	58.934	1,2%	0	0,0%	-100,0%
de Hotelaria	420.653	8,8%	299.162	5,7%	-28,9%
Outro	108.241	2,3%	54.991	1,1%	-49,2%
Equipamento de transporte	0	0,0%	0	0,0%	-
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	381	0,0%	0	0,0%	-100,0%
Equipamento Administrativo	22.064	0,5%	45.664	0,9%	107,0%
Equipamento Informático	375.950	7,9%	413.602	7,9%	10,0%
Taras e Vasilhame	0	0,0%	0	0,0%	-
Outras	0	0,0%	0	0,0%	-
Imobilizado em Curso corpóreo	1.234.977	26,0%	1.751.961	33,6%	41,9%
Imobilizado Incorpóreo	0	0,0%	0	0,0%	-
Despesas de instalação	0	0,0%	0	0,0%	-
Despesas investigação e desenvolvimento	0	0,0%	0	0,0%	-
TOTAL INVESTIMENTO	4.757.011	100,0%	5.208.919	100,0%	9,5%

Realçam-se os investimentos realizados em equipamento médico-cirúrgico e equipamento de imagiologia onde se investiram montantes na ordem de 1,5 milhões de euros e de 0,9 milhões de euros respetivamente, bem como as obras em curso que registaram valores na ordem de 1,8 milhões de euros

e correspondem a obras de manutenção e melhoramento de alas hospitalares dos três hospitais que compõem o CHLO.

7.3. RECURSOS HUMANOS

Durante o ano de 2016, manteve-se uma política de ajustamento do mapa de pessoal, adequando-o às efectivas necessidades do Centro Hospitalar, apenas podendo ocorrer aumento dos encargos com pessoal, relativamente aos valores de 2015, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial, em situações excepcionais.

Através da publicação da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, foi estabelecida a extinção progressiva da redução remuneratória que se encontrava prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, com base em reversões trimestrais, ao longo de 2016, nos seguintes moldes:

- Reversão de 40 % a partir de 1 de janeiro de 2016;
- Reversão de 60 % a partir de 1 de abril de 2016;
- Reversão de 80 % a partir de 1 de julho de 2016;
- Eliminação completa a partir de 1 de outubro de 2016.

No que respeita ao número de Recursos Humanos, no ano de 2016, continua a verificar-se o aumento de profissionais ao serviço do CHLO, em efectividade de funções, apresentando o CHLO mais 107 elementos face ao período homólogo de 2015. Este aumento corresponde, em grande parte, ao aumento de número Enfermeiros, Médicos, Assistentes Operacionais e Técnicos de Diagnóstico, com um acréscimo de 64, 20, 15 e 10 profissionais, respectivamente.

No entanto, este acréscimo não reflecte um aumento em termos de carga horária, devido à passagem para as 35 horas/semanais de todos os profissionais com Contrato de Trabalho em Funções Públicas, pela Lei nº 18/2016, de 20 de junho. Assim, verificou-se que, no final do ano houve um decréscimo em cerca de 32 elementos em ETC, no total de RH do CHLO.

Não obstante a manutenção da política de restrições de admissão de trabalhadores, continuou-se a verificar a possibilidade de contratação através do Despacho n.º 342-C/2015, até abril de 2016 e, posteriormente, pelo Despacho 5911-C/2016, que veio permitir a admissão de RH em duas circunstâncias distintas:

- Substituição temporária de profissionais ausentes;
- Admissão de profissionais para Serviços de Urgência (Plano de Contingência).

Com base nesta legislação foram, sobretudo, admitidos Enfermeiros, Assistentes Operacionais e Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica.

A aplicação destas medidas, ao longo do ano de 2016, resultou nos indicadores abaixo mencionados:

- Aumento de 107 profissionais, cerca de 2,8%, face a 2015, que em termos do número em ETC se traduziu num decréscimo de 32 elementos.
- Aumento da despesa com pessoal de 5,8%, onde se englobam todos os custos previstos na Conta 64, essencialmente, por efeito da reposição gradual das remunerações durante o ano 2016.

7.3.1. EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS

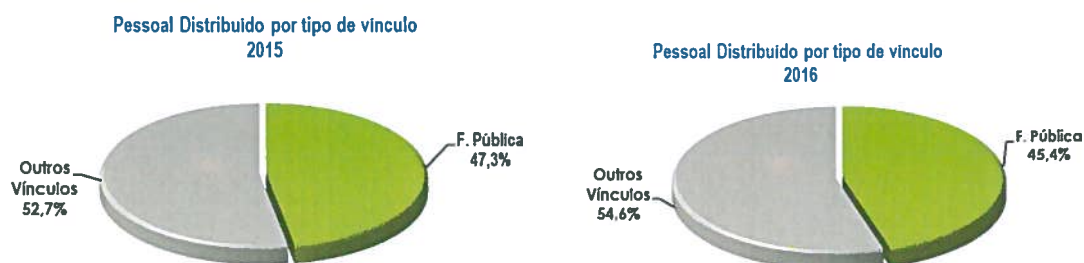
No final do ano 2016, o CHLO tinha a exercer funções 3.914 trabalhadores, dos quais 979 são homens e 2.935 são mulheres, evidenciando-se uma predominância do sexo feminino (75%) em todos os grupos profissionais, com exceção do pessoal de Informática.

GRUPOS PROFISSIONAIS POR VÍNCULO

Grupos de Pessoal	2015				2016				Δ %			
	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total
Dirigente	14	9	-	23	15	9	-	24	7%	0%		4,3%
Médico	269	233	-	502	263	259	-	522	-2%	11%		4,0%
Internato Médico	387	-	-	387	388	-	-	388	0%			0,3%
Téc. Sup. Saúde	19	10	-	29	18	11	-	29	-5%	10%		0,0%
Téc. Superior	16	63	-	79	16	65	-	81	0%	3%		2,5%
Enfermagem	459	746	30	1.235	452	824	23	1.299	-2%	10%	-23%	5,2%
Informática	4	9	-	13	4	9	-	13	0%	0%		0,0%
Docente	1	1	1	3	2	1	1	4	100%	0%		33,3%
Téc. Diag. Terap.	180	114	25	319	176	130	23	329	-2%	14%	-8%	3,1%
Assistente Técnico	103	286	-	389	101	281	-	382	-2%	-2%		-1,8%
Assistente Operacional	348	476	1	825	341	499	-	840	-2%	5%		1,8%
Outro Pessoal		1	2	3		1	2	3	100%	100%		0,0%
TOTAL	1.800	1.948	59	3.807	1.776	2.089	49	3.914	-1%	7%	-17%	2,8%

Pela análise do quadro, verifica-se que os grupos profissionais (sobretudo) responsáveis pelo aumento de efetivos são os Enfermeiros (+64), Médicos (+20), Assistentes Operacionais (+15) e TDT's (+10). Este aumento do número de efetivos justifica-se pela necessidade de uma resposta mais adequada, face ao acréscimo de atividade, designadamente em períodos de maior afluência, nomeadamente, o Serviço de Urgência e alguns Serviços de Internamento Médico, e às exigências, cada vez maiores, da qualidade assistencial e também pela redução da carga horaria verificada pela passagem às 35h/semanais (CTFP) em julho de 2016.

Tal como em anos anteriores, a concentração do maior número de efetivos situa-se nos grupos de pessoal de Enfermagem, Médico e Assistente Operacional, representando cerca de 68% do total de profissionais do CHLO.



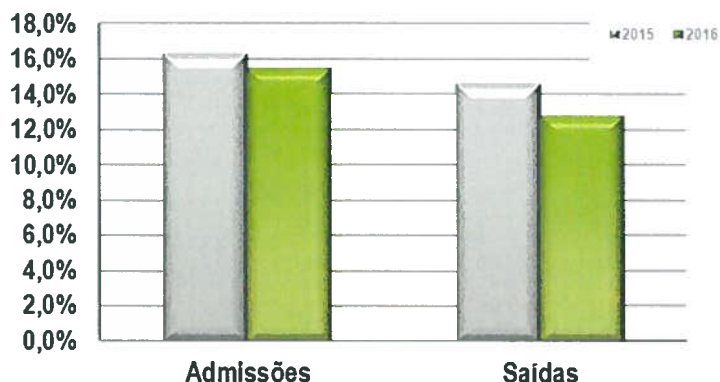
Quanto à natureza do vínculo, 1.776 colaboradores detêm uma relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato em funções pública (45,4%) do total de colaboradores, e 2.138 são abrangidos por outros tipos de vínculo, nomeadamente, contratos individuais de trabalho e prestações de serviço em nome individual, correspondentes a 54,6% dos efetivos.

7.3.2. MOBILIDADE DE PESSOAL

O quadro seguinte possibilita analisar a mobilidade, por grupos profissionais:

MOBILIDADE DE PESSOAL

Grupos Profissionais	Saídas		Δ%	Admissões		Δ%
	2015	2016		2015	2016	
Dirigente	1	0	-100,0%	2	1	0,0%
Médico	234	234	0,0%	256	255	-0,4%
Téc. Sup. Saúde	2	2	0,0%	2	2	0,0%
Téc. Superior	6	9	50,0%	5	11	0,0%
Enfermagem	171	115	-32,7%	199	179	-10,1%
Informática	1	0	0,0%	1	0	0,0%
Docente	0	0	0,0%	0	1	
Téc. Diag. Terap.	24	19	-20,8%	29	29	0,0%
Assistente Técnico	16	24	50,0%	13	17	30,8%
Assistente Operacional	101	98	-3,0%	115	113	-1,7%
Outro Pessoal	0	0	0,0%	0	0	0,0%
TOTAL GERAL	556	501	-9,9%	622	608	-2,3%
% Admissões				16,3%	15,5%	-4,9%
% Saídas				14,6%	12,8%	-12,4%



Analisando os dados referentes à mobilidade de pessoal, constatamos que o número de saídas é menor (501) que o número de admissões (608), o que justifica o aumento de efetivos verificado ao longo do ano de 2016.

No que se refere às admissões, registou-se um decréscimo de 2,3%, relativamente a 2015, quanto às saídas verificou-se um decréscimo de 9,9% relativamente ao ano 2015, com um total de 501 saídas.

7.3.3. ABSENTISMO

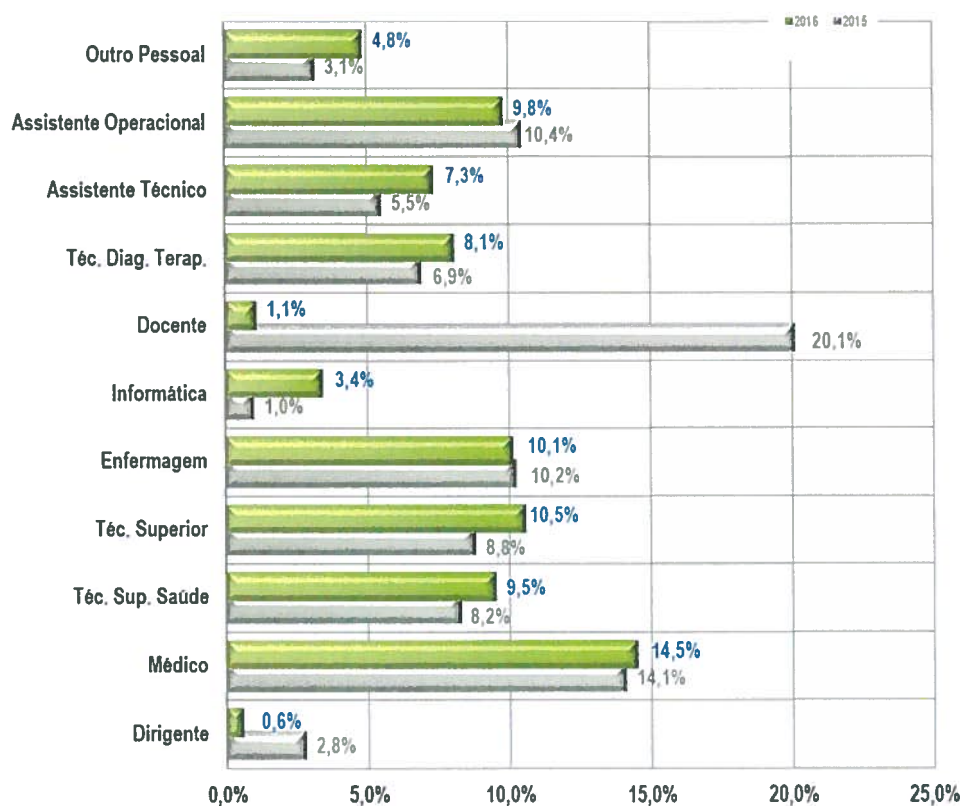
No ano de 2016, a taxa de absentismo apresenta um aumento significativo face ao ano de 2015, apresentando um total de 87.505 dias de ausência (+3.221 dias de ausência que em 2015), correspondente a um aumento de 2,4%.

A taxa de absentismo do CHLO em 2016 foi de 10,1%, face a 9,9% em 2015, correspondente a um acréscimo de 3.221 dias de ausência. O grupo de pessoal Médico, foi o que mais contribuiu para esta evolução percentual, com uma taxa de absentismo de 14,5%, equivalente a 18.818 dias de ausência, seguido dos Técnicos Superiores, do pessoal de Enfermagem e Assistentes Operacionais com uma taxa de absentismo de 10,5% e 10,1% e 9,8% com 2.126, 32.093 e 20.503 dias de ausência, respetivamente.

ABSENTISMO POR GRUPOS PROFISSIONAIS

Grupos de Pessoal	Dias de Ausência			Tx de Absentismo		
	2015	2016	Δ%	2015	2016	Δ%
Dirigente	161	33	-79,5%	2,8%	0,6%	-80,0%
Médico	17.957	18.818	4,8%	14,1%	14,5%	2,8%
Téc. Sup. Saúde	607	686	13,0%	8,2%	9,5%	15,3%
Téc. Superior	1.758	2.126	20,9%	8,8%	10,5%	20,3%
Enfermagem	31.240	32.093	2,7%	10,2%	10,1%	-1,0%
Informática	32	110	243,8%	1,0%	3,4%	250,7%
Docente	102	8	-92,2%	20,1%	1,1%	-94,7%
Téc. Diag. Terap.	5.145	6.142	19,4%	6,9%	8,1%	17,0%
Assistente Técnico	5.433	6.974	28,4%	5,5%	7,3%	33,3%
Assistente Operacional	21.841	20.503	-6,1%	10,4%	9,8%	-6,1%
Outro Pessoal	8	12	50,0%	3,1%	4,8%	53,0%
TOTAL	84.284	87.505	3,8%	9,9%	10,1%	2,4%

Taxa de Absentismo 2015/2016



Em 2016, o motivo de ausência que mais se destaca é a proteção na parentalidade, que representa 42,2% do total de faltas ao serviço, equivalente a 36.970 dias de ausência, claramente, um indicador de uma população jovem, nomeadamente, no grupo profissional dos Enfermeiros. O absentismo por doença é o segundo motivo responsável, apresentando uma taxa de absentismo de 34%, 29.804 dias de ausência.

A soma das ausências por proteção na parentalidade e doença corresponde a cerca de 76,3% do total de faltas em 2016 no CHLO.

ABSENTISMO POR MOTIVO DE AUSÊNCIA

Motivo de Ausência	2015	2016	Δ%
Casamento	979	925	-5,5%
Protecção na parentalidade	30.125	36.970	22,7%
Falecimento de familiar	886	810	-8,6%
Doença	31.957	29.804	-6,7%
Por acidente de serviço ou doença prof	4.116	2.776	-32,6%
Assistencia a familiares	580	614	5,9%
Trabalhador estudante	573	1.074	87,4%
Por conta do período de férias	257	248	-3,5%
Com perda de vencimento	172	117	-32,0%
Cumprimento de pena disciplinar	0	0	
Greve	2.760	2.620	-5,1%
Injustificadas	710	46	-93,5%
Outros	11.152	11.501	3,1%
TOTAL	84.267	87.505	3,8%

7.3.4. ESTRUTURA ETÁRIA

Em termos de Estrutura Etária do CHLO em 2016, verifica-se que cerca 60,3% dos colaboradores têm menos de 45 anos. É na faixa etária entre os 30-34 anos que se situa o maior número de elementos, com 729 efetivos correspondentes a 18,6% dos efetivos.

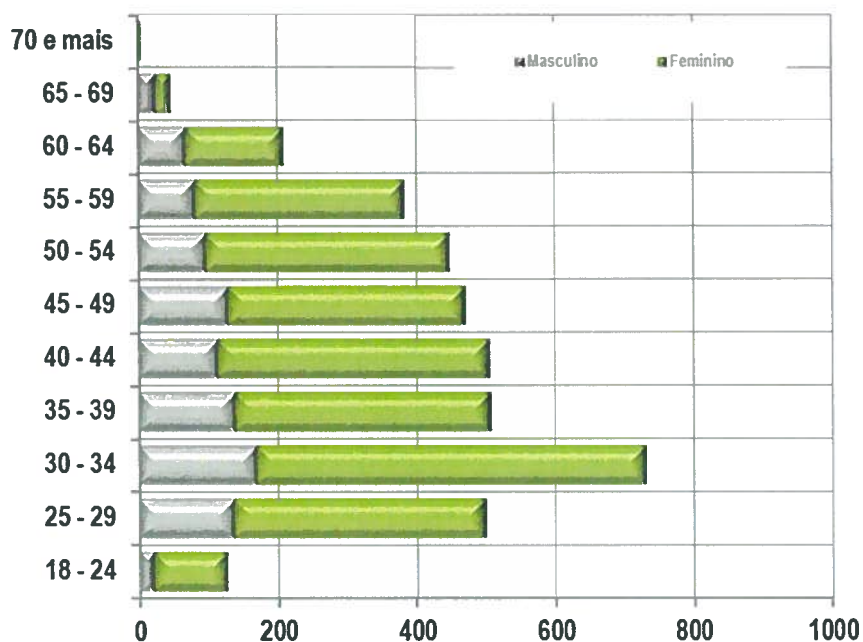
Em 2016, com idade superior a 59 anos, registam-se 256 colaboradores, cerca de 6,5% do total de profissionais, um valor ligeiramente superior ao registado em 2015 (5,8%).

DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÕES ETÁRIOS

Escalaão Etário	Masculino			Feminino			Total			%	
	2015	2016	Δ%	2015	2016	Δ%	2015	2016	Δ%	2015	2016
18 - 24	25	20	-20,0%	74	106	43,2%	99	126	27,3%	2,6%	3,2%
25 - 29	141	136	-3,5%	353	361	2,3%	494	497	0,6%	13,0%	12,7%
30 - 34	176	170	-3,4%	553	559	1,1%	729	729	0,0%	19,1%	18,6%
35 - 39	129	139	7,8%	362	366	1,1%	491	505	2,9%	12,9%	12,9%
40 - 44	115	113	-1,7%	403	390	-3,2%	518	503	-2,9%	13,6%	12,9%
45 - 49	124	130	4,8%	345	339	-1,7%	469	469	0,0%	12,3%	12,0%
50 - 54	97	96	-1,0%	329	351	6,7%	426	447	4,9%	11,2%	11,4%
55 - 59	76	81	6,6%	283	301	6,4%	359	382	6,4%	9,4%	9,8%
60 - 64	66	68	3,0%	111	139	25,2%	177	207	16,9%	4,6%	5,3%
65 - 69	21	24	14,3%	21	21	0,0%	42	45	7,1%	1,1%	1,1%
70 e mais	2	2	0,0%	1	2	100,0%	3	4	33,3%	0,1%	0,1%
TOTAL	972	979	0,7%	2.835	2.935	3,5%	3.807	3.914	2,8%	100,0%	100,0%

Resumindo, da análise da estrutura etária do CHLO, conclui-se que estamos perante um efetivo, maioritariamente jovem, dado que 47,4% dos efetivos tem menos de 40 anos.

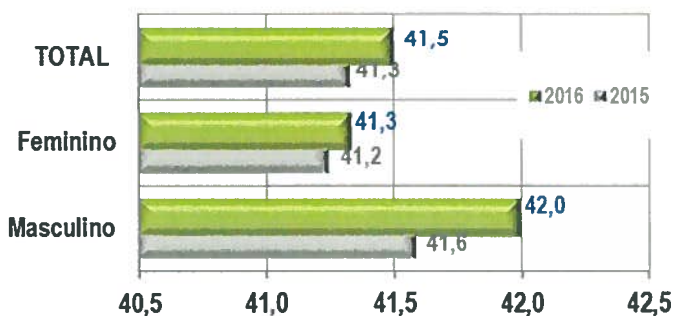
Distribuição Etária por Sexo - 2016



Quanto à distribuição etária por sexo, o grupo com maior dimensão é sem dúvida o grupo do sexo feminino, com 2.935 efetivos, correspondentes a 75,0% dos colaboradores do CHLO. O escalão etário com maior população feminina encontra-se entre os 30 – 34 anos, com 559 elementos.

IDADE MÉDIA POR SEXOS

	2015	2016	Δ%
Masculino	41,6	42,0	1,0%
Feminino	41,2	41,3	0,2%
TOTAL	41,3	41,5	0,4%



No que se refere à idade média dos colaboradores do CHLO, esta situa-se nos 41,5 anos, com um aumento de 0,2 anos, relativamente a 2015.

7.3.5. FORMAÇÃO

Face à certificação de qualidade em curso em diversos serviços, associada ao reconhecimento de Centros de Referência do CHLO em várias áreas de intervenção, o Núcleo de Formação incluiu na sua programação anual, inúmeras acções de formação em função da avaliação de necessidades específicas inerentes a este processo, o que levou um acréscimo significativo na actividade desenvolvida este ano, conforme podemos constatar.

	2015	2016	Δ%
N.º Acções	130	197	51,5%
N.º Total Formandos (internos+externos)	2.914	4.544	55,9%
Volume Formação	17.296	21.066	21,8%

A candidatura do HSFx a Hospital Amigo dos Bebés foi também responsável pelo aumento de formação registado, cumprindo as medidas preconizadas pela OMS/UNICEF:

“1. Ter uma política de promoção do aleitamento materno escrita, afixada, a transmitir regularmente a toda a equipa de cuidados de saúde. 2. Dar formação à equipa de cuidados de saúde para que implemente esta política”

No âmbito desta candidatura foram envolvidos nas 16 acções promovidas, 279 profissionais dos vários serviços da área materno-infantil (médicos, enfermeiros, técnicos superiores, dietistas, assistentes técnicos e assistentes operacionais).

Na formação associada aos diferentes Planos de Emergência Internos dos três hospitais, participaram 2.342 formandos internos, de todos os grupos profissionais e 187 externos pertencentes a empresas externas que prestam serviços no CHLO.

Reforçou-se a formação na área de Reanimação (Suporte Básico de Vida, Suporte Imediato de Vida, Suporte Imediato de Vida Pediátrico), tendo contado com 477 participantes.

Foi realizado também este ano pela primeira vez o curso de *Advanced Trauma Life Support* (ATLS) promovido pela ATLS Portugal, destinado a 16 médicos dos serviços de anestesiologia e cirurgia geral, colmatando uma falha na resposta a necessidades prioritárias de profissionais em formação específica nestas valências (Circular normativa nº 07/DQS/DQCO de 31/03/2010 – Organização dos Cuidados Hospitalares Urgentes ao Doente Traumatizado).

Tendo em vista a implementação da Triagem de Manchester no Serviço de Urgência Obstétrica e Ginecológica, realizou-se a formação das equipas de enfermagem e médicos, com a colaboração do Grupo Português de Triagem (GRP), tendo participado 43 profissionais.

O CHLO apoiou ainda a formação de 23 profissionais na área da gestão de serviços de saúde (Pós-Graduação em Gestão de Serviços de Saúde), promovida pela Universidade Lusíada, com quem mantém um protocolo de colaboração desde 2007.

Para além destas áreas de formação que referimos podemos ainda mencionar a formação contínua na área da Prevenção e Controlo de Infecção, Cuidados Paliativos, Tratamento de Feridas, Prevenção de Úlceras de Pressão, entre diversas outras.

Como podemos constatar mais uma vez, o número de enfermeiros que aderem à formação é muito significativo, 57% do total de formandos abrangidos pelo Plano de Formação. Seguem-se este ano o grupo dos assistentes operacionais (16,6%), os médicos e os assistentes técnicos, representando ambos apenas 9% do universo abrangido.

Ano	Adm. Hosp.	Médicos	Tec. Sup Saude	Enferm.	Tec. Sup	TDT	Ass. Tec.	Ass. Op.	Outros	Total
Formandos Internos 2016	4	389	27	2.422	72	275	382	713	1	4.285
Formandos Internos 2015	2	217	12	2.170	33	30	26	334	16	2.840

7.3.5.1. FORMAÇÃO PRÉ-GRADUADA

Em 2016, o CHLO manteve a participação no ensino pré-graduado, com base em protocolo com a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa. Participou igualmente no ensino pré-graduado de algumas Universidades Privadas com as quais estabeleceu igualmente protocolo.

7.3.5.2. FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA - INTERNATO

A formação de médicos é um importante contributo para a evolução técnica e sustentabilidade científica dos serviços de saúde.

Neste âmbito, o CHLO assegurou, em 2016, a continuação dos Internatos Médicos de Especialização e do Ano Comum, colaborou também na formação de internos de outras instituições do SNS, das Forças Armadas e das Regiões Autónomas.

O CHLO mantém ainda protocolos com os PALOP para formação de Médicos em estágios correspondentes às várias especialidades médicas.

7.4. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Em 2016 deu-se início à implementação de um sistema de informação transversal a todos os Blocos Operatórios, UCIs e Neonatologia. A implementação deste sistema, que se irá prolongar durante o ano de 2017, irá permitir a uniformização de procedimentos e a integração da informação deste sistema no processo clínico electrónico do utente. O acesso será possível em qualquer posto de trabalho para utilizadores credenciados.

Este sistema irá permitir também prosseguir o objectivo de tornar o CHLO numa instituição *paper free*, com toda a informação clínica do utente disponível em formato digital, 24 horas por dia.

Este ano foi efetuado um esforço na melhoria da aplicação dos "indicadores de gestão", disponibilizando novos indicadores para áreas deficitárias de informação de gestão, como seja a enfermagem.

Por último, foi reforçada a capacidade de armazenamento no centro de dados, assim como de realização e retenção de cópias de segurança. Esta necessidade tornou-se premente em 2016 devido à contínua e sustentada evolução dos sistemas informáticos dentro da instituição.

7.5. INVESTIGAÇÃO CLÍNICA

No Ano de 2016 deram entrada 22 Ensaio Clínicos, e 8 Adendas, foram autorizados 28 Ensaio (6 do ano anterior).

Destacaram-se durante o ano de 2016 as seguintes atividades:

- Apoio de Secretariado e Monitorização dos ensaios em curso e início de novos estudos autorizados pelo CA;
- Apoio à apresentação de trabalhos científicos em reuniões nacionais e internacionais;
- Apoio à Publicação de artigos científicos em revistas conceituadas das várias especialidades;
- Apoio a Cursos de pós graduação;
- Disponibilização de Consultoria científica na área da Estatística, com apoio de um consultor.
- Renovação de contrato com a Revista British Medical Journal Case Reports para publicação de trabalhos científicos.
- Realização de três Encontros Científicos do CHLO.
- Três Cursos de Formação em Investigação Clínica e Publicação Científica com um total de 48 participantes.

7.6. COMISSÃO DE QUALIDADE E SEGURANÇA

Durante o ano 2016 as atividades desenvolvidas por esta Comissão responderam aos requisitos para concretização das propostas da DGS, com carácter normativo, como é público, globalmente e de modo mais extensivo do que em anos anteriores.

Além disso outras intervenções tiveram lugar:

- ♦ Número de NOC DGS analisadas e discutidas – 14
- ♦ Número de NOC DGS objeto de auditoria interna - 141
- ♦ Aplicação da Tabela nacional de Funcionalidades - Pneumologia
- ♦ Programa preventivo, no uso seguro do medicamento:
 - Procedimento para medicamentos LASA ("Look Alike, Sound Alike")
 - Procedimento para medicamentos de alerta máximo
 - Aplicação de alertas informáticos no sistema de prescrição (eg dias de prescrição de antibiótico, incompatibilidades)
- ♦ Avaliação para controlo ambiental - gases anestésicos e AVAC;
- ♦ Avaliação do grau de satisfação dos clientes externos;
- ♦ Avaliação e tratamento das Reclamações;
- ♦ Extensão do Programa de Medicina Ocupacional: realização de pelo menos cinco dezenas de avaliações individuais de colaboradores e 12 Avaliações do Risco no local de trabalho;
- ♦ Continuação das atividades de Investigação Clínica compreendendo ainda um curso anual;
- ♦ Atividades formativas transversais: S. básico de vida, S. avançado de vida, Plano de Emergência interna;
- ♦ Atividades outras no Âmbito da Segurança do Doente:
 - Continuação da aplicação do Programa da Cirurgia Segura (2,5% taxa de não aplicação);
 - Continuação dos Programas de ensino ao doente durante o internamento de forma informal;
 - Promoção da comunicação de incidentes no sistema de report Antares;
 - Continuação da divulgação de Informação sobre estratégias para prevenção de quedas e monitorização do Risco de queda;
 - Estratégia de armazenamento de medicamentos LASA implementada;
 - Monitorização da infeção nosocomial - Programas HAI-SSI, HAI -UCI, UCIN, INCS;
 - Monitorização dos microrganismos problema;
- ♦ Divulgação ampla da Carta de Direitos e Deveres do doente e da Carta de acesso ao direito à informação do tempo de espera em lista;
- ♦ Colaboração com os serviços na elaboração de modelos de Consentimento Informado à luz do Modelo de Consentimento Informado em vigor (NOC 015/2013) - criados 14 novos modelos;

- ♦ Organização e produção de dois cursos para Auditores técnicos da Qualidade - 37 formandos, multidisciplinar;
- ♦ Reconhecimento externo da Qualidade: manutenção da Certificação ISO 9001-2008 nos Serviços de Imunohemoterapia, Farmacêuticos, nas Unidades de Diálise, Biologia Molecular e Microbiologia e envolvimento de 12 serviços clínicos na aplicação do modelo de acreditação ACSA;
- ♦ Produção e divulgação no *site* do Departamento da Qualidade de numerosos documentos transversais com o objetivo de formalizar procedimentos e instruções de trabalho, procurando sistematizar atividades com impacto positivo direto da organização no doente:
 - Acesso a Ajuda em Emergência;
 - Arquivo Digital;
 - Comunicação e Resolução de Ocorrências (S. Logística e Compras, SIE's, Hoteleiros);
 - Confidencialidade da Informação Clínica;
 - Continuidade na informação clínica e respetivos registos em situação de falha informática;
 - Controlo ambiental na conservação de medicamentos e dispositivos médicos;
 - Controlo de temperatura e humidade na conservação de medicamentos;
 - Dúvidas de Natureza Ética;
 - Elos de Ligação;
 - Gestão de Bens e Serviços;
 - Listagem de processos não assistenciais;
 - Privacidade do Cidadão no CHLO;
 - Profissionais de Referência;
 - Rastreabilidade, Confidencialidade e Proteção da Informação Clínica;
 - O cidadão e o Testamento Vital;
 - Substituição na Tomada de decisão de cidadão incapaz.

7.7. COMISSÃO DE ÉTICA

Durante o ano de 2016 realizaram-se 10 reuniões ordinárias da Comissão de Ética e deve destacar-se:

- ♦ Atividade assistencial (resposta a questões colocadas por diferentes serviços do CHLO);
- ♦ Atividade de investigação;
- ♦ Foram recebidos 101 pedidos de parecer. Destes, 68 por estarem completos e de acordo com as Normas da Comissão de Ética para a Saúde (CES) foram submetidos a apreciação: 48 registos observacionais/projetos de investigação clínica, 15 estudos conducentes a provas académicas, 6 adendas/emendas a estudos aprovados anteriormente;

- ♦ Organização do Curso de Terapêutica Antibiótica, do Grupo de Infecção e Sepsis do Hospital de S. João, realizado no Edifício Escolar do Hospital São Francisco Xavier nos dias 14 e 15 de Outubro de 2016;
- ♦ Integração de novos Enfermeiros, políticas do GCL-PPCIRA;
- ♦ Colaboração em estágios da especialidade médica e com instituições de cursos de ensino pós-graduado, nomeadamente, Escolas Superiores de Enfermagem;
- ♦ Orientação das práticas clínicas;
- ♦ Continuação da elaboração ou actualização de recomendações, procedimentos e normas para o manual de prevenção e controlo de infecção e de resistência aos antimicrobianos do CHLO;
- ♦ Emissão de pareceres em prevenção e controlo de infecção e utilização de antimicrobianos e anti-sépticos;
- ♦ Participação em reuniões externas, como oradora convidada:
 - Comemoração promovida pela DGS aquando da Semana do Antibiótico, Lisboa, 17 de novembro, Filomena Martins;
 - O farmacêutico no GCL-PPCIRA, IX Congresso Nacional da Associação Portuguesa de Farmacêuticos Hospitalares, Estoril, 26 de novembro, Erica Viegas;
- ♦ Participação como moderadora no workshop “Experiência Internacional na prevenção de infecção e regimes alternativos de descolonização” no 6º congresso Internacional dos Hospitais, organizado pela APDH, nos dias 23 a 25 de novembro de 2016, Lisboa, Filomena Martins.

Auditoria de estrutura, processo e resultado

- ♦ Campanha das Precauções Básicas em Controlo de Infecção (PBCI) – Direção Geral de Saúde e Organização Mundial de Saúde;
- ♦ Auditorias internas a indicadores de estrutura, processo e resultado;
- ♦ Auditorias internas ao uso de antimicrobianos:
 - Serviço de Cirurgia Geral I, Unidade de Oncologia, Unidade de AVC, UNICARD;
 - Serviço de Cirurgia Geral II, Gastrenterologia e Neurologia;
 - Serviço de Cirurgia Geral III, Cardiologia, CCT, Nefrologia e UCI-CCT;
 - Avaliação da DDD/100 camas/dia e DDD/1000 doentes saídos do CHLO;

Colaboração em atividades de gestão de materiais e equipamentos

- ♦ Júri de concursos de escolha de material e consumo clínico;

Projetos de investigação / participação em projetos de investigação

- ♦ Avaliação do cateter Folley Bactiguard na prevenção da infeção do tracto urinário associada à cateterização vesical (ainda em curso);
- ♦ Estudo "Caracterização de estirpes bacterianas associadas a infeções associadas aos cuidados de saúde (IACS): a importância dos biofilmes" (ainda em curso);

Colaboração em atividades para a acreditação de serviços clínicos do CHLO

- ♦ Integração na equipa de acreditação dos serviços clínicos.

7.9. SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social no ano 2016, no cumprimento das suas atribuições, segundo o artigo 5º, do regulamento interno do Serviço:

- a) Contribuir para a humanização e qualidade dos Serviços do Centro Hospitalar;*
- b) Assegurar o apoio psicossocial dos utentes do Centro Hospitalar e exercer funções de estudo, concepção e adaptação de métodos técnico-científicos nesta área;*
- c) Articular com as redes sociais de suporte, as necessidades dos utentes do Centro Hospitalar;*
- d) Prevenir, evitar e minimizar casos em que a alta clínica possa não coincidir com a alta social;*
- e) Assegurar a estatística do Serviço de acordo com as normas em vigor;"* deu continuidade às mesmas, e àquilo que é a sua missão, que se centra na promoção e inclusão social, de cidadãos portadores de vulnerabilidades, nomeadamente dependência, de modo a serem alcançadas formas máximas possíveis, de bem estar personalizado.

No eixo da produção manteve paralelamente a sua acção focada nos doentes e no apoio aos serviços clínicos de internamento, com especial atenção para a efetivação das altas hospitalares. As suas energias foram também conduzidas para a referenciação de doentes para a RNCCI (Rede Nacional de cuidados Continuados Integrados), com um acréscimo de 234 doentes, relativamente a 2015, num total de 1.040.

Investiu em áreas novas como a EPVA (Equipa de Prevenção à Violência Domestica), coordenando a mesma e colaborou também no processo de acreditação dos serviços clínicos do CHLO. Continuou a dar apoio ao Núcleo Hospitalar de Apoio à Criança e Jovem em Risco, UCF/ACES LISBOA OCIDENTAL OEIRAS, EGA, Comissão de Informatização Clínica, e aos Centros de Referência.

Continuou a desenvolver o seu grupo de reflexão interno, desenvolvendo várias sessões temáticas da sua área de intervenção e o trabalho de proximidade na articulação com as redes de apoio na comunidade. Manteve articulação com as universidades na vertente do ensino, no acompanhamento de estágios curriculares.

Manteve relação com as entidades externas que se constituem como recurso, na solução dos problemas detectados em meio hospitalar, e por outro lado, cultivando uma ligação de proximidade com a comunidade.

RESUMO DA PRODUÇÃO DAS EQUIPAS DE SERVIÇO SOCIAL - 2016

	Actos Sociais				Episódios Sociais	N.º Utentes atendidos	Doentes Saldos	Casos Sociais c/ Protelamento Alta	% Casos Sociais c/ Protel. Alta
	Triagem	Acto Social Isolado	Acomp. Psicossocial	Outras Actividades					
CHLO	10.160	6.975	6.075	1.023	1.020	10.160	26.946	176	0,7%

* Não inclui doentes com recurso ao exterior

8 FACTOS MAIS RELEVANTES DURANTE O ANO DE 2016

Janeiro

- ♦ **6º Simpósio de Tromboembolismo do CHLO**, decorreu no dia 29 de janeiro, no Museu do Oriente, organizado pela Comissão de Vigilância e Prevenção do Tromboembolismo do CHLO. Foram abordados vários temas sobre o tromboembolismo, quer nos aspetos de profilaxia quer nos avanços terapêuticos.



Fevereiro

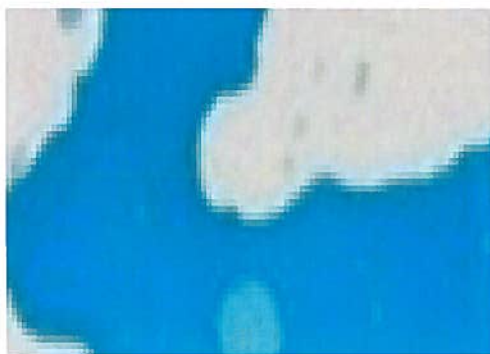
- ♦ **Início de Atividade do Programa de Colheita de Córnea em Dador de Coração Parado**, pelo Serviço de Oftalmologia. A apresentação da Unidade da Córnea decorreu no dia 17 de fevereiro, no auditório do Hospital de Egas Moniz.



- ♦ **Comemorações do 30º Aniversário do 1º Transplante Cardíaco em Portugal** decorreram no dia 18 de fevereiro, no Hospital de Santa Cruz, com a visita do Senhor Ministro da Saúde, Prof. Doutor Adalberto Campos Fernandes. Este evento centrou-se nos doentes transplantados cardíacos que deram o seu testemunho perante vários convidados. A comemoração assinalou ainda a renovação da UCICCT e da Cardiologia Pediátrica.



- ♦ **XVIII Simpósio de Atualização em Nefrologia** decorreu no dia 20 de Fevereiro, organizado pelo Serviço de Nefrologia do CHLO.



- ♦ **Curso “Como Sobreviver na Enfermaria”**, organizado pela Comissão de Internos do CHLO, com o Alto Patrocínio do Internato Médico do CHLO, decorreu de fevereiro a Maio, no Hospital de Egas Moniz e no Hospital de São Francisco Xavier, subordinado a vários temas, com diferentes preletores.

Março

- ♦ **Reconhecimento do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., pelo Ministério da Saúde**, publicado em Diário da República, Despacho nº 3653/2016, de 11 de março, como **Centro de Referência** nas seguintes áreas: Cardiologia de Intervenção Estrutural; Cardiopatias Congénitas; Oncologia de Adultos – Cancro do Reto e Transplante Rim – Adultos.
- ♦ **V Curso de Formação em Investigação Clínica e Publicação Científica** decorreu no dia 18 de março, no anfiteatro do Hospital de Santa Cruz, uma iniciativa do Departamento de Investigação Clínica e do Internato Médico do CHLO, com a colaboração do Centro de Estudos de Doenças Crónicas – CEDOC – *Nova Medical School*

Abril

- ♦ **Rastreio da Voz 2016**, organizado pela Consulta da Voz, decorreu de 14 a 16 de abril, no Hospital de Egas Moniz.



Maio

- **Comemoração do Dia Mundial da Higiene das Mãos**, organizada pelo Grupo de Coordenação Local do Programa de Prevenção e Controlo de Infeções e de Resistência aos Antimicrobianos, no dia 4 maio nos três hospitais que constituem o CHLO.



- **Do Hospital para Casa e Agora?** – Livro da autoria de Enfermeiras do Serviço de Medicina IA, uma obra que ajuda os cuidadores no regresso a casa. A Direção de Enfermagem do HEM ofereceu um exemplar a todas equipas de enfermagem no Dia Mundial do Enfermeiro, 12 de maio.



- **X Jornadas da Dor “Dor e Qualidade de Vida”**, realizaram-se no dia 18 de maio, no Hospital de Egas Moniz, uma iniciativa da Unidade de Terapia da Dor/Serviço de Anestesiologia.

- **XIV Jornadas de Endocrinologia**, organizadas pelo Serviço de Endocrinologia do CHLO, realizaram-se nos dias 19 e 20 de maio, no Museu do Oriente. Estas jornadas integraram ainda o Curso de Insulinoterapia na Diabetes Mellitus tipo 2.



Junho

- **Inauguração do “MUSIC Neuro Rehab Lab”**, laboratório para intervenção do utente com AVC, decorreu no dia 1 de junho, no Serviço de Medicina Física e Reabilitação, um projeto de carácter científico e terapêutico, que visa a utilização da música/som no processo de avaliação e intervenção na área da reabilitação neurofuncional, em regime de ambulatório. Uma parceria da Unidade de AVC e o Serviço de MFR.



- ♦ **Formação Plano de Emergência Interno**, com início em junho de 2016, decorreram, nas três unidades hospitalares que constituem o CHLO, várias ações de formação destinadas a todos os profissionais.

Julho

- ♦ **CAVE - Curso Prático de Acessos Vasculares Ecoguiados**, decorreu no dia 3 de julho, organizado Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente, do Hospital de Egas Moniz.



- ♦ **Visita do Senhor Secretário de Estado da Saúde e da Senhora Presidente do Conselho Diretivo da ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. ao Hospital de São Francisco Xavier.** Decorreu no dia 14 de julho uma visita à Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente, à Urgência Obstétrica/Bloco de Partos e à Unidade de Neonatologia.



- ♦ **Certificação ISO 9001 do Sistema de Gestão da Qualidade nos Laboratórios de Microbiologia Clínica e Biologia Molecular**, em auditoria nos dias 18 e 19 de julho, foi atribuída esta certificação ao Serviço de Patologia Clínica.
- ♦ **Reconhecimento do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. pelo Minsitério da Saúde**, publicado em Diário da República, no Despacho nº9414/2016, de 22 de julho, como **Centro de Referência na área de Transplante de Coração - Adultos**.

Agosto

- ♦ **Disponibilização de imagem médica na Plataforma de Dados da Saúde**, o CHLO foi um dos primeiros hospitais a disponibilizar imagens médicas para outras entidades do SNS, garantindo o acesso à informação do utente em qualquer ponto do país.

Setembro

- ♦ **Comemoração do 37º Aniversário do Serviço Nacional de Saúde**

Decorreu no dia 15 de setembro, no Hospital de São Francisco Xavier: Inauguração de exposição fotográfica "25º Aniversário da VMER do HSFx", com um momento musical, ao piano, por António Filipe Salvador Silva, fisioterapeuta do HSFx.



- ♦ **Certificação "Hospital Amigo dos Bebés"**, a oficialização da certificação do CHLO/HSFx ocorreu no dia 30 de setembro de 2016, na Conferência Internacional de Aleitamento Materno, no Parque de Saúde de Lisboa.

- ♦ **Encontro de Saúde Mental do Concelho de Oeiras "Saúde Mental Sustentável"**, realizou-se no dia 30 de setembro



Outubro

- ♦ **Exposição "Semana Mundial do Aleitamento Materno"**

Decorreu na primeira semana de outubro, no Hospital de São Francisco Xavier, organizada pelo Departamento Materno-Infantil.



- ♦ **Atividades do Dia Mundial da Alimentação**, o Serviço de Nutrição e Dietética desenvolveu um conjunto de atividades destinadas a profissionais e utentes, para assinalar a data, dia 14 de outubro, este ano no Hospital de Egas Moniz.

- ♦ **Atividades alusivas ao Dia Nacional da Prevenção Conta o Cancro da Mama**, decorreram durante o mês de outubro,



organizadas pela Associação Unidas para Vencer. Uma exposição de pintura coletiva, subordinada ao tema “Expressão plástica das emoções”, terminando no dia 28 de outubro, com uma palestra subordinada ao tema “Oncosexologia”.

Novembro

- ♦ **VII Curso de Iniciação à Investigação do CHLO - Introdução à Revisão Sistemática e Meta-Análise**, decorreu no dia 11 de novembro, no Hospital de Egas Moniz, organizado pelo Departamento de Investigação Clínica.

- ♦ **Atividades do Dia Mundial da Diabetes**, decorreram no dia 14 de novembro, organizadas pelo Serviço Nutrição e Dietética e pela Consulta da Diabetes, no Hospital de São Francisco Xavier.



- ♦ **Reunião de Comemoração do 10º Aniversário CHLO**, decorreu no dia 17 de novembro, no Museu do Oriente, com o objetivo de assinalar o aniversário do CHLO, com um balanço dos 10 anos ao serviço da saúde, expectativas e objetivos para a próxima década. Foi ainda atribuído o prémio de investigação clínica do CHLO “Dr. Carlos Lima”.



- ♦ **1ªs Jornadas dos Enfermeiros Especialistas em Enfermagem de Reabilitação do CHLO**, subordinadas ao tema “Da formação à prática clínica”, organizadas pelo CHLO, decorreram no dia 18 de novembro, no auditório do Metro do Alto dos Moinhos.

- ♦ **Dia Mundial da Prematuridade**, para assinalar a data, dia 17 de novembro, a Unidade de Neonatologia do CHLO realizou



uma exposição temática, no átrio do edifício 2, e um lanche com profissionais, familiares, amigos e ex-prematuros.



♦ **Prémio Boas Práticas de Governação “Projeto ELOS na Insuficiência Cardíaca”**, atribuído durante o Workshop “Boas Práticas de Governação”, em 24 de novembro, um projeto desenvolvido pelas ARS de Lisboa e Vale do Tejo, ACES Lisboa Ocidental e Oeiras e o CHLO.

- ♦ **XI Jornadas de Neuropsicologia**, subordinadas ao tema “A Neuropsicologia na história, no conhecimento e na saúde”, decorreram nos dias 25 e 26 de novembro, na Universidade Lusíada, organizadas pela Unidade de Neuropsicologia e Instituto de Psicologia e Ciências da Educação.



- ♦ **Curso de Pós-Graduação em Gestão dos Serviços de Saúde da Universidade Lusíada**, no âmbito do protocolo estabelecido entre o CHLO e a Universidade Lusíada realizou-se mais uma edição do curso, com início em 18 de novembro, destinado a licenciados em funções de Direção ou Coordenação no setor da Saúde ou outras atividades conexas.

Dezembro



♦ **Benção da nova VMER/HSFX**, decorreu no dia 12 de dezembro a benção da nova Viatura médica de Emergência e Reanimação do HSFX, pelo capelão do hospital e a coordenação da VMER, na presença de vários colaboradores do CHLO.

- ♦ **Festa de Natal HSFX**, decorreu no dia 18 de dezembro organizada pelo Voluntariado da Liga dos Amigos do HSFX, com um lanche e momentos musicais com vários artistas, destinada a pessoal/utentes e voluntários.





- ♦ **Sessão Comemorativa dos 40 anos dos Cuidados Intensivos do HEM + 10 anos da Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente** realizou-se no dia 19 de dezembro no auditório do Hospital de Egas Moniz.
- ♦ **Festa de Natal da Unidade da Dor** decorreu no dia 20 dezembro no Hospital de Egas Moniz, com bailado e presépio vivo.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Hospitalar não efetuou negócios com os seus administradores, nos termos do artigo 37º do Código das Sociedades Comerciais.

O Centro Hospitalar não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

Cumpre-nos informar que não estão a ser utilizados instrumentos de política de cobertura financeira.

Nos termos dos artigos 6.º e 13.º dos Estatutos constantes do anexo II ao Decreto -Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto -Lei n.º 12/2015, de 26 de janeiro, alterado pelo Decreto -Lei n.º 183/2015, de 31 de agosto, dos n.os 2 e 3 do artigo 13.º e da alínea c) do n.º 3 do artigo 20.º e do n.º 8 do artigo 28.º do Decreto - Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto -Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e alterado pelo Decreto -Lei n.º 39/2016, de 28 de julho, e da alínea d) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros, através da Resolução n.º 31/2017 de 12 de janeiro, nomeou, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, para um mandato de três anos Rita Perez Fernandez da Silva, José Manuel Fernandes Correia, Maria Celeste Malveiro Serra Sim- Sim dos Anjos Silva, Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira e Fernanda Maria Rosa, respetivamente, para o cargo de Presidente do conselho de administração, vogal executivo com funções de diretor clínico, vogal executiva, vogal executivo e vogal executiva com funções de enfermeira diretora do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E. A presente resolução reporta os seus efeitos ao dia 1 de Janeiro de 2017.

Não ocorreram, ou se prevêem vir a ocorrer, quaisquer outros factos relevantes após o termo do exercício que possam vir a ter impacto nas demonstrações financeiras do Centro Hospitalar em 31 de dezembro de 2016

O total do Fundo Patrimonial do CHLO ascende, em 31 de dezembro de 2016, a 3.153.342 euros negativos. O valor do Património é de 133.293.333 euros, pelo que está assim perdido em mais de 50%, em virtude dos resultados transitados negativos acumulados.

É convicção do Conselho de Administração do CHLO que a atual situação de desequilíbrio não põe em causa o princípio da continuidade das operações no CHLO que, enquanto entidade pública empresarial de enquadramento estratégico-prioritário, será sempre assegurada pelo Estado.

Nesse sentido, o Conselho de Administração e a Tutela nunca deixarão de equacionar diferentes cenários económicos possíveis e mais adequados, para promover essa sustentabilidade.

10 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

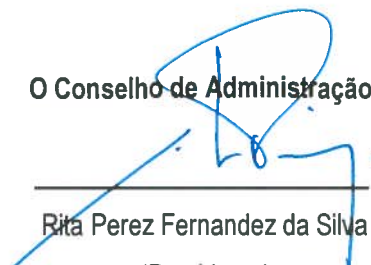
De acordo com o previsto nas disposições legais e estatutárias aplicáveis e tendo em consideração a exigência prevista no n.º 2 do artigo 23º dos Estatutos publicados em Anexo ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental EPE, vem propor que o resultado apurado no exercício de 2016, no montante de 2.156.646,33 euros seja aplicado da seguinte forma:

Reserva Legal: 107.832,32 euros

Resultados Transitados: 2.048.814,01 euros

Lisboa, 29 de março 2017

O Conselho de Administração



Rita Perez Fernandez da Silva
(Presidente)



Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva
(Vogal)



Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira
(Vogal)



José Manuel Fernandes Correia
(Diretor Clínico)



Fernanda Maria da Rosa
(Enfermeira Diretora)

11 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

11.1 - BALANÇO (31 DE DEZEMBRO)

(euros)

	2016			2015
	Activo Bruto	Amort. / Ajustam.	Activo Líquido	Activo Líquido
ATIVO				
IMOBILIZADO				
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
Despesas de instalação	541.854,87	541.854,87	0,00	0,00
Despesas investigação e desenvolvimento/outras	607.033,17	607.033,17	0,00	0,00
Total das imobilizações incorpóreas	1.148.888,04	1.148.888,04	0,00	0,00
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Edifícios e outras construções	96.794.572,27	52.436.800,02	44.357.772,25	47.248.542,40
Equipamento básico	61.138.461,13	54.869.317,75	6.269.143,38	5.544.975,87
Equipamento de transporte	2.218.341,44	2.118.627,61	99.713,83	139.214,96
Ferramentas e utensílios	560.294,61	560.294,61	0,00	0,00
Equipamento administrativo e informático	16.694.141,79	15.918.740,31	775.401,48	690.227,04
Outras imobilizações corpóreas	161.199,55	161.199,55	0,00	8.687,98
Imobilizaç. em curso de imobil. corpóreas	3.723.471,47		3.723.471,47	3.229.814,75
Total das imobilizações corpóreas	181.290.482,26	126.064.979,85	55.225.502,41	56.861.463,00
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Outras aplicações financeiras	58.490,04		58.490,04	19.278,30
Total dos investimentos financeiros	58.490,04		58.490,04	19.278,30
CIRCULANTE				
EXISTÊNCIAS				
Matérias-primas, subsid. e consumo	12.080.293,92	17.827,90	12.062.466,02	15.309.527,18
Total das existências	12.080.293,92	17.827,90	12.062.466,02	15.309.527,18
DIVIDAS DE TERCEIROS - Medio e longo prazo				
Outros devedores	0,00	0,00	0,00	5.565.776,88
Total das Dividas de terceiros - Médio e longo prazo	0,00	0,00	0,00	5.565.776,88
DIVIDAS DE TERCEIROS - Curto prazo				
Clientes c/c	261.269,40		261.269,40	476.816,83
Utentes c/c	76.040,38		76.040,38	101.966,66
Instituições do Estado	466.279.541,84		466.279.541,84	288.456.832,00
Clientes e utentes cobrança duvidosa	6.157.450,68	5.899.275,37	258.175,31	853.654,04
Adiantamentos a fornecedores	198.130,61		198.130,61	217.031,13
Estado e outros entes públicos	378.749,40		378.749,40	308.779,52
Outros devedores	16.136.866,58		16.136.866,58	15.572.404,16
Total dividas de terceiros - Curto prazo	489.488.048,89	5.899.275,37	483.588.773,52	305.987.484,34
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS / CAIXA				
Contas no tesouro	870.865,22		870.865,22	56.785,80
Depósitos em instituições financeiras	172.547,66		172.547,66	59.580,37
Caixa	1.277,23		1.277,23	6.113,53
Total de depósitos e caixa	1.044.690,11		1.044.690,11	122.479,70
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos de proveitos	88.262.066,14		88.262.066,14	59.872.261,79
Custos diferidos	0,00		0,00	1.000,00
Total acréscimos e diferimentos	88.262.066,14		88.262.066,14	59.873.261,79
Total de amortizações		127.213.867,89		
Total de provisões		5.917.103,27		
TOTAL DO ATIVO	773.372.959,40	133.130.971,16	640.241.988,24	443.739.271,19

O Contabilista Certificado

Relatório de Gestão e Contas 2016

O Conselho de Administração

 .119

11.1 - BALANÇO (31 DE DEZEMBRO)

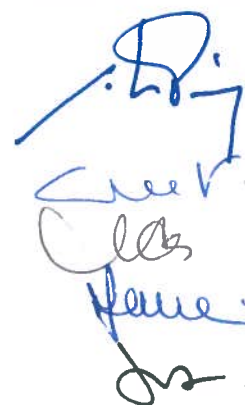
(euros)

	2016	2015
FUNDOS PRÓPRIOS		
Património	133.293.333,33	133.293.333,33
Reservas		
Reservas legais	1.163.149,34	1.163.149,34
Reservas estatutárias	58.831,59	58.831,59
Reservas Livres	12.774.118,72	12.774.118,72
Doações	2.201.465,20	2.072.006,96
Reservas decorrentes da transferência de activos	29.701.398,46	29.701.398,46
Total das reservas	45.898.963,31	45.769.505,07
Resultados transitados	-184.502.284,71	-159.681.464,81
Resultado líquido do exercício	2.156.646,33	-12.764.246,32
TOTAL DO FUNDO PATRIMONIAL	-3.153.341,74	6.617.127,27
PASSIVO		
PROVISÕES		
Provisões para riscos e encargos	6.314.235,88	8.950.551,31
Total de provisões	6.314.235,88	8.950.551,31
DIVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo		
Adiantamentos de clientes, utentes e instit. Minist. Saúde	511.653.472,16	314.359.563,98
Fornecedores c/c	86.978.820,35	78.357.931,18
Fornecedores - Facturas recepção e conferência	2.178.566,24	1.304.272,09
Fornecedores de imobilizado c/c	2.793.034,78	2.515.198,95
Estado e outros entes públicos	4.753.322,18	3.557.141,95
Outros credores	7.765.752,58	7.591.787,52
Total dívidas a terceiros	616.122.968,29	407.685.895,67
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
Acréscimos de custos	16.186.076,43	16.126.022,38
Proveitos diferidos	4.772.049,38	4.359.674,56
Total acréscimos e diferimentos	20.958.125,81	20.485.696,94
TOTAL DO PASSIVO	643.395.329,98	437.122.143,92
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	640.241.988,24	443.739.271,19

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



11.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA (31 DE DEZEMBRO)

(euros)

	2016		2015	
Custos e Perdas				
Custos das merc.vend.e das mat. consumidas				
Mercadorias				
Matérias de consumo	81.731.772,44	81.731.772,44	76.089.200,21	76.089.200,21
Fornecimentos e serviços externos	25.576.250,15	25.576.250,15	26.808.586,85	26.808.586,85
Custos com o pessoal				
Remunerações	86.383.050,03		81.757.651,31	
Encargos Sociais				
Pensões	84.790,55		175.647,43	
Outros	20.465.139,90	106.932.980,48	19.122.446,99	101.055.745,73
		214.241.003,07		203.953.532,79
Transf. correntes conc. e prest. soc.				
Amortizações do exercício	6.699.344,76		6.719.913,46	
Provisões do exercício	0,00	6.699.344,76	429.155,59	7.149.069,05
Outros custos e perdas operacionais		4.929,85		14.547,40
(A)		220.945.277,68		211.117.149,24
Custos e perdas financeiras		73.453,52		31.022,64
(C)		221.018.731,20		211.148.171,88
Custos e perdas extraordinárias		3.019.841,06		7.664.621,61
(E)		224.038.572,26		218.812.793,49
Imposto s/ rendimento do exercício		564.008,03		22.904,44
(G)		224.602.580,29		218.835.697,93
Resultado líquido do exercício		2.156.646,33		-12.764.246,32
Total		226.759.226,62		206.071.451,61
Proveitos e Ganhos				
Vendas e prestação de serviços				
Vendas	0,00		0,00	
Prestação de serviços	215.156.216,14	215.156.216,14	200.692.132,72	200.692.132,72
Impostos, taxas e outros		0,00		0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00		0,00
Proveitos suplementares	1.789.499,33		1.946.501,74	
Transferências e sub. correntes obtidos				
Transferências - Tesouro	0,00		0,00	
Transferências correntes obtidas	0,00		0,00	
Subsid. correntes obt-Outentes públicos	0,00		0,00	
Subsid. correntes obt-de outras entidade	0,00		0,00	
Outros proveitos e ganhos operacionais	5.832.221,14	7.621.720,47	1.682.348,91	3.628.850,65
Reversões de Amortizações e Ajustamentos				
(B)		222.777.936,61		204.320.983,37
Proveitos e ganhos financeiros		44.158,64		115.841,22
(D)		222.822.095,25		204.436.824,59
Proveitos e ganhos extraordinários		3.937.131,37		1.634.627,02
(F)		226.759.226,62		206.071.451,61
Resumo				
Resultados Operacionais: (B) - (A)		1.832.658,93		-6.796.165,87
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)		-29.294,88		84.818,58
Resultados Correntes: (D) - (C)		1.803.364,05		-6.711.347,29
Resultados Antes de Impostos: (F) - (E)		2.720.654,36		-12.741.341,88
Resultados Líquido do Exercício: (F) - (G)		2.156.646,33		-12.764.246,32

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Relatório de Gestão e Contas 2016

121

11.3 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES (31 DE DEZEMBRO)

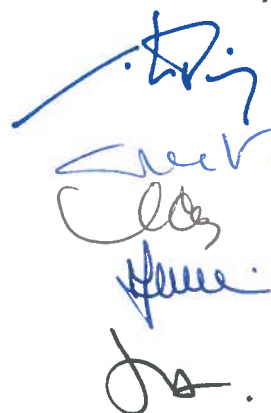
(euros)

	2016	2015
Vendas e prestação de serviços	215.156.216,14	200.692.132,72
Custo das vendas e prestação de serviços	195.835.791,99	184.764.395,81
Resultados Brutos	19.320.424,15	15.927.736,91
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	11.603.010,48	5.379.318,89
Custos Administrativos	18.405.211,08	19.189.136,98
Outros Custos e Perdas Operacionais	9.554.023,53	14.788.023,89
Resultados Operacionais	2.964.200,02	-12.670.105,07
Custo Líquido de Financiamento	4.361,90	134,81
Ganhos (Perdas) em outros investimentos	0,00	0,00
Resultados Correntes	2.959.838,12	-12.670.239,88
Impostos Sobre Resultados Correntes	564.008,03	22.904,44
Resultados Correntes Após impostos	2.395.830,09	-12.693.144,32
Resultados Extraordinários	-239.183,76	-71.102,00
Impostos Sobre Resultados Extraordinários	0,00	0,00
Resultado Líquido	2.156.646,33	-12.764.246,32

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



11.4 - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(euros)

	2016		2015	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		TOTAIS		TOTAIS
Recebimentos de clientes (i)				
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	6.259.873,74		5.556.106,10	
Adiantam clientes, utentes e instituições	205.122.042,12		184.470.811,25	
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	3.681.559,66	215.063.475,52	210.943.081,29	400.969.998,64
Pagamentos a fornecedores (ii)				
COMPRAS	9.441.404,60		21.085.283,86	
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	16.304.178,71		15.618.326,22	
Adiantamentos a fornecedores	20.002.609,81		3.857.234,77	
CORRECÇÃO A COMPRAS	62.043.301,25		53.091.328,88	
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	10.486.783,65	118.278.278,02	10.130.028,78	103.782.202,51
Pagamentos ao Pessoal (iii)				
CUSTOS COM O PESSOAL	98.318.776,17		87.264.436,54	
Adiantamento a pessoal	65.101,93		118.084,77	
DESPESAS COM O PESSOAL	14.773.462,27	113.157.340,37	14.192.889,76	101.575.411,07
(A) Fluxo gerado pelas operações (i - ii - iii)		-16.372.142,87		195.612.385,06
Pagamento/Recebimento do imposto s/ rendimento (B)				
Imposto s/ rendimento do exercício (PC)	92.874,32		-106.414,35	
Imposto s/ rendimento exercício anterior	0,00		0,00	
		92.874,32		-106.414,35
Outros recebimentos relativos à actividade operacional (C)				
Impostos e taxas	0,00		0,00	
Proveitos suplementares	2.016.055,35		759.203,16	
TRANSFER. E SUBS. CORRENTES OBTIDOS	0,00		127.747,40	
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	6.319.819,44		3.156.417,14	
Diferenças câmbio favorais	0,00		0,00	
Outros proveitos diferidos	0,00		0,00	
Impostos e taxas	0,00		0,00	
Proveitos suplementares	653.059,67		384.981,88	
Transferências subs correntes obtidos	0,00		0,00	
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	298.426,43		2.190.029,63	
Outros	53.979,48		-673.346,57	
Adiantamentos a fornecedores	17.603.046,70		6.340.919,62	
Retenção de impostos s/ rendimento	19.427.898,90		16.561.722,44	
Imposto s/ valor acrescentado	387.414,51		243.740,96	
Outros Impostos	0,00		0,00	
Contribuições p/ segurança social	11.273.970,03		10.212.681,60	
Outros	14,81		3.585,34	
Adiantamentos a pessoal	55.083,79		112.893,87	
Sindicatos	135.038,42		133.165,36	
Regularização de dívidas p/ ordem Tesouro	0,00		0,00	
Devedores e credores diversos	927.148,63	59.150.956,16	990.125,31	40.543.867,14
Outros pagamentos relativos à actividade operacional (D)				
Outros custos e perdas operacionais	14.631,04		13.439,90	
Custos diferidos	0,00		0,00	
Acréscimos e diferimentos	680,60		0,00	
Outros custos operacionais	6.544,35		1.627,20	
Adiantam clientes, utentes e inst Estado	5.413.525,79		213.490.303,71	
Retenção de impostos s/ rendimento	19.161.994,01		16.509.582,90	
Imposto s/ valor acrescentado	454.655,33		426.460,58	
Outros Impostos	0,00		0,00	
Contribuições p/ segurança social	11.182.289,96		10.181.069,45	
Outros	14,81		5.392,90	
Sindicatos	134.528,77		133.276,38	
Regularização de dívidas p/ ordem Tesouro	0,00		0,00	
Devedores e credores diversos	909.959,51	37.278.824,17	854.192,27	241.615.345,29
(E) Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias: (A) - (B) + (C) - (D)		5.407.114,80		-5.352.678,74

11.4 - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(euros)

	2016		2015	
	TOTAIS		TOTAIS	
Recebimento gerado com rubricas extraordinárias (F)				
Recuperação de dívidas	0,00		0,00	
Ganhos em existências	0,00		0,00	
Ganhos em imobilizações	10.947,38		0,00	
Benefícios penalidades contratuais	45.853,10		44.811,73	
Outros proventos/ganhos extraordinários	5.492,63	62.293,11	116.859,92	161.671,65
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias (G)				
Transferências de capital concedidas	0,00		0,00	
Perdas em existências	0,00		0,00	
Perdas em imobilizações	0,00		0,00	
Multas e penalidades	143.609,17		551,00	
Outros custos e perdas extraordinárias	475,26		-73,13	
Restituições	0,00		0,00	
Proventos suplementares	0,00		0,00	
Outras correções	0,00		0,00	
Custos e perdas extraordinários	0,00	144.084,43	2.325,89	2.803,76
(1) Fluxo das atividades operacionais (E) + (F) - (G)		5.325.323,48		-5.193.810,85
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de: (H)				
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS				
Amortização de empréstimos	0,00		0,00	
SUBSÍDIOS DE INVESTIMENTO				
Subsídios para investimentos	0,00		0,00	
JUROS E PROVENTOS SIMILARES				
Proventos e ganhos financeiros	41.526,80		115.335,78	
Proventos e ganhos financeiros	4.233,72		-56.908,57	
OUTROS RENDIMENTOS DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Adiantamentos a fornecedores imobilizado		45.760,52		58.427,21
Pagamentos respeitantes a: (J)				
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS				
Concessão de empréstimos	0,00		0,00	
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Investimentos financeiros	37.123,30		19.278,30	
Investimentos financeiros	0,00		0,00	
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Imobilizações corpóreas	1.170.112,73		1.206.388,00	
Imobilizações corpóreas	2.070.427,51		320.650,87	
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
Imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	
Imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO				
Imobilizações em curso	734.389,59		532.460,35	
Imobilizações em curso	460.352,81		2.895,00	
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO				
Bens do domínio público	0,00		0,00	
Bens do domínio público	0,00	4.472.405,94	0,00	2.081.672,52
(2) Fluxo das atividades de investimento: (H) - (J)		-4.426.645,42		-2.023.245,31
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de: (K)				
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS				
Empréstimos obtidos	0,00		0,00	
AUMENTOS CAPITAL PREST. SUP. E PRÉMIOS EMISSÃO				
Capital	0,00		6.433.333,33	
SUBSÍDIOS E DOAÇÕES				
Subsídios	0,00		0,00	
Doações	99.000,21	99.000,21	0,00	6.433.333,33
Pagamentos respeitantes a: (L)				
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS				
Empréstimos obtidos	0,00		0,00	
JUROS E CUSTOS SIMILARES				
Custos e perdas financeiras	73.453,52		28.936,22	
Custos e perdas financeiras	2.014,34		352,20	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS				
Trans correntes conce prestaç sociais	0,00		0,00	
Trans correntes conce prestaç sociais	0,00	75.467,86	0,00	29.288,42
Fluxos das atividades de financiamento (3) = (K) - (L)		23.532,35		6.404.044,91
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		922.210,41		-813.011,25
Caixa e seus equivalentes no início do Período (5)				
Caixa	6.113,53		3.614,24	
Depósitos em Inst. Financeiras	59.580,37		225.185,41	
Conta no Tesouro	56.785,80		706.691,30	
Títulos Negociáveis				
Outras aplicações tesouraria		122.479,70		935.490,95
Caixa e seus equivalentes no final do período (6) = (4) + (5)		1.044.690,11		122.479,70

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

11.5 - MAPA DOS FLUXOS FINANCEIROS - RECEITA

(euros)

Rubrica	2016		
	Valores		
	Cobrados	A cobrar	Total
Caixa	6.113,53		6.113,53
Depósitos	116.366,17		116.366,17
I - SALDO INICIAL	122.479,70		122.479,70
Titulos negociáveis	0,00		0,00
Outras aplicações de tesouraria	0,00		0,00
Total das contas 15/18	0,00	0,00	0,00
Adiantamento de clientes	205.122.042,12	0,00	205.122.042,12
Adiantamento a fornecedores	17.603.046,70	2.616.594,24	20.219.640,94
Empréstimos obtidos	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	31.089.298,25	0,00	31.089.298,25
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	55.083,79	0,00	55.083,79
Sindicatos	135.038,42	0,00	135.038,42
Regularização de dívidas por ordem Tesouro	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores diversos	927.148,63	0,00	927.148,63
Total das receitas de fundos alheios	254.931.657,91	2.616.594,24	257.548.252,15
Subsídios de investimento	0,00	0,00	0,00
Outros proveitos diferidos	0,00	643.752,22	643.752,22
Total da conta proveitos diferidos	0,00	643.752,22	643.752,22
Empréstimos concedidos (Amortizações)	0,00	0,00	0,00
Fundo patrimonial (capital social)	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Doações	99.000,21	0,00	99.000,21
Total da conta reservas	99.000,21	0,00	99.000,21
Vendas	0,00	0,00	0,00
Prestações de serviços	6.259.873,74	208.888.837,79	215.148.711,53
Impostos e taxas	0,00	0,00	0,00
Proveitos suplementares	2.016.055,35	-226.556,02	1.789.499,33
Transferências do tesouro	0,00	0,00	0,00
Transferências correntes obtidas	0,00	0,00	0,00
Subsídios correntes obtidos - Outros entes públicos	0,00	0,00	0,00
Subsídios correntes obtidos - de outras entidades	0,00	0,00	0,00
Outros proveitos e ganhos operacionais	6.319.819,44	-487.598,30	5.832.221,14
Proveitos e ganhos financeiros	41.526,80	2.631,84	44.158,64
Proveitos e ganhos extraordinários	62.293,11	235.149,04	297.442,15
Total de proveitos do exercício	14.699.568,44	208.412.464,35	223.112.032,79
II - RECEITAS DO EXERCÍCIO	269.730.226,56	211.672.810,81	481.403.037,37
Correcções relativas a exercícios anteriores	4.691.258,96	83.823.811,56	88.515.070,52
III - RECEITAS EXERCÍCIO ANTERIORES	4.691.258,96	83.823.811,56	88.515.070,52
TOTAL GERAL	274.543.965,22	295.496.622,37	570.040.587,59

11.5 - MAPA DOS FLUXOS FINANCEIROS - DESPESA

(euros)

Rubrica	2016		
	Valores		
	Pagos	Em dívida	Total
Adiantamentos de clientes	5.413.525,79	514.068.080,31	519.481.606,10
Adiantamentos a fornecedores	20.002.609,81	-2.399.563,11	17.603.046,70
Empréstimos obtidos	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	30.798.954,11	3.157.882,54	33.956.836,65
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	65.101,93	-264.051,84	-198.949,91
Sindicatos	134.528,77	11.433,28	145.962,05
Regularização de dívidas por ordem Tesouro	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores diversos	909.959,51	155.016,89	1.064.976,40
Total da despesa de fundos próprios	57.324.679,92	514.728.798,07	572.053.477,99
Custos Diferidos	0,00	-1.000,00	-1.000,00
Empréstimos concedidos (Concessão)	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	0,00	0,00	0,00
Produtos farmacêuticos	6.137.768,83	69.803.518,26	75.941.287,09
Material de consumo clínico	2.833.758,40	24.414.130,67	27.247.889,07
Produtos alimentares	0,00	27.340,85	27.340,85
Material de consumo hoteleiro	133.464,56	349.623,87	483.088,43
Material de consumo administrativo	177.894,26	164.188,19	342.082,45
Material de manutenção e conservação	158.518,55	242.764,14	401.282,69
Outro material de consumo	0,00	0,00	0,00
Total da conta de compras	9.441.404,60	95.001.565,98	104.442.970,58
Investimentos financeiros	37.123,30	2.088,44	39.211,74
Imobilizações corpóreas	1.170.112,73	899.362,90	2.069.475,63
Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	734.389,59	-240.732,87	493.656,72
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00
Total da conta de Imobilizações	1.941.625,62	660.718,47	2.602.344,09
Assistência ambulatoria	1.000,00	-1.000,00	0,00
Meios complementares de diagnóstico	0,00	0,00	0,00
Meios complementares de terapêutica	0,00	0,00	0,00
Produtos vendidos por farmácias	0,00	0,00	0,00
Internamentos	0,00	0,00	0,00
Transporte de doentes	0,00	0,00	0,00
Aparelhos complementares de terapêutica	0,00	0,00	0,00
Trabalhos executados no exterior	1.480.911,13	4.314.712,46	5.795.623,59
Outros subcontratos	0,00	0,00	0,00
Total da conta de subcontratos	1.481.911,13	4.313.712,46	5.795.623,59
Fornecimentos e serviços de terceiros	14.822.267,58	4.958.358,98	19.780.626,56
Transferências corrent. Conc. E prest. Sociais	0,00	0,00	0,00
Remunerações dos órgãos directivos	342.940,49	-8.187,31	334.753,18
Remunerações base do pessoal	57.011.188,16	-33.029,18	56.978.158,98
Suplementos de remuneração	18.276.399,65	-5.617.189,40	12.659.210,25
Prestações sociais directas	79.558,28	0,00	79.558,28
Subsídio de férias e natal	5.625.941,57	-111.659,60	5.514.281,97
Prémios de desempenho	0,00	0,00	0,00
Pensões	84.790,55	0,00	84.790,55
Encargos s/ remunerações	16.178.523,99	198.036,11	16.376.560,10
Seg. acidentes trab./Doenç. profissionais	450.338,64	0,00	450.338,64
Encargos sociais voluntários	107.108,32	0,00	107.108,32
Outros custos com pessoal	161.986,52	56.096,76	218.083,28
Total da conta de despesas com pessoal	98.318.776,17	-5.515.932,62	92.802.843,55
Outros custos e perdas operacionais	14.631,04	-9.701,19	4.929,85
Custos e perdas financeiras	73.453,52	0,00	73.453,52
Transferências de capital concedidas	0,00	116,07	116,07
Perdas em existências	0,00	0,00	0,00
Perdas em imobilizações	0,00	0,00	0,00
Multas e penalidades	143.609,17	95.574,59	239.183,76
Outros custos e perdas extraordinárias	475,26	0,00	475,26
Total da conta custos/perdas extraordinárias	144.084,43	95.690,66	239.775,09
Imposto s/ rendimento exercício (PC)	92.874,32	0,00	92.874,32
IV - DESPESAS DO EXERCÍCIO	183.655.708,33	614.232.210,81	797.887.919,14
C.R.E.A. - Despesas com pessoal	14.773.462,27	-13.304.470,38	1.468.991,89
C.R.E.A. - Outros	75.070.104,51	59.751.718,98	134.821.823,49
V - DESPESAS EXERCÍC. ANTERIORES	89.843.566,78	46.447.248,60	136.290.815,38
Caixa	1.277,23		1.277,23
Depósitos	1.043.412,88		1.043.412,88
VI - SALDO FINAL	1.044.690,11	0,00	1.044.690,11
TOTAL GERAL	274.543.965,22	660.679.459,41	935.223.424,63

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

11.6 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - PROVEITOS E GANHOS

(euros)

Rubrica	2016		
	Orçamentado	Emitido	Cobrados
Vendas e Prestações de Serviços			
Vendas	0,00	0,00	0,00
Prestações de serviços SNS Contrato Programa			
Internamento	65.957.298,73	65.957.298,73	0,00
Consulta	31.089.655,42	31.089.655,42	-31,00
Urgência/SAP	13.680.400,00	13.680.400,00	-3.860,56
Quartos particulares	18.064.381,70	18.064.381,70	0,00
Hospital de dia	1.114.400,02	1.114.400,02	0,00
Meios complementares diagnóstico e terapêutica			
De diagnóstico	0,00	0,00	33.695,82
De terapêutica	0,00	0,00	0,00
Taxas moderadoras	0,00	0,00	0,00
Outras prestações de serviço de saúde	75.029.321,53	73.459.325,99	249,40
Prestações de serviços Outras Entidades Responsaveis			
Internamento	1.326.266,36	1.548.204,41	154.849,53
Consulta	255.960,66	42.117,62	23.994,42
Urgência/SAP	636.987,99	830.023,13	304.374,12
Quartos particulares	0,00	0,00	0,00
Hospital de dia	0,00	0,00	0,00
Meios complementares diagnóstico e terapêutica			
De diagnóstico	2.000.229,30	878.776,42	129.230,30
De terapêutica	5.025.517,21	4.542.826,02	2.240.892,82
Taxas moderadoras	3.194.989,06	3.406.811,85	3.212.880,66
Outras prestações de serviço de saúde	556.716,11	541.994,83	163.598,23
Outras prestações de serviços	0,00	0,00	0,00
Total da conta 712	217.932.124,09	215.156.216,14	6.259.873,74
Impostos e taxas	0,00	0,00	0,00
Proveitos suplementares	1.946.501,74	1.789.499,33	2.015.647,35
Transferências e subsídios correntes obtidos			
Transferências do tesouro	0,00	0,00	0,00
Transferências correntes obtidas			
Da ACSS	0,00	0,00	0,00
Do PIDDAC	0,00	0,00	0,00
EU-Fundos Comunit. Proj não co-financ.	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências correntes obtidas	0,00	0,00	0,00
Subsídios correntes obtidos - Outros entes públicos	0,00	0,00	0,00
Subsídios correntes obtidos - de outras entidades	0,00	0,00	0,00
Total da conta 74	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00
Outros proveitos e ganhos operacionais			
Reembolsos	1.225.576,66	5.377.273,16	5.892.388,79
Produtos de fabricação interna	0,00	0,00	0,00
Não especificados alheios ao valor acrescentado	1.142,40	408,00	408,00
Outros	455.629,85	454.539,98	427.430,65
Total da conta 76	1.682.348,91	5.832.221,14	6.320.227,44
Proveitos e ganhos financeiros	115.841,22	44.158,64	41.526,80
Proveitos e ganhos extraordinários	1.500.000,00	3.937.131,37	4.753.459,07
TOTAL GERAL	223.176.815,96	226.759.226,62	19.390.734,40

11.6 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - CUSTOS E PERDAS

(euros)

Rubrica	2016				
	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processadas	Pagas
Custos Merc. Vend. E Mat. Cons.					
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos Farmacêuticos	53.629.111,83	0,00	0,00	53.629.111,83	0,00
Material de Consumo Clínico	26.861.279,98	0,00	0,00	26.861.279,98	0,00
Produtos Alimentares	27.485,08	0,00	0,00	27.485,08	0,00
Material Consumo Hoteleiro	472.690,64	0,00	0,00	472.690,64	0,00
Material de Consumo Administrativo	346.892,10	0,00	0,00	346.892,10	0,00
Material de Manutenção/Conservação	394.312,81	0,00	0,00	394.312,81	0,00
Outro Material Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da conta 61	81.731.772,44	0,00	0,00	81.731.772,44	
Fornecimentos e Serviços Externos					
Subcontratos					
Trabalhos executados exterior					
Em entidades Ministério Saúde					
Assistência ambulatória	372,00	1.661,10	1.661,10	217,00	0,00
Meios Complementares diagnóstico	529.545,84	530.481,53	503.878,06	620.896,69	71.960,87
Meios Complementares terapêutica	2.267.513,54	1.343.573,92	1.343.573,92	1.758.989,60	345.365,10
Prescrição de medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Intern, serv.enf, part./T.doentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	158.310,71	126.021,23	126.021,23	431.886,96	0,00
Total da conta 62181	2.955.742,09	2.001.737,78	1.975.134,31	2.811.990,25	417.325,97
Em outras entidades					
Assistência ambulatória	325.998,84	261.140,48	261.140,48	280.876,48	26.624,21
Meios Complementares diagnóstico	865.791,99	1.022.948,43	1.009.352,83	1.033.567,83	310.534,25
Meios Complementares terapêutica	21.357,97	11.791,36	11.791,36	11.035,36	0,00
Prescrição de medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Intern, serv.enf, part./T.doentes	638.178,66	1.602.935,63	1.602.687,44	1.645.669,26	715.652,45
Aparelhos Complem. Terapêutica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência no estrangeiro	2.830,88	12.484,41	12.484,41	12.484,41	11.774,25
Termalismo social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	116.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da conta 62189	1.970.558,34	2.911.300,31	2.897.456,52	2.983.633,34	1.064.585,16
TOTAL DA CONTA 6218	4.926.300,43	4.913.038,09	4.872.590,83	5.795.623,59	1.481.911,13
Outros subcontratos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecimentos e Serviços					
Fornecimentos e Serviços I	6.087.518,97	5.854.500,72	5.024.203,63	5.246.892,77	4.377.690,23
Fornecimentos e Serviços II	879.367,15	714.123,67	676.347,50	678.419,14	622.694,98
Fornecimentos e Serviços III	13.004.670,53	16.003.671,46	15.195.479,89	13.677.633,63	9.766.086,21
Outros Fornecimentos e Serviços	68.034,22	269.731,93	191.140,86	177.681,02	55.796,16
Total da conta 622	20.039.590,87	22.842.027,78	21.087.171,88	19.780.626,56	14.822.267,58
Total da Conta 62	24.965.891,30	27.755.065,87	25.959.762,71	25.576.250,15	16.304.178,71
Transferências corrent conced./Prest sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

11.6 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - CUSTOS E PERDAS

(euros)

Rubrica	2016				
	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processadas	Pagas
Despesas com Pessoal					
Remunerações órgãos directivos					
Remunerações base	246.013,20	343.079,21	343.079,21	382.671,03	342.940,49
Subsidio de férias e natal	38.220,84	0,00	0,00	0,00	0,00
Suplementos de remunerações	86.489,82	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestações sociais directas	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações	2.499.999,85	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da conta 641	2.872.223,71	343.079,21	343.079,21	382.671,03	342.940,49
Remunerações base do pessoal					
RCTFP por tempo indeterminado	27.057.114,56	24.241.177,46	24.241.177,46	26.436.595,58	24.236.781,51
Pessoal c/ contrato a termo resolutivo	7.471.059,67	7.122.647,69	7.122.647,69	7.748.366,13	7.113.304,18
Pessoal Reg cont ind trabalho	24.827.081,31	25.052.577,09	24.917.592,67	27.304.688,78	24.906.778,35
Pessoal em qualquer outra situação	515.648,57	754.324,12	754.324,12	818.710,04	754.324,12
Total da conta 6421	59.870.904,11	57.170.726,36	57.035.741,94	62.308.360,53	57.011.188,16
Suplementos de remuneração					
Horas extraordinárias	4.655.459,77	4.135.074,40	4.135.074,40	4.133.543,83	4.133.543,83
Prevenções	1.214.390,34	992.694,99	992.694,99	992.525,93	992.525,93
Noites e Suplementos	2.961.276,54	10.784.267,91	10.784.209,99	2.865.181,83	10.780.207,40
Subsidio de turno	2.170,86	-2.297.836,17	-2.297.836,17	0,00	-2.297.836,17
Abono para falhas	2.072,58	1.887,77	1.887,77	1.887,77	1.887,77
Subsidio de refeição	3.776.147,03	3.401.013,78	3.400.928,68	3.396.624,47	3.396.624,47
Ajudas de custo	3.692,81	7.091,84	7.091,84	7.091,84	7.091,84
Vestuário, artig pes, alim e alojamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SIGIC	0,00	833.633,19	833.633,19	833.074,21	833.074,21
Outros suplementos	635.240,54	429.363,52	429.363,52	429.280,37	429.280,37
Total da conta 6422	13.250.450,47	18.287.191,23	18.287.048,21	12.659.210,25	18.276.399,65
Prestações sociais diversas	100.262,43	79.589,46	79.652,92	79.558,28	79.558,28
Subsidio de férias e natal	10.350.449,01	5.631.612,79	5.631.612,79	10.953.249,94	5.625.941,57
Pensões	359.702,52	84.790,55	84.790,55	84.790,55	84.790,55
Encargos s/ remunerações	0,00	0,00	0,00	19.689.609,66	0,00
Seg acidentes trab/Doenç profissionais	530.000,00	490.204,60	450.564,40	450.338,64	450.338,64
Encargos sociais voluntários	0,00	107.208,22	107.208,22	107.108,32	107.108,32
Outros custos com pessoal	281.175,61	224.736,30	221.446,17	218.083,28	152.604,36
Total da Conta 64	87.615.167,86	82.419.138,72	82.241.144,41	106.932.980,48	82.130.870,02
Outros custos operacionais	15.560,00	15.146,76	15.018,54	4.929,85	13.631,04
Amortizações do exercício	0,00	0,00	0,00	6.699.344,76	0,00
Provisões do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos e perdas financeiras	28.677,10	75.131,51	75.131,51	7.345.352,00	73.453,52
Custos e perdas extraordinárias					
Donativos	0,00	0,00	0,00	116,07	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00	0,00	120.561,85	0,00
Perdas em existências	0,00	0,00	0,00	95.494,92	0,00
Perdas em imobilizações	0,00	0,00	0,00	104.618,16	0,00
Multas e penalidades	2.000,00	143.609,17	143.609,17	239.183,76	143.609,17
Aumentos de amortizações e provisões	0,00	0,00	143.609,17	0,00	0,00
Correcções relativas a anos anteriores	2.422.420,52	4.725.644,28	2.106.855,50	2.459.391,04	89.843.566,78
Outros custos e perdas extraordinárias	0,00	475,26	475,26	475,26	475,26
Total da conta 69	2.424.420,52	4.869.728,71	2.394.549,10	3.019.841,06	89.987.651,21
TOTAL GERAL	196.781.489,22	115.134.211,57	110.685.606,27	231.310.470,74	188.509.784,50

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Relatório de Gestão e Contas 2016

129

11.6 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE COMPRAS

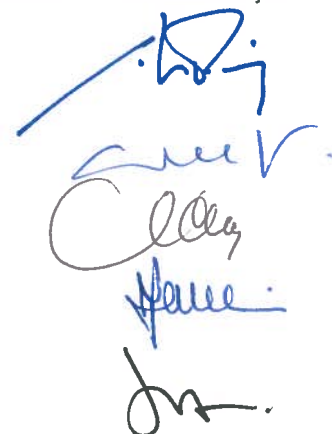
(euros)

Rubrica	2016				
	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processadas	Pagas/Cobradas
Compras					
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Produtos Farmacêuticos					
Medicamentos	67.926.339,71	82.725.385,81	72.641.690,92	72.240.958,79	5.453.518,42
Reagentes e prod.diag. Rápido	0,00	4.965.485,19	4.390.600,73	4.356.919,58	672.354,94
Outros produtos farmacêuticos	0,00	6.419,93	40.115,18	40.034,45	11.895,47
Material de Consumo Clínico	22.891.159,58	28.831.557,31	27.093.199,17	27.247.889,07	2.833.758,40
Produtos Alimentares	32.100,00	30.899,09	27.765,56	27.340,85	0,00
Material Consumo Hoteleiro	356.839,06	484.655,47	464.850,55	483.088,43	133.464,56
Material de Consumo Administrativo	340.811,00	403.257,43	342.123,04	342.082,45	177.894,26
Material de Manutenção/Conservação	377.053,48	417.573,52	410.293,32	401.282,69	158.518,55
Outro Material Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Compras	91.924.302,83	117.865.233,75	105.410.638,47	105.139.596,31	9.441.404,60
DEVOLUÇÃO DE COMPRAS	0,00	0,00	0,00	671.122,03	0,00
DESCONTO ABATIMENTOS COMPRAS	15.881.409,00	0,00	0,00	25.503,70	0,00
TOTAL GERAL	76.042.893,83	117.865.233,75	105.410.638,47	104.442.970,58	9.441.404,60

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



11.6 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

(euros)

Rubrica	2016				
	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processadas	Pagas
Imobilizações Corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	37.761,00	37.761,00	1.200.962,97	29.276,00
Equipamento Básico					
Médico-Cirúrgico	2.270.000,00	1.552.998,06	1.493.832,84	596.209,43	343.360,99
de Imagiologia	0,00	880.733,75	878.562,60	709.522,63	319.615,50
de Laboratório	0,00	89.175,61	74.668,14	22.397,18	2.490,75
Mobiliário Hospitalar	0,00	185.456,81	174.833,53	102.296,37	45.211,11
Desinfecção e esterilização	0,00	7.971,94	7.971,94	-5.445,44	0,00
de Hotelaria	0,00	328.825,35	319.530,63	236.512,90	139.604,76
Outro	0,00	43.570,05	42.687,80	-67.685,41	24.124,06
Total da conta 423	2.270.000,00	3.088.731,57	2.992.087,48	1.593.807,66	874.407,17
Equipamento de transporte	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	30.000,00	0,00	0,00	-3.394,87	0,00
Equipamento Administrativo e Informático					
Equipamento Administrativo	150.000,00	33.339,79	36.937,54	-14.424,96	17.193,89
Equipamento Informático	500.000,00	415.641,76	410.512,86	-602.857,01	249.235,67
Total da conta 426	650.000,00	448.981,55	447.450,40	-617.281,97	266.429,56
Taras e Vasilhame					
Outras					
Total Imobilizações Corpóreas	3.000.000,00	3.575.474,12	3.477.298,88	2.174.093,79	1.170.112,73
Imobilizações Incorpóreas					
Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Em Curso					
Imobilizações em curso	1.500.000,00	1.087.852,33	1.087.520,24	493.656,72	734.389,59
Bens de Domínio Público					
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	4.500.000,00	4.663.326,45	4.564.819,12	2.667.750,51	1.904.502,32

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



12

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

12.1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

12.1.1. IDENTIFICAÇÃO E LEGISLAÇÃO

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. (CHLO) é uma entidade pública empresarial detida a 100% pelo Estado Português, constituída de acordo com o Decreto - Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro.

De acordo com o estipulado na alínea a) do n.º 2 do artigo 1.º daquele diploma, o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., integrou, por fusão, as seguintes entidades:

- O Hospital Egas Moniz, S.A., com sede na Rua da Junqueira, 126, 1349-019 Lisboa,
- O Hospital de Santa Cruz, S.A., com sede na Avenida Professor Reinaldo dos Santos, 2790-134 Carnaxide,
- O Hospital de São Francisco Xavier, S.A., com sede na Estrada do Forte do Alto do Duque, 1449-005 Lisboa.

Nos termos do n.º 4, artigo 1.º do citado diploma, as entidades atrás referidas foram extintas com a criação do Centro Hospitalar.

12.1.2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., é uma pessoa coletiva de direito público, de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, e do artigo 18.º do anexo da Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro. Consequentemente, é-lhe aplicável o regime jurídico do Sector Empresarial do Estado (Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto) e, subsidiariamente, o Código das Sociedades Comerciais.

12.1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFETIVA

A Estrutura Organizacional do CHLO encontra-se detalhada no ponto 3 do Relatório de Gestão, dando-se aqui por integralmente reproduzida.

12.1.4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. está integrado no Serviço Nacional de Saúde e tem por objeto principal a prestação de cuidados de saúde à população, designadamente aos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde e aos beneficiários dos subsistemas de saúde, ou de entidades externas que com ele contratualizarem a prestação de cuidados de saúde e a todos os cidadãos em geral.

O CHLO tem também por objeto desenvolver atividades de investigação, formação e ensino, estando a sua participação na formação de profissionais de saúde dependente da respetiva capacidade formativa.

A atividade do CHLO é exercida de forma coordenada pelas três unidades hospitalares que o integram, em submissão às obrigações inerentes ao serviço público que presta, incluindo a sujeição a orientações das autoridades nacionais de saúde relativas à execução da política nacional de saúde. Assim, a grande maioria dos preços praticados pelo CHLO é aprovada oficialmente, sendo o volume de produção, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, contratualizado anualmente com o Ministério da Saúde, através da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e da Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS).

12.1.5. RECURSOS HUMANOS

Os órgãos sociais do CHLO nomeados para o triénio 2014-2016 são compostos pelos seguintes elementos:

Conselho de Administração

Maria João Reis Silva de Soares e Pais	Presidente
Maria Celeste Malveiro Serra S.S. dos Anjos Silva	Vogal Executivo
Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	Vogal Executivo
Rita Perez Fernandez da Silva	Vogal Executivo (Diretora Clínica)
Fernanda Maria Rosa	Vogal Executivo (Enfermeira Diretora)

Fiscal Único

Foi nomeado para o triénio 2014-2016:

Fiscal Único Efetivo BDO & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias.

Fiscal suplente, Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira

Pessoal ao serviço do CHLO

Em 31 de dezembro de 2016, estavam ao serviço do CHLO 3.914 colaboradores, incluindo os membros do Conselho de Administração e outro pessoal dirigente, conforme se evidencia no quadro seguinte:

Grupo de Pessoal	Total
Conselho de Administração	5
Dirigentes	19
Pessoal com Contrato Individual de Trabalho	2.080
Pessoal com Vínculo à Função Pública	1.761
Pessoal em Regime de Prestação de Serviços	49
Total	3.914

Em 31 de dezembro de 2015 estavam ao serviço do CHLO, 3.807 colaboradores.

12.1.6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

a) Manual de procedimentos

O CHLO dispõe de procedimentos instituídos nas diversas áreas e principais rotinas, os quais estão integrados num Manual de Procedimentos por área.

b) Livros de registo

Os movimentos são lançados ou integrados, para efeitos de apuramento da informação contabilística e de gestão do CHLO com recurso às diversas aplicações informáticas disponíveis e são registados nos Diários de Movimentos e no Razão.

c) Organização do arquivo dos documentos de suporte

Os documentos de suporte ao registo das operações contabilísticas estão arquivados, por “pagos” e “cobrados”, por número sequencial de caixa e por “Faturas em Aberto por Cliente” e “Faturas em Aberto por Fornecedor”. Existe ainda o arquivo relativo ao diário de “Operações Diversas”.

Em termos contabilísticos, algumas rotinas geram um número de documento interno, com numeração sequencial de base anual.

d) Sistemas informáticos utilizados

O Centro Hospitalar mantém os seus registos contabilísticos na plataforma informática SISCONT da SHI.

Os principais sistemas informáticos utilizados no CHLO são os seguintes:

- Contabilidade Patrimonial e Analítica – SISCONT da SHI;
- Contas Correntes – SISCONT da SHI;
- Caixa e Bancos – SISCONT da SHI;
- Faturação – Sonho da ACSS;
- Gestão de Recursos Humanos – RHV da ACSS;
- Gestão do Património – GIAF da INDRA;
- Gestão de Stocks – da GLINTT.
- Gestão de Transporte de Doentes – da SPMS.

e) Demonstrações financeiras Intercalares

São preparadas demonstrações financeiras mensais que são enviadas para a ACSS.

f) Descentralização contabilística

As instalações físicas do CHLO estão dispersas pelas três Unidades Hospitalares referidas em 12.1.1., pelo que algumas rotinas são descentralizadas, sendo a respetiva integração assegurada periodicamente.

12.2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

12.2.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Base de preparação das contas

O artigo 24º do Projeto de Estatutos publicado em Anexo ao Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de dezembro, estabelece que o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. deve seguir o Plano Oficial de

Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS), com as adaptações necessárias a estabelecer por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Saúde.

Entretanto, foi publicado o Despacho nº 17164/2006, de 25 de agosto, admitindo a possibilidade de existência de algumas contas previstas no POC – Plano Oficial de Contabilidade e a dispensa da utilização das contas de controlo orçamental e de ordem (classe 0 e contas 25), bem como os documentos previsionais e de prestação de contas inerentes.

De acordo com a circular informática da ACSS n.º25/2012/UOC, de 30 de outubro, as entidades públicas empresariais integradas no Sistema Nacional de Saúde deveriam elaborar e apresentar as suas contas a partir do exercício de 2014 de acordo com o novo referencial contabilístico- Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Esta orientação da ACSS foi reforçada pelo despacho n.º 1507/2014, de 16 de janeiro, da Secretaria de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Saúde, que determinava o início da obrigatoriedade de aplicação do SNC nas entidades públicas empresariais da área da saúde, com a apresentação de contas do exercício de 2014.

Na sequência do Despacho n.º 3016-A/2015, de 23 de março dos Gabinetes da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Saúde, que estabelece a prorrogação do prazo para apresentação de contas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) para o exercício de 2015, as demonstrações financeiras de 2014 do CHLO foram preparadas ainda de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS), procedimento que se manteve em 2015. Tendo em consideração o Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, doravante designado SNC-AP, a partir de 01 de janeiro de 2017.

O Decreto-Lei nº 85/2016 de 21 de dezembro procedeu à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, com vista a estabelecer o dia 1 de janeiro de 2018 como a data de produção de efeitos, aproveitando-se ainda para definir a obrigação de elaboração de uma estratégia de disseminação e implementação do SNC-AP no ano de 2017 por todas as entidades que integram as administrações públicas.

Consequentemente, as notas a seguir indicadas estão de acordo com a numeração sequencial definida no POCMS. As notas cuja numeração não consta deste anexo, não são aplicáveis ao CHLO ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras em apreciação.

Os valores indicados são expressos em euros.

12.2.2. COMPARABILIDADE DOS EXERCÍCIOS

Nos mapas das demonstrações financeiras, os valores do exercício são comparáveis com os do exercício anterior.

12.2.3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS E MÉTODOS DE CÁLCULO

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos da empresa, segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações do Centro, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

12.2.3.1. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

Os principais critérios valorimétricos adotados foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações incorpóreas e corpóreas estão escrituradas ao custo histórico, com exceção dos bens móveis adquiridos até 31/12/2002 que foram valorizados com base numa avaliação independente, realizada por uma empresa da especialidade, nas três entidades que antecederam o CHLO.

O património Imóvel, não obstante também ter sido avaliado, não foi objeto de qualquer alteração, dado que foi determinado pela ACSS o adiamento do registo contabilístico do efeito da avaliação, enquanto não estiver perfeitamente definida a solução adotar relativamente ao modelo de gestão do património imobiliário afeto às entidades públicas empresariais do sector da saúde.

O edifício do Hospital de S. Francisco Xavier, transferido da Direcção Geral do Património em 2005, encontra-se valorizado ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em regime de duodécimos.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem.

b) Existências

As entradas de existências são registadas ao custo de aquisição. Como método de custeio das saídas e consumos é utilizado o custo médio ponderado.

Os saldos finais de balanço são ainda ajustados na sequência das contagens físicas efetuadas com referência ao final do exercício.

c) Provisões para clientes de cobrança duvidosa

Em face da análise dos riscos de crédito, o Centro Hospitalar adotou o critério de provisionar os créditos em mora em função do nível de risco atribuído a cada grupo de entidades (clientes e devedores diversos) e da antiguidade das respetivas dívidas, assumindo um critério semelhante ao fiscalmente definido como máximo aceitável.

Relativamente aos créditos de entidades públicas, que em alguns casos têm uma antiguidade significativa, têm, no entanto, vindo a ser progressivamente regularizados, razão pela qual se optou, já no exercício de 2006, por não efetuar quaisquer provisões para riscos de cobrança associados a estes créditos. Este critério foi mantido, de forma consistente, no decurso dos exercícios de 2006 a 2016. Para as dívidas das Regiões Autónomas, foi entendimento do Conselho de Administração em anos anteriores que, dado a antiguidade bastante elevada da dívida e não terem ocorrido pagamentos, não era possível avaliar se, ou quando, se processaria a recuperação das dívidas destas entidades, razão pela qual o Conselho de Administração achou prudente manter e reforçar a provisão constituída em 2006 até 2010. Em 2011 foi vontade do Conselho de Administração alterar a política contabilística que vinha sendo adotada, passando a não reconhecer provisões para as dívidas das Regiões Autónomas e anulando, consequentemente, as provisões anteriormente constituídas para este fim. Esta posição do Conselho de Administração é tomada face à posição assumida pela ACSS no âmbito da correspondência trocada, reitera as instruções de que "devem os estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde manter a faturação às Regiões Autónomas nos termos do ofício circular nº 11702, de 15/12/2006". Acrescenta-se que no ano de 2015 o Governo Português e o Governo da Região Autónoma da Madeira chegaram a um entendimento, no qual resultou a resolução da dívida até 31/08/2015 com um perdão parcial da dívida por parte do CHLO.

No decorrente ano, por Despacho nº 9075/2016 do XXI Governo Constitucional, foi criado na dependência do Ministro da Saúde, um Grupo de Trabalho Conjunto para regularização de dívidas entre os Governos Regionais e o Governo da República.

A Lei 7-A/2016 de 30 de março aprova o OE2016, e define no artigo nº111 que os utentes dos serviços regionais de saúde (SRS) das regiões autónomas têm direito aos cuidados de saúde prestados pelas instituições do SNS nas mesmas condições dos utentes deste serviço e estes têm direito à prestação de cuidados de saúde pelas instituições do SRS nas mesmas condições dos respectivos utentes.

d) Provisão para outros riscos e encargos

A provisão para outros riscos e encargos foi determinada com base na estimativa que o Centro Hospitalar e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade e os decorrentes das ações judiciais em curso movidas por terceiros a 31 de dezembro e tendo em conta também o histórico das ações julgadas no passado.

A provisão para taxas moderadoras, é determinada tendo em conta a probabilidade da cobrança da taxa moderadora e a antiguidade.

e) Provisão para existências

Estas provisões são determinadas em função da rotatividade das existências, bem como da sua data de validade, nos casos em que não se encontra assegurada a respetiva reposição pelos fornecedores, sempre com referência à data de encerramento de cada exercício.

f) Locação financeira

No ano de 2016 não foram adquiridos ativos imobilizados mediante contratos financeiros. Contudo quando se verifica a aquisição mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

g) Especialização dos exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos no momento em que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (exceto no indicado na alíneas j) abaixo).

Consequentemente, o CHLO regista nas rubricas de Acréscimos e Diferimentos, do Ativo e do Passivo, os efeitos decorrentes das operações de especialização associadas a custos e proveitos cuja documentação de suporte ainda não estava disponível à data de 31 de dezembro, bem como outras estimativas associadas à aplicação do princípio da especialização dos exercícios, compreendendo designadamente:

- Reconhecimento dos proveitos imputáveis ao período e ainda não faturados, relativos a Internamentos e atos médicos, com exceção dos relativos aos atos médicos em curso à data do balanço;

- As remunerações e respetivos encargos relativos a horas extraordinárias, férias e subsídio de férias, vencidos e não pagos no final de cada exercício;
- Os prémios de seguro, repartidos pelos exercícios, de acordo com o respetivo período de vigência;
- Reconhecimento de compras e custos incorridos e ainda não faturados à data de encerramento das contas, provenientes de bens e serviços prestados por terceiros ainda no exercício em análise;
- Subsídio recebido a fundo perdido para financiamento de imobilizações, os quais serão reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações subsidiadas, a partir do momento em que as mesmas entrarem em funcionamento, de acordo com o referido na alínea seguinte.

h) Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento são registados em proveitos diferidos aquando do seu recebimento e são transferidos para resultados na proporção das amortizações praticadas sobre os bens financiados.

i) Pensões de reforma

O Centro Hospitalar não tem responsabilidade de pagamento de complementos de Aposentações e de Pensões de sobrevivência de acordo com o estabelecido no artigo 159.º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro.

j) Registo dos proveitos correspondentes a atos médicos

Os proveitos correspondentes aos atos médicos efetuados no hospital são reconhecidos em resultados no momento em que são realizados, exceto nos casos de valorização dos atos médicos em curso à data do balanço, que só são faturados depois de codificados.

k) Imposto sobre o rendimento (IRC)

A contabilização do imposto sobre o rendimento é efetuada de acordo com o método corrente, com base na estimativa do imposto sobre o rendimento a pagar em relação ao ano a que respeita.

De acordo com o n.º 1 do artigo 52.º do CIRC e para prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2012, o prazo de reporte é de 5 anos. Este prazo é aplicável a qualquer entidade, independentemente de esta exercer, ou não, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados antes de 1 de janeiro de 2010 podem ser reportados por um período de 5 anos.

Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 podem ser reportados por um período de 12 anos.

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70 % do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

Em 31 de dezembro de 2016, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam 10.549.308,35 euros.

Exercício	Prejuízo fiscal dedutível	Ano Limite Utilização
2012	3.677.315,37	2017
2014	1.540.187,16	2026
2015	5.331.805,82	2027
Total	10.549.308,35	

Em 2016, à semelhança do sucedido em exercícios anteriores, não foram reconhecidos contabilisticamente, por uma questão de prudência, impostos diferidos ativos.

12.2.3.2. MÉTODOS DE CÁLCULO UTILIZADOS

a) Amortizações

Os bens do ativo imobilizado corpóreo são amortizados de acordo com as taxas do Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro, utilizando-se o método das quotas constantes a partir do dia da entrada em funcionamento dos bens, sendo calculadas numa base diária, de tal modo que os bens fiquem amortizados durante o seu período de vida útil estimada.

As principais taxas de amortização utilizadas são as seguintes:

Rúbricas	% Anual
Edifícios e Outras construções	2% a 10%
Equipamento básico	12,5% a 33,33%
Equipamento transporte	14,28% a 25%
Ferramentas e utensílios	14,28% a 25%
Equipamento administrativo	10% a 33,33%
Outras imobilizações corporéas	12,5% a 25%

Os bens cujo valor unitário não ultrapasse os 1.000,00 euros são amortizados integralmente no decurso do ano da aquisição.

b) Provisões

Foram constituídas as seguintes provisões:

• Provisão de dívidas a receber

Foram constituídas provisões para dívidas a receber, de acordo com o seguinte critério:

- Provisionadas em 25% as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de seis meses e até 12 meses;
- Provisionadas em 50% as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de 12 meses e até 18 meses;
- Provisionadas em 75% as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de 18 meses e até 24 meses;
- Provisionadas integralmente as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de 24 meses.

O Conselho de Administração entende que as provisões apuradas, de acordo com os critérios de avaliação de risco atrás referidos, no montante de 5.899.275,37 euros, acautelam, com razoável segurança, os riscos de crédito associados.

• Provisão para riscos e encargos

Foram constituídas provisões para riscos e encargos, de acordo com o seguinte critério:

- A provisão para taxas moderadoras, é determinada tendo em conta a probabilidade da cobrança da taxa moderadora e a antiguidade.
- A provisão para outros riscos e encargos é determinada com base na estimativa que o Centro Hospitalar e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade e os decorrentes das ações judiciais em curso movidas por terceiros.

Face ao entendimento do Conselho de Administração, suportado na opinião expressa pelos seus Advogados, foi reduzida em 7.485,47 euros a provisão para processos judiciais em curso.

A actualização da expetativa foi reduzida em 2.628.829,96 euros, correspondendo 128.829, não se conseguir cobrar as taxas moderadoras especializadas, e 2.500.000,00 euros á utilização da provisão para pagamento de suplementos remuneratórios do período 2008-2012, aos colaboradores com contrato individual de trabalho de acordo com estipulado no Decreto-Lei nº 62/79, pelo seu pagamento em 2016 (ver NOTA 12.2.32).

- **Responsabilidades com complementos de pensões de reforma e sobrevivência**

O CHLO assumia a responsabilidade pelo pagamento de complementos de aposentações e de pensões de sobrevivência em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 498/72, de 9 de dezembro, e no Decreto-Lei nº 141/79, de 22 de maio.

A partir de 01 de janeiro de 2011 e de acordo com o estabelecido no artigo 159.º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro essa responsabilidade passou a ser suportada pelas verbas de alienação dos imóveis do Estado afetos ao Ministério da Saúde e das Entidades integradas no SNS.

No exercício de 2016 foram pagos complementos de aposentação e sobrevivência no montante 84.790,55 euros.

c) Impostos

O Centro Hospitalar encontra-se sujeito ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). No exercício em apreço, atendendo, à existência de matéria coletável negativa, o montante de imposto apurado respeita apenas às situações sujeitas a tributação autónoma.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações casos estes em que, dependendo das circunstâncias os prazos são alargados ou suspensos

As declarações fiscais do IVA, IRS e IRC respeitantes aos anos de 2013 a 2016 do Centro Hospitalar, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora o Conselho de Administração considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

12.2.4. DÍVIDAS DE E A TERCEIROS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira relacionam-se com aquisições no mercado externo e são contabilizadas em moeda nacional aos câmbios em vigor na data das operações, sendo atualizados os saldos de balanço, de acordo com os câmbios em vigor em 31 de dezembro.

12.2.6. IMOBILIZADO INCORPÓREO

No imobilizado incorpóreo a conta de "Despesas de instalação" expressa o valor relativo a despesas realizadas em anos anteriores com a constituição dos três Hospitais.

A conta de "Despesas de investigação e de desenvolvimento" contém os valores despendidos em anos anteriores com projetos de investigação e desenvolvimento.

12.2.7 MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO E NAS RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES.

Ativo Imobilizado

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alien.	Regular.	Transf/Abates	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas						
Despesas de Instalação	541.854,87	0,00	0,00	0,00	0,00	541.854,87
Desp. Investigação Desenvolvi	607.033,17	0,00	0,00	0,00	0,00	607.033,17
Sub-total	1.148.888,04	0,00	0,00	0,00	0,00	1.148.888,04
Imobilizações Corpóreas						
Edifícios e outras construções	95.593.609,30	37.761,00	0,00	0,00	-1.163.201,97	96.794.572,27
Equipamentos básicos	59.544.653,47	2.959.931,70	14.557,05	-21.682,48	1.373.249,47	61.138.461,13
Equipamentos Transporte	2.218.341,44	0,00	0,00	0,00	0,00	2.218.341,44
Ferramentas e utensílios	563.689,48	0,00	0,00	0,00	3.394,87	560.294,61
Equipamento administ. e informático	17.311.423,76	459.265,71	0,00	14.553,67	1.061.994,01	16.694.141,79
Outras Imobilizações corpóreas	161.199,55	0,00	0,00	0,00	0,00	161.199,55
Imob. curso de imob. corpóreas	3.229.814,75	1.751.960,85	0,00	0,00	1.258.304,13	3.723.471,47
Sub-total	178.622.731,75	5.208.919,26	14.557,05	-7.128,81	2.533.740,51	181.290.482,26

Relativamente ao activo imobilizado corpóreo salientamos o investimento em equipamento básico, nomeadamente no equipamento médico-cirúrgico em 1,5 milhões de euros, no equipamento de imagiologia 0,9 milhões de euros, mobiliários hospitalares 0,2 milhões de euros e no equipamento hoteleiro 0,4 milhões de euros. É também de salientar o investimento em curso que corresponde a grandes obras de manutenção e melhoramento das alas hospitalares dos três hospitais.

Amortizações Acumuladas

Rubricas	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas				
Despesas de Instalação	541.854,87	0,00	0,00	541.854,87
Desp. Investigação Desenvolvi	607.033,17	0,00	0,00	607.033,17
Sub-total	1.148.888,04	0,00	0,00	1.148.888,04
Imobilizações Corpóreas				
Edifícios e outras construções	48.345.066,90	4.091.733,12	0,00	52.436.800,02
Equipamentos básicos	53.999.677,60	2.121.095,94	1.251.455,79	54.869.317,75
Equipamentos Transporte	2.079.126,48	39.501,13	0,00	2.118.627,61
Ferramentas e utensílios	563.689,48	0,00	3.394,87	560.294,61
Equipamento administ. e informático	16.621.196,72	441.422,83	1.143.879,24	15.918.740,31
Outras Imobilizações corpóreas	152.511,57	8.687,98	0,00	161.199,55
Sub-total	121.761.268,75	6.702.441,00	2.398.729,90	126.064.979,55

12.2.10. DIPLOMAS LEGAIS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

De acordo com o estipulado nos diplomas legais que transformaram em sociedade anónima as Unidades Hospitalares que antecederam o Centro, foram efetuadas, no exercício de 2003, as avaliações dos respetivos ativos imobilizados corpóreos. Conforme referido na alínea a) da Nota 12.2.3.1., encontra-se pendente de decisão tutelar o reconhecimento nas demonstrações financeiras dos efeitos da avaliação dos bens imóveis que se encontram evidenciados em balanço.

As avaliações dos restantes bens de imobilizado, afetos às Unidades Hospitalares que antecederam o CHLO, realizadas em 2003, geraram uma reserva de avaliação no montante de 10.033.112,39 euros, de acordo com a seguinte discriminação:

Designação Hospital	Valor da Reserva
Hospital de Egas Moniz	8.234.289,96
Hospital S. Francisco Xavier	3.209.123,71
Hospital Santa Cruz	-1.410.301,28
Total	10.033.112,39

12.2.23. DEVEDORES DE COBRANÇA DUVIDOSA

Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
218111 A D S E	703,54	0,00	703,54	0,00
218112 Forças Armadas	520,86	0,00	520,86	0,00
218114 S A M S	3.933,55	0,00	1.867,20	2.066,35
218115 I O S C T T - A C S Portugal Telecom	97.745,72	0,00	0,00	97.745,72
218116 Serviços Sociais	45.936,66	0,00	1.081,34	44.855,32
218119 Outros Subsistemas	10.637,09	0,00	217,69	10.419,40
21813 Companhias de Seguros	796.508,21	0,00	91.743,64	704.764,57
21819 Outros Clientes	1.265.052,30	0,00	113.789,02	1.151.263,28
2183 Utentes, c/c	2.888.957,95	0,00	78.906,50	2.810.051,45
2189 Outros clientes	1.796.977,27	0,00	460.692,68	1.336.284,59
Total	6.906.973,15	0,00	749.522,47	6.157.450,68

Verificou-se no total das dívidas de terceiros, de cobrança duvidosa em termos líquidos uma redução de 749.522,47 euros.

12.2.24. DÍVIDAS DO PESSOAL

O valor das dívidas relacionadas com Pessoal era o seguinte:

Rúbricas	2016	2015
Dívidas Activas		
Reposições de Vencimento	260.806,36	254.033,70
Sub-total	260.806,36	254.033,70
Dívidas Passivas		
Remunerações a Pagar		
Despesas de Saúde	174.393,93	174.393,93
Férias e Subsídios de Férias	10.663.810,46	10.295.981,26
Encargos c/ Férias e Subsídios d	2.688.279,68	2.316.453,09
Horas Extraordinárias e outros A	1.389.902,48	1.389.902,48
Sub-total	14.916.386,55	14.176.730,76

Os valores a pagar referente a férias e subsídio de férias, encargos e horas extras, são valores a pagar em 2017 referente a custos incorridos no ano corrente.

12.2.26. DÍVIDAS AO ESTADO EM SITUAÇÃO DE MORA

O CHLO não tem qualquer situação de dívida ao Estado em situação de mora.

12.2.28. GARANTIAS BANCÁRIAS

Existe um depósito a prazo na Instituição bancária Montepio, no montante de 47.604,00 euros, cuja finalidade é a de caucionar uma garantia bancária prestada por esse banco e constituída a favor do Tribunal de Trabalho.

12.2.31. MOVIMENTOS DAS PROVISÕES

Os movimentos ocorridos foram os seguintes, em conformidade com os critérios anteriormente referidos:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Provisões p/ aplicações Tesouraria				
Provisões p/ cobrança duvidosa	6.053.319,11	0,00	154.043,74	5.899.275,37
Provisões p/ riscos encargos	8.950.551,31	0,00	2.636.315,43	6.314.235,88
Provisões p/ depreciação existências	112.828,46	0,00	95.000,56	17.827,90
Total	15.116.698,88	0,00	2.885.359,73	12.231.339,15

As provisões para riscos e encargos já estão mencionadas na nota 12.2.3.2 b)

12.2.32. VARIAÇÕES NAS CONTAS DE FUNDOS PRÓPRIOS

	Rubricas	Saldo Inicial	Incrementos/Reduções	Transferencias	Saldo Final
51	Capital	133.293.333,33	0,00	0,00	133.293.333,33
571	Reservas Legais	1.163.149,34	0,00	0,00	1.163.149,34
572	Reservas Estatutárias	58.831,59	0,00	0,00	58.831,59
574	Reservas Livres	12.774.118,72	0,00	0,00	12.774.118,72
576	Doações	2.072.006,96	129.458,24	0,00	2.201.465,20
577	Reservas dec. Transf. Activo	29.701.398,46	0,00	0,00	29.701.398,46
59	Resultados Transitados	-159.681.464,81	-12.056.573,58	-12.764.246,32	-184.502.284,71
88	Resultado Líquido do Exercício	-12.764.246,32	2.156.646,33	12.764.246,32	2.156.646,33
	Total	6.617.127,27	-9.770.469,01	0,00	-3.153.341,74

O capital estatutário é detido pelo Estado Português e foi fixado no Mapa II do Anexo I do Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de dezembro em 126.860.000,00. Pelo aumento de capital registado e realizado em conformidade com o despacho nº 3016-B/2015 de 24 de março de 2015, em 6.433.333,33 euros, perfaz actualmente 133.293.333,33 euros.

O montante de 129.458,24 euros na rubrica doações refere-se a donativos de equipamento e numerário, obtidos no decurso do ano.

A redução da rubrica de resultados transitados decorre essencialmente de:

- Aplicação dos resultados líquidos de 2015, no montante de 12.764.246,32 euros
- Extinção das dívidas ao CHLO do SUCH relativas ao direito de regresso do CHLO sobre o SUCH, decorrente da responsabilidade solidária enquanto entidade do ACE Somos Compras, no montante de 5.565.776,88 euros (Dec. Lei nº 32/2016 de 28 de junho)
- Pagamento de suplementos remuneratórios do período 2008-2012, no montante de 4.451.210,45 euros de acordo com o estipulado no Dec. Lei nº 62/79.

Regularizações de acréscimos, custos e proveitos de anos anteriores no montante de 2.039.586,25 euros, relacionados essencialmente com, despesas de indemnizações judiciais, material de consumo clínico e farmacêutico, oxigenioterapia, sigic e acertos Such Veolia (cogeração).

12.2.33. DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Códigos Contas	Movimentos	Mercadorias	Matérias Primas, Subs. e Consumo
36	Existências iniciais	0,00	15.422.355,64
31	Compras	0,00	78.483.950,90
793 + 693	Regularização de existências	0,00	-94.240,18
36	Existências finais	0,00	12.080.293,92
61	Custos no exercício	0,00	81.731.772,44

12.2.35. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ATIVIDADE E POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

A atividade do CHLO desenvolve-se exclusivamente em Portugal, pelo que os serviços prestados ocorreram todos no País.

12.2.37. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os custos e perdas financeiras respeitam, essencialmente, ao pagamento de serviços bancários.

Custos e Perdas		Exercícios	
Cod	Designação	2016	2015
681	Juros Suportados	4.361,90	134,81
683	Amortizações investimentos em imóveis	0,00	0,00
684	Provisões p/ aplicações financeiras	0,00	0,00
685	Diferenças ed câmbio desfavoráveis	393,82	621,32
687	Perdas na alienação aplicações tesouraria	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiras	68.697,80	30.266,51
	Resultados financeiros (+/-)	-29.294,88	84.818,58
	TOTAL	44.158,64	115.841,22

Os proveitos e ganhos financeiros respeitam essencialmente aos juros provenientes de descontos que provem de negociações de pagamentos a fornecedores.

Proveitos e Ganhos		Exercícios	
Cod	Designação	2016	2015
781	Juros Obtidos	0,00	0,00
783	Rendimentos de Imóveis	0,00	0,00
785	Diferenças de câmbio favoráveis	12,20	174,61
786	Descontos p/pagamentos obtidos	33.946,18	107.076,50
787	Outros custos e perdas financeiras	0,00	0,00
788	Outros proveitos e ganhos financeiros	10.200,26	8.590,11
	TOTAL	44.158,64	115.841,22

O resultado financeiro do exercício é negativo em 29.294,88 euros, essencialmente em virtude das comissões bancárias referente ao primeiro envio de dívidas de taxas moderadoras pelo SITAM.

12.2.38. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e Perdas		Exercícios	
Cod	Designação	2016	2015
691	Transferências de capital concedidas	116,07	928,76
692	Dívidas incobráveis	120.561,85	153.381,26
693	Perdas em existências a)	95.494,92	1.340,76
694	Perdas em imobilizações b)	104.618,16	111.981,13
695	Multas e penalidades c)	239.183,76	71.102,00
696	Aumentos amortizações e provisões	0,00	485.366,14
697	Correcções relativas exercícios anteriores d)	2.459.391,04	6.132.246,21
698	Outros custos perdas extraordinários	475,26	708.275,35
	Resultados extraordinários (+/-)	917.290,31	-6.029.994,59
	TOTAL	3.937.131,37	1.634.627,02

Proveitos e Ganhos		Exercícios	
Cod	Designação	2016	2015
792	Recuperações de dívidas	0,00	0,00
793	Ganhos em existências	1.254,74	1.913,27
794	Ganhos em imobilizações	0,00	0,00
795	Benefícios e penalidades contratuais	45.853,10	44.811,73
796	Reduções de amortizações provisões e)	385.359,73	0,00
797	Correcções relativas exercícios anteriores f)	3.253.952,43	1.106.881,26
798	Outros proveitos ganhos extraordinários g)	250.711,37	481.020,76
	TOTAL	3.937.131,37	1.634.627,02

Os montantes mais expressivos de cada rubrica dizem respeito ao seguinte:

- a) As perdas em existências respeitam às quebras apuradas nas conferências físicas realizadas próximo do final do exercício e outros acertos efetuados ao longo do exercício;
- b) As perdas em imobilizações decorrem essencialmente dos movimentos de abates de imobilizado ocorrido no exercício;
- c) As multas e penalidades resultam de custos de multas fiscais e processos judiciais, essencialmente pelo pagamento de indemnizações decorrentes de acções desfavoráveis ao CHLO.
- d) As correcções relativas a exercícios anteriores respeitam, essencialmente, a correcções ao contrato programa;
- e) A redução das provisões contabilizadas na rubrica de proveitos e ganhos extraordinários, justifica-se com a redução das provisões de cobrança duvidosa, cobrança de taxas moderadores e de existências

- f) As correcções relativas a proveitos de exercício anteriores englobam essencialmente a facturações de anos anteriores (decisões de responsabilidade de seguradoras por via processo judicial, codificações e recodificações de GDH), créditos obtidos de fornecedores referentes a anos anteriores (negociações da tutela), bem como proveitos e custos estimados por insuficiência ou excesso respectivamente.
- g) Os Outros Ganhos e Proveitos Extraordinários englobam essencialmente o proveito imputado ao exercício da parte proporcional relacionada com o reconhecimento de subsídios ao Investimento recebidos em exercícios anteriores, destinados ao cofinanciamento de investimentos realizados

12.2.39. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

12.2.39.1. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Decomposição dos saldos evidenciados no balanço em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Acréscimos de Proveitos	2016	2015
27191 Instituições Ministério da Saúde	80.321.613,46	53.136.392,23
27199 Outras Entidades	7.940.452,68	6.735.869,56
Total	88.262.066,14	59.872.261,79

Custos Diferidos	2016	2015
2729 Outros Custos Diferidos	0,00	1.000,00
Total	0,00	1.000,00

Acréscimos de Custos	2016	2015
2732 Remunerações a liquidar	14.741.992,62	14.002.336,83
2739 Outros acréscimos de custos	1.444.083,81	2.123.685,55
Total	16.186.076,43	16.126.022,38

Proveitos Diferidos	2016	2015
2745 Subsídios para Investimentos	1.520.323,73	1.751.701,13
2749 Outros proveitos diferidos	3.251.725,65	2.607.973,43
Total	4.772.049,38	4.359.674,56

Na rubrica acréscimos de proveitos estão registados nomeadamente, os proveitos provenientes dos atos médicos prestados de 2012 a 2016, mas ainda não faturados à ACSS no âmbito do Contrato Programa prefazendo um somatório que ascende a 71.081.771,71 euros, e à ARSLVT no que se refere às Dialise

Peritoneal e Hemodialise (8.195.835,10 euros), utentes e outros clientes de atos médicos, taxas moderadoras e medicamentos não emitida no valor de 6.761.495,24 euros;

Nos acréscimos de custos, remunerações a liquidar, estão registados os valores a pagar aos colaboradores no ano de 2017, mas respeitantes a 2016 e que dizem respeito a férias, subsídio de férias, trabalho extraordinário e encargos sobre remunerações relacionados com as mesmas. Na rubrica Outros Acréscimos de Custos estão registados custos ocorridos em 2016, relacionados com Compras e Fornecimentos e Serviços Externos, mas cujas faturas ainda não tinham sido recebidas à data do fecho das contas ou são datadas de 2017, mas respeitam ao exercício de 2016.

Os proveitos diferidos contemplam essencialmente subsídios recebidos para o investimento mas cujos proveitos serão registados na proporção das amortizações dos bens associados, e também o efeito do Programa centralizado de financiamento da Hepatite C, que implica um efeito nulo nos resultados do CHLO, uma vez que compensa o custo incorrido com o consumo destes medicamentos.

12.2.39.2. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Orgão Sociais		2016
6411	Conselho de Administração	382.671,03
6223	Fiscal Único a)	18.277,60
Total		400.948,63

a) Inclui IVA à taxa legal

12.2.39.3. DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

Activo		2016	2015
211	Clientes C/C	261.269,40	476.816,83
2111	Subsistemas	40.848,58	53.330,99
2113	Companhias de Seguros	158.218,04	313.785,71
2119	Outros Clientes	62.202,78	109.700,13
213	Utentes	76.040,38	101.966,66
215	Instituições do Estado	466.279.541,84	288.456.832,00
218	Clientes Cobrança Duvidosa	6.157.450,68	6.906.973,15
21811	Subsistemas	155.086,79	159.477,42
21813	Companhias de Seguros	704.764,57	796.508,21
21819	Outros Clientes	1.151.263,28	1.265.052,30
2183	Utentes c/c	2.810.051,45	2.888.957,95
2189	Outros Clientes	1.336.284,59	1.796.977,27
229	Adiantamentos a fornecedores	198.130,61	217.031,13
26	Outros Devedores	16.136.866,58	15.572.404,16
262	Pessoal	260.806,36	254.033,70
268311	Instituições Ministério da Saúde	13.490.326,55	13.235.388,49
268319	Outras Instituições Públicas	1.338.380,42	1.335.811,52
26833	Adiantamentos a doentes	2.000,00	5.500,00
26839	Outros Devedores diversos	681.713,31	373.184,01
	Outros Devedores	363.639,94	368.486,44
268999	Adiantamentos a fornecedores m/l prazo	0,00	5.565.776,88
TOTAL		489.109.299,49	317.297.800,81

De acordo com a Circular Normativa nº 14/2012, de 10 de fevereiro, os Proveitos estimados da Produção são registados em "Acréscimos e Diferimentos", os valores faturados referentes a Contrato-programa ainda não validados pela ACSS em "Dívidas de terceiros – curto prazo – Instituições do Estado e os adiantamentos recebidos da ACSS, em "Adiantamentos de Clientes", no Passivo

O valor nulo da rubrica 268999 deve-se à extinção das dívidas do SUCH ao CHLO relativas ao direito de regresso, do CHLO sobre o SUCH decorrente da responsabilidade solidária enquanto entidade do ACE Somos Compras - Dec. Lei nº 32/2016 de 28 de junho.

O aumento desta rubrica decorre de ainda se encontrar por validar, na presente data, a facturação relativa dos Contratos-Programa de 2012 a 2016.

12.2.39.4. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Esta rubrica apresenta a seguinte desagregação, a nível de Ativo e de Passivo:

Activo	Exercícios	
Designação	2016	2015
IRC - Pagamento Especial p/ Conta	378.700,87	308.700,87
IRC - Pagamento p/ Conta	0,00	0,00
IRC - Retenção na Fonte	48,53	78,65
Total	378.749,40	308.779,52

Passivo	Exercícios	
Designação	2016	2015
IRS - Trabalho Dependente	1.548.955,00	1.305.788,03
IRS - Trabalho Independente	33.560,43	10.899,54
IRS - Outro Rendimentos	47,00	0,00
IVA a Pagar	171.982,85	62.990,97
Contribuições Segurança Social	2.434.768,87	2.154.568,97
IRC-Imposto a pagar	564.008,03	22.904,44
Total	4.753.322,18	3.557.151,95

12.2.39.5. OUTROS CREDITORES

Em 31 de dezembro esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Passivo	2016	2015
262	Pessoal	174.393,93	174.393,93
263	Sindicatos	11.433,28	10.923,63
26881	Credores Diversos Instituições	6.178.286,26	6.292.295,01
26882	Cauções de Fornecedores	13.628,31	1.132,60
26889	Outros Credores Diversos	1.248.135,61	970.847,18
2689	Outros	139.875,19	142.195,17
	Total	7.765.752,58	7.591.787,52

12.2.39.6. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O saldo decompõe-se pelas seguintes rubricas:

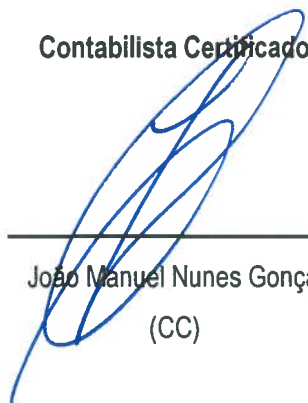
Rúbrica		2016	2015
621	Subcontratos	5.795.623,59	6.444.381,90
62211	Electricidade	1.829.035,64	1.900.493,56
62212	Combustível	1.784.017,62	2.363.269,70
62213	Água	803.924,82	685.093,81
62219	Rendas e Alugueres	816.802,99	942.336,52
62222	Comunicação	192.801,41	203.416,41
62229	Honorários	473.476,18	707.783,28
62232	Conservação e Reparação	4.169.750,77	4.330.536,54
62234	Limpeza, Higiene e Conforto	2.550.436,39	2.597.815,76
62235	Vigilância e Segurança	768.900,36	774.117,75
62236	Trabalhos especializados	6.122.024,34	5.658.615,27
6229	Outros Fornecimentos e serviços	177.681,02	94.731,93
	Outros Custos	91.775,02	105.994,42
Total		25.576.250,15	26.808.586,85

Na generalidade verifica-se a diminuição das rubricas face ao período homólogo, com excepção da rubrica de trabalhos especializados que apresenta um aumento face ano transacto essencialmente pelo aumento da prestação de serviços médicos.

12.2.39.9. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO DO EXERCÍCIO

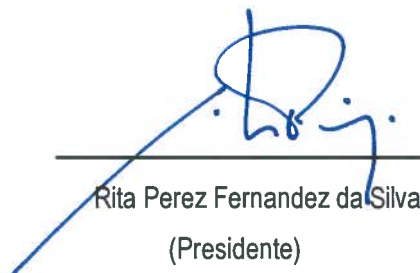
Não ocorreram quaisquer outros factos relevantes após o termo do exercício que possam vir a ter impacto nas demonstrações financeiras do Centro Hospitalar, em 31 de dezembro de 2016.

Contabilista Certificado

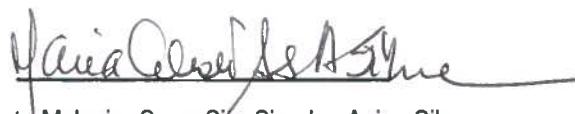


João Manuel Nunes Gonçalves
(CC)

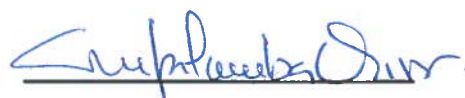
O Conselho de Administração



Rita Perez Fernandez da Silva
(Presidente)



Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva
(Vogal)



Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira
(Vogal)



José Manuel Fernandes Correia
(Diretor Clínico)



Fernanda Maria da Rosa
(Enfermeira Diretora)

13 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE (adiante também designado por CHLO ou Centro Hospitalar), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um ativo líquido de 640 241 988 euros e um total de fundo patrimonial negativo de 3 153 342 euros, incluindo um resultado líquido de 2 156 646 euros), a demonstração de resultados por natureza e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e o anexo ao balanço e à demonstração de resultados que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos primeiros dois parágrafos da secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE, em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde.

Bases para a opinião com reservas

Os diplomas legais respeitantes à transformação, em sociedades anónimas, dos Hospitais de São Francisco Xavier, Egas Moniz e Santa Cruz, estipularam a obrigatoriedade de se proceder à reavaliação dos imobilizados corpóreos destas instituições, a reconhecer contabilisticamente até ao final de 2003 por contrapartida do Património. Ao que apurámos, por orientação da Tutela, as reavaliações dos bens imóveis não foram refletidas contabilisticamente, sendo que não estão disponíveis elementos que permitam quantificar o efeito desta situação nas demonstrações financeiras do CHLO em 31 de dezembro de 2016, o que configura uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

À data da emissão desta certificação, não fomos ainda habilitados com um conjunto significativo de respostas aos pedidos de confirmação de saldos e de outras informações, nomeadamente de clientes no âmbito do Ministério da Saúde, sendo inconclusivas algumas das respostas recebidas. Por outro lado, está em curso, pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), o processo de conferência para encerramento dos Contratos-Programa de exercícios anteriores, do qual poderão resultar ajustamentos que ainda não é possível quantificar. Estas situações configuram limitações ao âmbito e profundidade do nosso trabalho, nomeadamente quanto às Prestações de Serviços e aos Acréscimos de Proveitos registados.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do CHLO nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

Em 31 de dezembro de 2016 o total do Fundo Patrimonial do CHLO é negativo em 3 153 342 euros, em virtude dos resultados transitados negativos acumulados, sendo que se admite que o princípio da continuidade, como entidade pública empresarial, será assegurado pelo Estado. O Conselho de Administração contempla especificamente no seu Relatório de Gestão a análise da sustentabilidade e o controlo do equilíbrio financeiro do CHLO.

Conforme divulgado na Nota 12.2.32 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, o saldo negativo dos Resultados Transitados aumentou, no ano de 2016, pela aplicação do resultado líquido de 2015, e ainda: (i) pela extinção das dívidas ao CHLO do SUCH - Serviço de Utilização Comum dos Hospitais relativas ao direito de regresso do CHLO sobre o SUCH, decorrente da responsabilidade solidária enquanto entidade do ACE “Somos Compras”, no montante de 5 565 777 euros, na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 32/2016, de 28 de Junho (matéria incluída na Certificação Legal das Contas de 2015 como reserva); (ii) pelo pagamento de suplementos remuneratórios do período 2008-2012, no total de 4 451 210 euros, e (iii) por outras regularizações não frequentes e de grande significado de cerca de 2 000 000 euros.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Para além das matérias mencionadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
1. Mensuração dos custos com o pessoal	
Os Custos com o Pessoal representam cerca de 48% dos custos incorridos pelo CHLO no exercício de 2016 (46% em 2015), operando o Centro Hospitalar num setor onde, para além das remunerações possuem um elevado nível de regulamentação, está ainda sujeito a instruções aplicáveis ao setor público em geral, que implicam alterações recorrentes aos valores processados mensalmente. Assim, a validação dos Custos com o Pessoal e das estimativas relacionadas com as suas remunerações constitui uma área significativa de auditoria.	Os procedimentos de auditoria efetuados incluem: (i) Confirmação de que os responsáveis pela gestão efetuam revisões e outros testes com vista a assegurar que os registos contabilísticos merecem credibilidade e implementam mecanismos de controlo sobre os seguintes aspetos: a) gastos com horas extraordinárias; b) baixas por doença; e c) férias; (ii) Análise das variações anormais ou pouco usuais entre os gastos do exercício e do exercício anterior e face aos valores orçamentados e obtenção de justificações; (iii) Elaboração e análise de mapa resumo do processamento de salários e sua comparação com os registos contabilísticos; (iv) Conferência global aos encargos Sociais; (v) Teste às reduções salariais previstas no Orçamento de Estado, e (vi) Conferência global ao cálculo da estimativa das remunerações a liquidar em 2017 relativamente a 2016.
2. Mensuração das existências e do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	
Os Custos com as Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC) representam cerca de 36% dos custos totais do exercício de 2016 (35% em 2015), sendo que existe um elevado nível de intervenção das entidades reguladoras da Saúde e do Estado Português na determinação dos valores de custo das existências, quer através da obtenção de descontos (acordo APIFARMA), quer através da centralização das compras de certos medicamentos (por exemplo Programa de Financiamento Centralizado para a Hepatite C crónica). Por outro lado, existe ainda um risco associado à determinação das quantidades de existências devido à dispersão da sua localização pelos três hospitais pertencentes ao Centro Hospitalar. Assim, a validação dos CMVMC e consequente mensuração das Existências constitui uma área significativa de auditoria.	Os procedimentos de auditoria efetuados incluem: (i) Análise das variações anormais ou pouco usuais dos gastos do exercício e dos valores unitários das existências face ao exercício anterior e face aos valores orçamentados; (ii) Recolha de informações sobre os principais acordos e instruções com eles relacionadas recebidas das entidades reguladoras e verificação da conformidade dos procedimentos instituídos no CHLO; (iii) acompanhamento, por amostragem, das contagens físicas de existências com referência ao final do exercício, (iv) comparação das listagens de existências em 31 de dezembro de 2016 com as contagens físicas efetuadas e com os registos contabilísticos.
3. Mensuração de provisões para riscos e encargos	
A mensuração das provisões para taxas moderadoras, para o risco da atividade bem como para processos judiciais em curso, afigura-se complexa, envolvendo um grau de incerteza elevado e um elevado nível de julgamento por parte do órgão de gestão, conforme mencionado nas notas 12.2.3.1 d) e 12.2.3.2 b) do Anexo. Assim, a validação dos pressupostos e cálculos subjacentes às provisões constituídas é uma área significativa de auditoria.	Abordagem substantiva, que inclui: (i) Solicitação de informações aos advogados externos contratados para representar o CHLO em litígios com outras entidades e ao Gabinete Jurídico interno; (ii) Análise das respostas obtidas e comparação com o valor contabilizado, tendo em conta os critérios definidos para a constituição destas provisões e a sua razoabilidade face ao histórico do CHLO; e (iii) Conferência das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Centro Hospitalar de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde;
- (ii) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade do Centro Hospitalar de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Centro Hospitalar;

- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Centro Hospitalar para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Centro Hospitalar descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Em nossa opinião, o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao CHLO e foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) Fomos nomeados Fiscal Único do CHLO pela primeira vez pelo Despacho n.º 111/12-SETF, de 5 de fevereiro, para um mandato compreendido entre 2011 e 2013, sendo que nos encontramos atualmente em funções por extensão do mandato, nos termos do Despacho n.º 328/14-SET, de 3 de março, para um segundo triénio compreendido entre 2014 e 2016;
- (ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- (iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos em 11 de abril de 2017.
- (iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Centro Hospitalar durante a realização da auditoria.

Sobre o Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Durante o ano de 2014 e início de 2015 o CHLO encerrou a maioria das contas bancárias que possuía na banca comercial, tendo mantido apenas três situações de exceção, relacionadas com serviços bancários não disponibilizados pelo IGCP- Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública. A dispensa de concentração integral das disponibilidades junto do IGCP foi solicitada a 30 de agosto de 2016, tendo o parecer, relativamente ao que foi emitido Despacho n.º 1195/16 - SEATF, de 21 de novembro, clarificado as condições a observar nas referidas situações de exceção, no âmbito do qual são necessárias algumas diligências para normalizar procedimentos, que se encontram em curso.

Lisboa, 11 de abril de 2017



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados, SROC, Lda.

14 RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

No cumprimento do mandato que nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, vem o Fiscal Único emitir o seu relatório anual e parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2016 do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. (adiante designado também por CHLO ou Centro Hospitalar), datado de 11 de abril de 2017.

O Relatório de Gestão e Contas de 2016 responde, apropriadamente, às exigências legais aplicáveis em geral e, especificamente, às exigências de divulgação previstas no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Os referidos documentos de prestação de contas foram objeto de exame, ficando a Certificação Legal das Contas a fazer parte integrante do presente relatório. O Balanço, as Demonstrações de Resultados por Natureza e por Funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o respetivo Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa do CHLO e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Do trabalho realizado, salientamos os seguintes aspetos:

- Na sequência dos resultados negativos que o CHLO tem apresentado nos últimos anos, embora com Resultados Líquidos positivos em 2013 e em 2016, verifica-se que em 31 de dezembro de 2016 o total do Fundo Patrimonial é negativo em 3 153 342 euros.
- Da revisão efetuada, não foi identificado qualquer incumprimento, por parte do CHLO, dos deveres especiais de informação, nos termos do Despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio.
- O relatório das boas práticas de governo societário cumpre o disposto no n.º 1 do artigo 54º do Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.
- Foi implementado um plano de redução de custos, tendo o CHLO alcançado uma redução de custos operacionais (custo das mercadorias vendidas e consumidas, fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal, no seu conjunto, excluindo o impacto de indemnizações pagas por rescisão e o efeito da reversão das reduções remuneratórias) de 15,9%, em 2016 face a 2010.
- No que concerne às remunerações quer ao nível dos órgãos de administração e fiscalização, quer ao nível dos trabalhadores, verifica-se que o CHLO procedeu às alterações necessárias a dar cumprimento às orientações vigentes em 2016.

- Os saldos a receber de Instituições do Estado (excluindo a ACSS) ascendem em 31 de dezembro de 2016 a cerca de 42 533 000 euros que, de acordo com as orientações do Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde, não foram provisionados, apesar da significativa antiguidade de muitos desses saldos (cerca de 31 570 000 euros com antiguidade superior a dois anos), e do facto de algumas entidades, nomeadamente as entidades da Região Autónoma dos Açores (cujas dívidas ascendem a um total de cerca de 21 470 000 euros) não reconhecerem as suas responsabilidades perante o CHLO. Salientamos que no passado o CHLO provisionou parte das dívidas destas entidades tendo, subsequentemente, anulado essas provisões, na sequência de orientações da Tutela no sentido de reconhecer contabilisticamente os valores a receber das Regiões Autónomas. Em 2015, o Governo Português e o Governo da Região Autónoma da Madeira chegaram a um entendimento, no qual resultou a resolução da dívida até 31 de agosto de 2015, que ascendia a 4 836 100 euros, com um perdão parcial da mesma em 708 300 euros por parte do CHLO. No corrente ano, por Despacho nº 9075/2016, de 15 de julho, do XXI Governo Constitucional, foi criado na dependência do Ministro da Saúde, um Grupo de Trabalho Conjunto para regularização de dívidas entre os Governos Regionais e o Governo da República, considerando o disposto no artigo 111.º da Lei 7-A/2016, de 30 de março, que aprova o Orçamento do Estado para 2016, quanto à responsabilidade financeira do Estado e das regiões autónomas na prestação dos cuidados de saúde. A não resolução desta situação afeta o equilíbrio económico-financeiro do CHLO, não sendo possível avaliar o período temporal do recebimento destes valores.

Face ao exposto, somos de parecer:

- Que sejam aprovados o Balanço, as Demonstrações de Resultados por Natureza e por Funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o respetivo Anexo e o Relatório de Gestão, apresentados pelo Conselho de Administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016;
- Que seja aprovada a Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 11 de abril de 2017

O Fiscal Único,



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC